

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**BRUNO CALDAS MACHADO**

**A REGIÃO TRANSNACIONAL ENTRE BRASIL, COLÔMBIA E PERU  
COMO ESCALA DE ANÁLISE PARA A TRÍPLICE FRONTEIRA**

**MANAUS  
2014**

**BRUNO CALDAS MACHADO**

**A REGIÃO TRANSNACIONAL ENTRE BRASIL, COLÔMBIA E PERU  
COMO ESCALA DE ANÁLISE PARA A TRÍPLICE FRONTEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Amélia Regina Batista Nogueira – Universidade Federal do Amazonas

**MANAUS  
2014**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M149r Machado, Bruno Caldas  
A região transnacional entre Brasil, Colômbia e Peru como escala de análise para a tríplice fronteira / Bruno Caldas Machado. 2014  
175 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Amélia Regina Batista Nogueira  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Tríplice fronteira. 2. Redes urbanas. 3. Regiões fronteiriças. 4. Fronteiras. I. Nogueira, Amélia Regina Batista II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**BRUNO CALDAS MACHADO**

**A REGIÃO TRANSNACIONAL ENTRE BRASIL, COLÔMBIA E PERU COMO  
ESCALA DE ANÁLISE PARA A TRÍPLICE FRONTEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em Manaus, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

Prof(a). Dra. Amélia Regina Batista Nogueira – Universidade Federal do Amazonas

---

Prof. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo – Universidade Federal do Amazonas

---

Prof. Dr. João Francisco de Abreu – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

*Dedico esta dissertação à sociedade brasileira, que, insistindo em resolver seus problemas, vai levantando cada vez mais questões. Esse trabalho, em especial, é uma homenagem aos aventureiros de ontem e hoje, que, desleixada mas obstinadamente, tem construído uma nova e bela civilização nos confins e nos inícios de nossa Amazônia.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Primeiramente, agradeço aos professores João Francisco e Peri, incentivos e centelhas para que eu saísse do comodismo e voltasse à área acadêmica. Depois, quem merece loas é a professora Amélia Regina, que entendeu as minhas dificuldades e me guiou pacientemente rumo a este momento. Pela paciência e compreensão também devo agradecer a todos no Departamento de Pós-Graduação em Geografia da UFAM, que me apoiaram, estenderam prazos e me sacudiram para a finalização do trabalho. A todos os professores de disciplinas e aos colegas, muito obrigado: de cada um levo páginas, ideias e ideais. Também agradeço aos colegas e supervisores no trabalho, que me ajudaram a conciliar a capacitação acadêmica aos objetivos profissionais.*

*A segunda parte do agradecimento é para minha família. Minha mãe, lutadora e maior exemplo. Meu pai, inspiração e saudade. Minhas irmãs, tanto carinho. Liane Falcão, que me fisgou com jaraqui e que é parte do meu coração, companheira, amiga e sempre apoiadora de meus mais malucos sonhos.*

*Obrigado!*

*“Os senhores me desculpem, mas devido ao adiantado das horas eu me sinto anterior às fronteiras.” Carlos Drummond de Andrade.*

MACHADO. Bruno C. **A região transnacional entre Brasil, Colômbia e Peru como escala de análise do espaço da tríplice fronteira**. Manaus, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

## RESUMO

Esta dissertação busca analisar o espaço da tríplice fronteira entre o Brasil, Peru e Colômbia por meio da delimitação de uma região transnacional. O objetivo é demonstrar que as análises feitas em escalas locais (estudo sobre cidades-gêmeas ou pontos da fronteira) e político-territoriais (com limites e fronteiras fixas) não têm retratado de forma adequada a realidade do espaço de fronteira, especialmente ao ignorar o elemento peruano e sua influência. A partir das características naturais, históricas, sociais e econômicas do espaço, foi feita uma delimitação inicial nos três países de espaços sub-regionais que, por afinidade, integrariam uma proto-região transnacional. Em seguida, foi conduzida uma análise sobre diversas redes geográficas originadas no Peru (alimentos *in natura*, produtos industrializados, *chinglings*) que atualmente articulam e influenciam a região e o cotidiano de seus habitantes. Após visitas a campo e a verificação da densidade dessas redes geográficas no Brasil, concluiu-se que está ocorrendo a cristalização de uma rede hierarquizada de lugares (rede urbana) polarizada por Iquitos dentro do espaço da região transnacional, que reforça ainda mais a própria unidade regional. Ao final, também foi discutido como, neste espaço regional, o território vem sendo construído: as formas horizontais de produção territorial (redes de fluxos cotidianos, zonais) têm competido e suplantado as formas verticais de produção territorial (poder estatal, instituições, leis e ordens de atores políticos e econômicos extrarregionais). A região transnacional aparece como categoria de análise mediadora entre as redes e fluxos e o território. Dada sua estabilidade, extensão e coesão, é possível analisar o espaço e as relações entre seus atores ultrapassando fronteiras políticas e não se restringindo a momentos ou conjunturas econômicas. Extrapolar as fronteiras e compreender o tecido de relações regionais é necessário para que políticas públicas, ações territoriais e novos trabalhos acadêmicos tenham melhores impactos em regiões fronteiriças.

Palavras-chave: Região. Fronteira. Território. Redes. Redes urbanas. Peru. Brasil. Colômbia.

MACHADO. Bruno C. **A região transnacional entre Brasil, Colômbia e Peru como escala de análise do espaço da tríplice fronteira.** Manaus, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

### ABSTRACT

This thesis analyzes the tri-border area between Brazil, Peru and Colombia through the delineation of a transnational region. The objective is to demonstrate that the current studies on local (study of twin-cities or border points) and political-territorial (with fixed boundaries and limits) scales are not adequately portraying the reality of that space, especially by ignoring the Peruvian element and its influence. Drawing from natural, historical, social and economic characteristics of the area, a sketch of sub regional spaces within the three countries was made, based on mutual affinities, which would integrate into a transnational proto-region. Then, we conducted an analysis of various geographic networks originated in Peru (fresh food, industrial products, *chinglings*) that currently articulate and influence the region and the daily life of its inhabitants. After field visits and checking the density of geographical networks in Brazil, it was concluded that a crystallization of networks is taking place, leading to a hierarchical network of locations (urban network) polarized by Iquitos within the transnational space, which further strengthens the regional unit. At the end, it is also argued how territory-building happens in this particular regional space: horizontal forms of territorial production (everyday zonal flows) compete and supplant vertical territorial forms of production (power yields, institutions, laws and orders from extra-regional political and economic players). The transnational region appears as a mediator category of analysis between networks and the territory. Given its stability, extension and cohesion, it is possible to analyze the space and the relationships between its actors beyond political boundaries and not restricted to time or economic circumstances. Extrapolate boundaries and understand the fabric of regional relations is necessary in order for public policies, regional actions and new academic works to have better impacts in border regions.

Keywords: Region. Border. Territory. Networks. Urban networks. Brazil. Peru. Colombia.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Espaço da Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.....	18
Figura 2 - Croqui da região de exploração de borracha vinculada a Iquitos.....	64
Figura 3 - Microrregião do Alto Solimões preenchida, Jutaí e Fonte Boa destacados em laranja.....	72
Figura 4 - Províncias de Maynas e Mariscal Ramon Castilla, fronteiriças ao Brasil e Colômbia.....	78
Figura 5 - Croqui de Iquitos destacando portos e zonas comerciais.....	81
Figura 6 - Mapa adaptado da Colômbia e posição de Letícia.....	87
Figura 7 - Orientação dos fluxos na borda do rio Putumayo e Trapézio Amazônico.....	89
Figura 8 - Delimitação inicial região transnacional entre Brasil, Peru e Colômbia.....	97
Figura 9 - Áreas produtoras de coca no Peru.....	101
Figura 10 - Oferta de alimentos <i>in natura</i> no mercado de Atalaia do Norte.....	106
Figura 11 - Croqui da sede municipal de Benjamin Constant com áreas destacadas do comércio.....	108
Figura 12 - Produtos industrializados peruanos em supermercados e mercados de Benjamin Constant.....	110
Figura 13 - Croqui da sede municipal de Tabatinga com áreas destacadas do comércio.....	114
Figura 14 - Produtos industrializados e <i>chinglings</i> no comércio de Tabatinga na avenida Marechal Mallet.....	116
Figura 15 - Gasolina em tanques sendo descarregada livremente no atracadouro de Tabatinga.....	117
Figura 16 - Barracas de produtos <i>in natura</i> em São Paulo de Olivença.....	121
Figura 17 - Tendas e lojas com produtos manufaturados e <i>chinglings</i> próximas próximo ao porto de São Paulo de Olivença.....	122
Figura 18 - Barraca peruana de alimentos montada diante ao acesso ao porto de Amaturá.....	124
Figura 19 - Barraca de alimentos montada diante ao porto de Santo Antônio do Içá.....	127

Figura 20 - Taberna peruana vendendo manufaturados, <i>chinglings</i> e alimentos em Tonantins.....	129
Figura 21 - Canoão de peruanos em Atalaia do Norte.....	131
Figura 22 - Barraca em Amaturá.....	131
Figura 23 - Ambulantes em Benjamin Constant.....	132
Figura 24 - Tendas de pequeno comércio em Tonantins.....	132
Figura 25 - Bancas e barracas de alimentos <i>in natura</i> em Tabatinga.....	133
Figura 26 - Tenda com habitação improvisada nos fundos em Tabatinga.....	133
Figura 27 - Tenda de alimentos em Santo Antônio do Içá.....	134
Figura 28 - Taberna em Tonantins, produtos peruanos.....	135
Figura 29 - Taberna em São Paulo de Olivença, produtos peruanos e brasileiros...135	
Figura 30 - Comércio e lojas peruanas na região do porto em Tabatinga.....	136
Figura 31 - Mercadinho peruano em Tabatinga.....	137
Figura 32 - Mercadinho peruano em Tabatinga onde crédito é oferecido, inclusive em moeda estrangeira.....	138
Figura 33 - Feira de Benjamin Constant. Produtos hortifrutigranjeiros provenientes do Peru.....	140
Figura 34 - Mercado em São Paulo de Olivença. Produtos hortifrutigranjeiros provenientes do Peru.....	141
Figura 35 - Banca de <i>chinglings</i> em Atalaia do Norte.....	142
Figura 36 - Ao fundo, comércio popular em Tabatinga abarrotado de produtos peruanos manufaturados e <i>chinglings</i> .....	143
Figura 37 - Comércio popular em São Paulo de Olivença. Vasilhas e mochilas com procedencia do Peru.....	144
Figura 38 - Água, refrigerantes e biscoitos peruanos no comércio de Benjamin Constant.....	145
Figura 39 - Diversos itens da cesta básica (Arroz, feijão, farinha, óleo) e produtos de higiene pessoal peruanos no mercado de Atalaia do Norte.....	146
Figura 40 - Leite Gloria, fumo e enlatados peruanos. Onipresentes em toda a região transnacional.....	146
Figura 41 - Supermercado de propriedade israelita em Benjamin Constant. Diversos itens manufaturados peruanos.....	147
Figura 42 - Rede hierarquizada de lugares e região transnacional.....	156

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População e renda de municípios selecionados. ....	73
Tabela 2 - PIB e segmentação econômica de municípios selecionados. ....	74
Tabela 3 - Distância em horas do limite fronteiroço (Tabatinga). ....	76
Tabela 4 - Desagregação PIB Departamento de Loreto. ....	79
Tabela 5 - Intensidade de desenvolvimento dos estabelecimentos de propriedade peruana.....	139
Tabela 6 - Produtos peruanos e sua participação em relação ao restante do comércio da cidade.....	149

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEMINPU	Asociación Evangelica de la Misión Israelita del Nuevo Pacto Universal
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
COP	Peso Colombiano
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estadística
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FREPAP	Frente Popular Agrícola Fia del Peru
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEI	Instituto Nacional de Estadística e Informática
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPE	Ministério Público Estadual
MPU	Ministério Público da União
PIB	Produto Interno Bruto
RFB	Receita Federal do Brasil
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UNODC	Escritório das Nações Unidas Contra as Drogas e o Crime
Hectares	ha.
Habitantes	hab.
Toneladas	ton.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - AS REDES GEOGRÁFICAS COMO DELIMITADORAS DE REGIÕES E PRODUTORAS DE TERRITÓRIOS</b> .....	<b>23</b>
1.1 Território e produção territorial .....	23
1.2 O resgate da região como escala de análise .....	29
1.3 As redes geográficas: do estudo urbano à articulação transnacional .....	43
1.4 Possibilidades de conexões analíticas entre diferentes categorias de análise....	52
<b>CAPÍTULO 2 - A REGIÃO TRANSNACIONAL: LOCALIZAÇÃO E EXTENSÃO</b> ....	<b>56</b>
2.1 Antecedentes históricos e formação urbana .....	57
2.2 Recorte espacial e características gerais subnacionais .....	71
2.2.1 A região transnacional no Brasil.....	71
2.2.2 A região transnacional no Peru .....	77
2.2.3 A região transnacional na Colômbia.....	86
2.2.4 Os limites de uma região transnacional.....	96
2.3 A economia informal, a coca e sua influência na região transnacional .....	98
<b>CAPÍTULO 3 AS REDES COMERCIAIS PERUANAS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SUAS REPERCUSSÕES GEOGRÁFICAS</b> .....	<b>104</b>
3.1 Caracterização dos municípios brasileiros sob influência das redes comerciais peruanas .....	104
3.1.1 Atalaia do Norte.....	104
3.1.2 Benjamin Constant.....	107
3.1.3 Tabatinga .....	112
3.1.4 São Paulo de Olivença .....	119
3.1.5 Amaturá.....	123
3.1.6 Santo Antônio do Içá. ....	125
3.1.7 Tonantins.....	128
3.2 Formação e distribuição espacial das redes comerciais peruanas .....	130
<b>CAPÍTULO 4 - DAS REDES À REGIÃO E IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS</b> .....	<b>150</b>
4.1 As redes geográficas peruanas e a constituição de uma rede de localidades centrais.....	150

4.2 A região transnacional: das redes a unidade de análise para o espaço transnacional .....	159
4.3 A produção do território na região transnacional do Brasil, Peru e Colômbia. ..	162
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>171</b>

## INTRODUÇÃO

Ao chegarmos pela primeira em Tabatinga, na região do Alto Solimões, no estado do Amazonas, e percorrermos a Avenida da Amizade, percebemos uma robustez institucional que à primeira vista nos transmite a segurança e a incolumidade do território nacional.

Uma sede municipal média dificilmente contaria com representações de órgãos do poder federal, estadual e municipal brasileiros se não estivesse na fronteira, especialmente em uma área periférica de um estado pobre. Mas em Tabatinga encontramos grupamentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, braços do Ministério Público da União (MPU), do Ministério Público Estadual (MPE), uma Delegacia da Polícia Federal, repartições do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Receita Federal do Brasil (RFB), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Há instituições estaduais, como o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), Universidade Estadual do Amazonas (UEA), além dos órgãos de segurança estaduais, que contam com delegacias, postos de controle e estratégias específicas de atuação na fronteira.

Ao nos trasladarmos a cidade gêmea de Leticia na Colômbia, do outro lado da fronteira, o impacto da surpresa é ainda maior. Além da robustez institucional, com órgãos centrais de administração departamental (estadual), as formas da cidade, mais planejadas, organizadas, bem cuidadas e porque não, belas, contrastam com a feiura e o desleixo de Tabatinga. A cidade conta com bons restaurantes, lojas de importados e hotéis de nível internacional. Leticia é uma capital departamental, correto, mas também não se pode ocultar que cumpre outras funções: é o principal destino turístico amazônico colombiano e apresenta economia diversificada.

Um passeio de voadeira<sup>1</sup> a partir do atracadouro de Tabatinga nos leva também ao empobrecido povoado de Santa Rosa, no Peru. Bem menor que as localidades anteriores, tudo no local parece irregular e alguns poucos policiais

---

<sup>1</sup> Pequena embarcação com motor de 20 ou 40hp utilizado para deslocamentos rápidos por ribeirinhos amazônicos.

realizam o controle migratório, praticamente a única instituição presente. No período de cheia, o lugar é inundado e restam palafitas interligadas por trapiches<sup>2</sup>. É difícil ver algum comércio formalizado e a impressão inicial é de que o povoado não merece maior atenção.

Muitos pesquisadores então se detêm na díade urbana Tabatinga-Leticia buscando estudar suas inter-relações e analisando a tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru tomando como base esse ponto tripartite. Brilhantes trabalhos por exemplo fez Nogueira (2004, 2007, 2008, 2013) enfocando diferentes aspectos da fronteira (análises comparativas entre Leticia e Brasil, análises territoriais clássicas, análises multi-nível sobre as diferentes perspectivas da fronteira-controlada, vivida, percebida). O Grupo Retis da Universidade Federal do Rio de Janeiro também tem se empenhado no estudo da fronteira brasileira e destaca as cidades gêmeas como chaves para a compreensão da dinâmica fronteiriça. Trabalhos de Steiman (2002, 2012) são especialmente profícuos na explicação das relações transnacionais entre as cidades de Leticia e Tabatinga. Trabalhos de escritores colombianos como os de Aponte Motta (2010, 2012) e Zarate Botia (2012) também tendem a focar as relações intra-urbanas entre as cidades-pares.

Outro grupo que tem feito pesquisas sobre as relações urbanas das cidades amazônicas é o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (Nepecab), contribuindo na explicação não apenas da rede de localidades centrais na Amazônia (SCHOR et T; OLIVEIRA, J. A., 2011), mas também no estudo de redes específicas como o mercado de bagres (MORAES, SCHOR et ALVES-GOMEZ, 2010a) ou dos preços da cesta básica regional (MORAES et SCHOR, 2010b, 2011). Os estudos acima, contudo, tem como objeto as relações e a configuração urbana dentro dos limites territoriais, não extrapolando a fronteira e a influência que cidades de Peru e Colômbia possam ter sobre o Brasil. No caso do estudo do mercado de bagres, essa extrapolação existe, já que o mercado de Leticia é fundamental para se conhecer essa rede específica, mas o estudo particularizado de apenas uma rede explica seu funcionamento, mas não a dinâmica fronteiriça ou

---

<sup>2</sup> Pontes e estruturas de madeira sobrepostas as ruas e vias inundadas durante as enchentes para o deslocamento provisório.

seu papel dentro do quadro econômico geral. Schor tem realizado pesquisas sobre a região de Caballococha no Peru e redes transnacionais, o que poderá trazer novas e ricas informações que complementam conclusões dessa dissertação.

Apesar de importantes, nem as relações dessa díade urbana Leticia-Tabatinga, nem as relações territoriais clássicas explicam o que ocorre nas principais ruas comerciais fora da Avenida da Amizade em Tabatinga, especialmente ao redor do porto da cidade. O que atrai atenção imediata é a grande concentração de comerciantes peruanos e de produtos industrializados alimentícios do Peru. Produtos manufaturados chineses de baixo valor agregado (*chinglings*<sup>3</sup>) também são comuns em bancas, barracas e lojas. Alguns hotéis e companhias de navegação localizadas na Av. Marechal Mallet, principal via de acesso ao porto, também têm proprietários peruanos e o espanhol é o idioma corrente.

Outro fato percebido foi o preço mais baixo de verduras, legumes e alimentos *in natura*, mesmo quando comparados com os preços de Manaus. Quando questionados, vendedores disseram que muitos alimentos procedem do Peru, vendidos por agricultores e por “cabeludos”, que depois averiguamos serem colonos do grupo religioso Asociacion Evangelica de la Mision Israelita del Nuevo Pacto Universal (AEMINPU), que cultivam alimentos em regiões ribeirinhas do departamento peruano de Loreto, fronteiro ao Brasil e a Colômbia.

Também disponível e visível em diversas ruas da cidade é o combustível peruano, vendido em garrafas pet a preços bem menores do que os nacionais. Por fim, os sacos de cimento verificados em algumas casas de material de construção possuem a mesma origem.

Outra face dessa participação peruana na fronteira é o tráfico internacional de drogas. É fato conhecido pelos principais órgãos governamentais e internacionais que a pasta base de cocaína que circula nessa faixa de fronteira é de origem majoritariamente peruana, dos vales do Huallaga e, recentemente, do próprio departamento de Loreto. Independentemente do destino final, o trânsito pelo Brasil passa pela região do Alto Solimões.

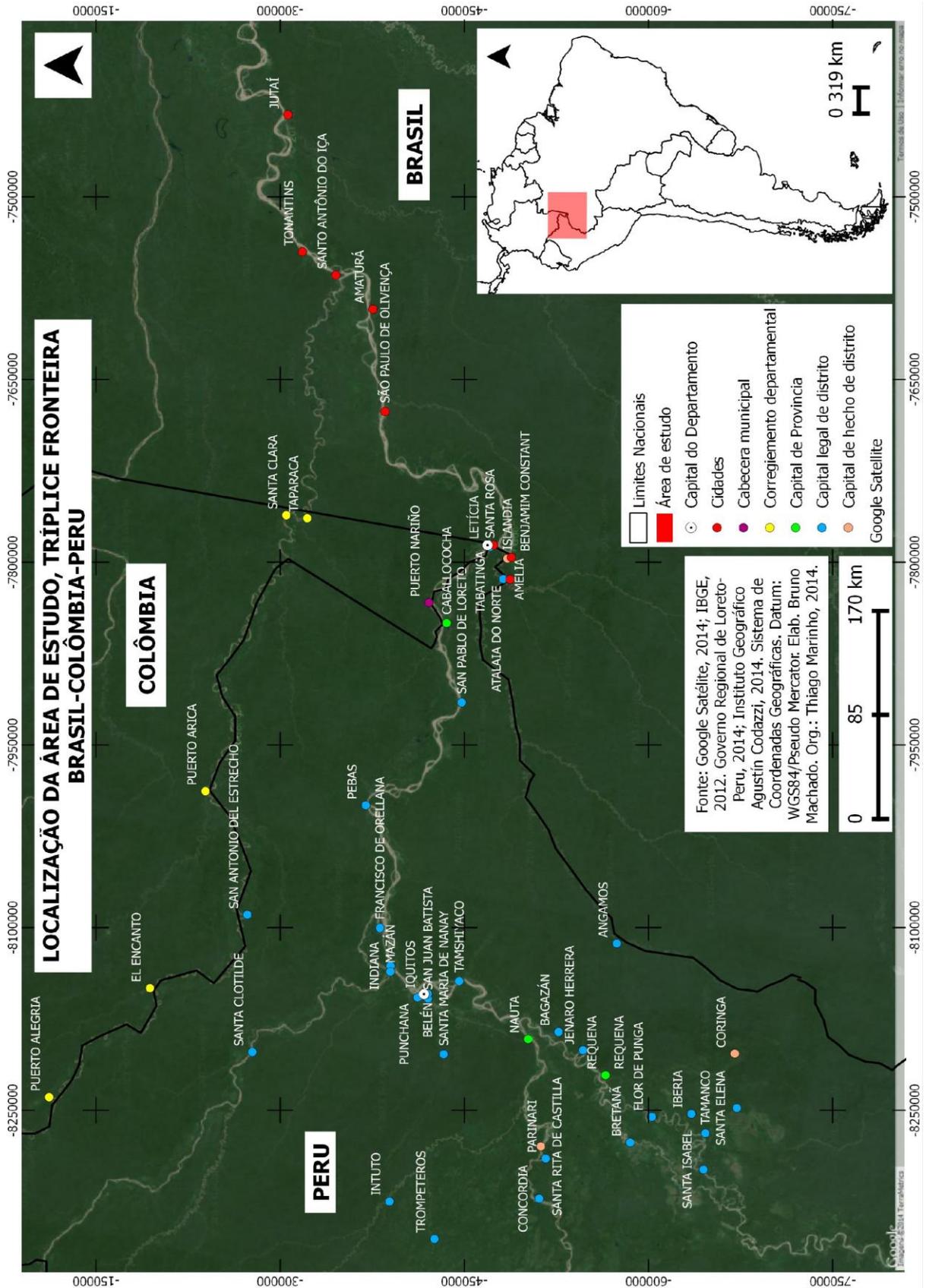
---

<sup>3</sup> Utilizaremos *chinglings* para denominar todos os produtos importados chineses manufaturados de baixo custo agregado e que estão presentes no comércio popular em todo o mundo. Sua variedade é enorme, compreendendo por vezes itens como pilhas, cds e eletrônicos até itens de vestuário, mochilas e confecções.

Todos esses fatos já poderiam configurar um problema de pesquisa estimulante, qual seja, o porquê dessa participação peruana no espaço econômico de Tabatinga. O problema, contudo, é ainda mais instigante. Atravessando o rio Solimões em direção ao Município de Benjamin Constant, constata-se que a participação peruana no comércio é ainda maior. Balsas diante da sede municipal e entre ela e a ilha de Islandia (outro povoado peruano) vendem produtos peruanos e atuam livremente. A 20 km de distância, no município de Atalaia do Norte, praticamente todo o comércio e os alimentos são de origem peruana. Descendo o rio em direção a Manaus, verificou-se que a presença peruana segue importante e tem sido crescente nos municípios de São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio no Içá e Tonantins, tanto no comércio, como na oferta de produtos alimentares (Figura 1). Sendo o Peru o país economicamente mais pobre e regionalmente menos institucionalizado, esse aumento de participação peruana é surpreendente. Tinha sido formado nosso meta-problema: Porquê é cada vez maior a influência (participação) peruana no espaço trans-fronteiriço?

Poderia ser um fato demográfico, já que existe migração histórica de peruanos para o Amazonas. Mas então, porque então não há comércio colombiano ou produtos colombianos no mesmo volume? Poderia ser algo restrito, que afetasse de forma isolada alguns setores da economia informal. Mas até nas cidades com áreas de comércio formal mais desenvolvido, com supermercados, farmácias e lojas, os moradores afirmam recorrerem à gasolina, alimentos e cimento peruano.

Figura 1 - Espaço da Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.



Diante do meta-problema, resolvemos tomar um barco (de companhia peruana, que parte de Santa Rosa, mas que vende passagens em Tabatinga) e subir o rio Amazonas em território peruano, até Iquitos, capital do Departamento de Loreto. Nos impressionou o fato de ao longo do rio existirem poucos centros urbanos (poderíamos dizer que Caballococha, San Pablo e Pevás se enquadrariam), mas muitos povoados, que se adensam a medida que chegamos próximos a Iquitos. Nas paradas, sempre havia pequenas embarcações carregadas de alimentos, cimento e tonéis de gasolina. Foi notada também a presença de muitos membros da AEMINPU. Foi-nos explicado no barco que essa parte do Rio Amazonas (para os peruanos Baixo Amazonas) seria perigosa, sem muito controle policial, e muito pobre. Como forma de sustento, segundo esses mesmos passageiros, estariam atividades como a extração de madeira, plantações de alimentos e o comércio com Iquitos. O tema da droga foi evitado, mas alguns não se eximiram de dizer que a cocaína permeia as relações econômicas locais.

Chegando a Iquitos, encontramos um grande centro urbano, com funções urbanas complexas. Ao nos depararmos com suas diversas estruturas portuárias, com casas bancárias e de agiotagem, com grandes mercados recebendo alimentos da costa peruana e do interior, com serrarias e locais de processamento de madeira, nos demos conta de seu papel na concentração e controle nos fluxos de produtos que seguem rio abaixo. Seu mercado consumidor acaba também oferecendo maior demanda e escala produtiva aos agricultores do interior ribeirinho. A cidade é sede de diversas companhias de navegação (tanto de carga como de passageiros) que operam em todo o departamento de Loreto, na fronteira com o Brasil e na fronteira com a Colômbia.

A partir dessa visita, nos sentimos diante de dois problemas interligados. Primeiramente, acreditamos que a maior parte dos trabalhos sobre a tríplice fronteira ignora um de seus principais agentes: os peruanos, representados por seus cidadãos, seu território, sua economia e pelas redes que se originam no país. Nossa hipótese é que esse problema ocorre porque as análises existentes, em sua maioria, ou utilizam um recorte territorial, ou estudam as relações transnacionais parcialmente: em uma escala muito local, no caso das cidades gêmeas, ou com uma delimitação temática muito restrita. Esses trabalhos, como apontado acima, são

muito importantes e têm contribuído muito para a compreensão de determinadas temáticas ou de relações locais e formas intra-urbanas na região de fronteira.

Ainda assim, o quadro explicativo da realidade da tríplice fronteira e das relações entre os agentes locais fica incompleto quando não se considera a multiplicidade de influências oriundas do Peru e dos peruanos, e que tem afetado muitas das relações trans-fronteiriças. O nosso problema de pesquisa havia se cristalizado.

Para considerar o elemento peruano e tentar explicar a dinâmica da tríplice fronteira decidimos trabalhar com a hipótese de que as redes geográficas originadas no Peru tem influenciado crescentemente a vida cotidiana dos habitantes da tríplice fronteira, principalmente nos circuitos inferiores da economia. Essas redes articulam e integram a tríplice fronteira, conformando uma proto-região transnacional. Concomitantemente, essas redes têm sido ativas nos processos de produção territorial dentro do espaço dessa região transnacional, muitas vezes competindo com as políticas estatais e de agentes externos (políticos, econômicos) à região.

Para demonstrar a existência dessa região articulada por redes, foram realizadas quatro viagens a campo entre 2011 e 2014. A primeira, em maio de 2011, representou o estímulo inicial para o projeto, quando percorremos as cidades de Tabatinga, Leticia, Benjamin Constant, Caballococha e Iquitos. Em outubro de 2012, visitamos os municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença no Brasil e as localidades de Santa Rosa, Islandia e Iquitos no Peru, além de Puerto Nariño, Leticia e Tarapaca na Colômbia. Em 2013, nos detivemos em Leticia e Tabatinga. Por fim, visitamos em março de 2014 os municípios de Tabatinga, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins no Brasil.

Nas viagens, recolhemos observações de campo sobre os centros urbanos no Brasil, Peru e Colômbia. Realizamos nelas também a verificação empírica sobre as redes geográficas peruanas. Além das observações de campo, ao longo de todo o projeto realizamos entrevistas livres com moradores de diversos segmentos sociais de todas as localidades visitadas, que deram suporte a nossas análises e conclusões. A partir das observações, relatos e extensa pesquisa

bibliográfica, decidimos desdobrar este trabalho em quatro capítulos, buscando atingir alguns objetivos específicos.

Primeiramente e antes de partir para observações de campo, com o objetivo de articular melhor os conceitos e as categorias geográficas utilizadas em nosso trabalho, discutimos os processos de produção territorial, de delimitação regional e das principais formas de articulação espacial em redes, destacando formas de articular os conceitos de território, região e redes geográficas.

O segundo capítulo busca um recorte inicial, uma delimitação do espaço em que as redes comerciais peruanas se fazem presentes de forma mais clara e que corresponderia a essa região transnacional, extrapolando tanto os limites territoriais e seus referenciais mais utilizados (zona de fronteira, faixa de fronteira, limite territorial, etc) como a dinâmica dos pontos de contato fronteiriço. Antes de determinar os limites sub-regionais em cada país, descrevemos um breve histórico desse espaço e mostramos que a região que pretendemos desvelar tem uma coerente base histórica. Em seguida, compilamos características naturais, socioeconômicas e demográficas das sub-regiões nacionais de nossa região, dando ênfase a aspectos que ajudam a explicar alguns motivos pelos quais as redes comerciais e geográficas peruanas são expressivas. Na caracterização da parte colombiana e peruana foram utilizados, além de dados quantitativos, descrições obtidas em viagens exploratórias sobre os principais centros urbanos e seu entorno, além de suas características econômicas e demográficas. Apesar de não terem a mesma profundidade da coleta em campo realizada na área brasileira, nos dão balizamento para que possamos delimitar e recortar nossa região hipotética.

Obviamente, se nossa proposta é mostrar que as redes geográficas peruanas exercem influência sobre tal espaço e que servem de nexo explicativo para uma conformação regional, materializando e exteriorizando uma certa relação de produção territorial, é sobre elas que dedicaremos maior atenção, no terceiro capítulo quando tentamos demonstrar sua presença no espaço brasileiro. Nessa seção, realizamos a descrição das sedes dos municípios brasileiros próximos a fronteira e de como as redes econômicas peruanas estão inseridas na realidade local. Fazemos a descrição das redes de produtos *in natura*, de produtos industrializados peruanos e de produtos *chinglings*, buscando qualificar a presença

peruana no espaço brasileiro, sua participação e representatividade no comércio das cidades visitadas.

Ao final, tentaremos discutir se realmente as redes peruanas poderiam estar articulando um espaço regional na tríplice fronteira. Para isso, analisaremos se das redes geográficas peruanas estudadas emerge um padrão de rede urbana. Verificaremos se podemos considerar que o espaço articulado nessa rede urbana tem características regionais. Por fim, tentaremos discutir em que medida os processos de articulação e integração transnacionais dentro do espaço regional competem com os processos verticais advindo de políticas territoriais dos estados nacionais e de ações de agentes econômicos externos à região.

## **CAPÍTULO 1 - AS REDES GEOGRÁFICAS COMO DELIMITADORAS DE REGIÕES E PRODUTORAS DE TERRITÓRIOS.**

Na introdução da dissertação, ficaram definidos alguns problemas para nossa pesquisa. Primeiramente, sentimos que o quadro explicativo da realidade da tríplice fronteira e das relações entre os agentes locais fica incompleto quando não se considera a multiplicidade de influências oriundas do Peru e dos peruanos e que tem afetado muitas das relações trans-fronteiriças.

Propomos que redes geográficas originadas no Peru influenciam a vida cotidiana dos habitantes da tríplice fronteira, principalmente nos circuitos inferiores da economia. Essas redes articulam e integram a tríplice fronteira, e conformariam uma proto-região transnacional. Concomitantemente, essas redes têm sido ativas nos processos de produção territorial nessa proto-região transnacional, muitas vezes competindo com as políticas estatais e de agentes externos (políticos, econômicos) à região.

Nos estudos geográficos, lançar mão de diferentes categorias de análise (território, região e rede) e integrá-las de forma a conhecer melhor o espaço é um trabalho tortuoso e difícil. Primeiramente, é difundida a opinião entre os geógrafos sobre a incompatibilidade das diversas categorias. Além disso, ao longo do tempo, cada conceito foi sendo escrutinado e seu significado tornou-se cada vez mais polissêmico, aberto a diversas interpretações existentes de acordo a certa corrente de pensamento ou recorte epistemológico.

Por esses motivos, no primeiro capítulo nos dedicamos a uma revisão e discussão acerca de cada um dos conceitos-chave de nosso trabalho, escolhendo recortes que sejam passíveis de articulação. Ao final do capítulo, estaremos aptos a propor uma forma de como os três conceitos podem ser utilizados simultaneamente para analisar espaços trans-fronteiriços como a tríplice fronteira entre o Brasil, Peru e Colômbia.

### **1.1 Território e produção territorial**

O problema de pesquisa fala da influência que as redes geográficas originárias do Peru teriam na proto-região transnacional entre Peru, Colômbia e

Brasil em sua produção territorial. Temos de entender então do que falamos quando mencionamos o conceito de território.

Partindo do conhecimento do senso comum, nos acostumamos a pensar em território como o espaço onde um país exerce sua soberania política, terra e espaço pertencentes a um povo ou país, delimitado por limites e fronteiras fixas. Essa aproximação do senso comum foi construída ao longo de toda a história e a conquista de territórios foi práxis entre governantes e povos desde a Antiguidade. Também essa ligação entre luta e poder esteve sempre conexo ao termo.

Com o advento do Estado moderno, o real mescla-se com o abstrato, e as ciências políticas e jurídicas acabam corroborando a noção de território como item formativo das unidades políticas constituídas, espaço de expressão da soberania. Nesse espaço, as leis do país têm validade, apenas o país exerce o controle político (inclusive do uso da força) e direitos e deveres estabelecidos se aplicam aos habitantes.

A noção de território, como componente necessário do Estado, só apareceu com o Estado Moderno, embora, à semelhança do que ocorreu com a soberania, isso não queira dizer que os Estados anteriores não tivessem território (...) Com raríssimas exceções, os autores concordam em reconhecer o território como indispensável para a existência do Estado, embora o considerem de maneiras diferentes. Enquanto para muitos ele é elemento constitutivo essencial do Estado, sendo um dos elementos materiais indispensáveis, outros o aceitam como condição necessária exterior ao Estado, chegando, como Burdeau, à conclusão de que ele, conquanto necessário, é apenas o quadro natural, dentro do qual os governantes exercem suas funções. (DALARI, 1998, p. 34)

O Estado Moderno implantou fronteiras e delimitou a extensão do território de forma bastante rígida, mas ele de fato não criou o território. Esse já existia, como um quadro natural. Nessa acepção, o território se equivale a espaço e não aparece como um objeto de estudo, apenas um meio onde se desenrolam as lutas de poder, ou, pior, uma abstração sem nexos com a sociedade.

O aparecimento do território como categoria de análise vai surgir, de forma mais clara, com o desenvolvimento das ciências naturais no século XIX e o estudo das espécies feita pela Biologia e pela Escola Evolucionista. Nestes campos o território é o termo privilegiado para explicar a interação entre as espécies, que lutam para sobreviver, adaptando-se e apropriando-se do seu meio.

As ciências humanas buscaram inspiração nas ciências naturais para a legitimação de seu status como campo do conhecimento no século XIX. Com a geografia clássica não foi diferente e muitos dos modelos deterministas das ciências naturais foram transplantados para seu objeto de estudo.

Frederich Ratzel, considerado por muitos o pai da Geografia Humana, foi um dos pioneiros a vincular a sociedade ao solo, o homem à terra. Ele o fez a partir de uma noção organicista e determinista de sua sólida formação como zoólogo e biólogo. Para ele, “organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto a seu território” (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 74), e ainda:

do mesmo modo, com o crescimento em amplitude do Estado, não aumentou apenas a cifra dos metros quadrados, mas, além disso, a sua força, a sua riqueza, a sua potência (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 80)

Ora, para Ratzel o território é o espaço vital para a sobrevivência do indivíduo e de sua relação com esse espaço surgem aglomerações humanas mais complexas, que vão por sua vez depender ainda mais de seu território. Nele estão suas riquezas e suas possibilidades. Nossa intenção não é alongarmos a teoria de Ratzel, nem lembrarmos todos os discípulos que, de boa ou de má fé, utilizaram seu conceito de espaço vital para legitimar “geopolíticas de poder estatais”. O importante é ressaltar que o conceito saiu da abstração jurídica para a subsistência real dos indivíduos e motivou estudos das estratégias de sobrevivência dos indivíduos no espaço.

Essa conceituação do território, entretanto, serviu diretamente aos interesses dos estados nacionais, seres políticos mais complexos, e passou a se referenciar também na geografia como o espaço político do estado. O ramo da geografia política adotou o termo como objeto de seu estudo, com o estado como unidade de análise e suas políticas de ordenamento do espaço – que nada mais são do que o uso de poder em uma ação sobre o espaço - passaram a ser denominadas políticas territoriais.

Essa concepção estatal de território onde o poder soberano é exercido sobre seus limites e fronteiras, contudo, é bastante frágil à luz da realidade e pode ser considerada uma simplificação se tomada como paradigma. De fato, a evolução

do pensamento geográfico trouxe novas interpretações que deram ao termo mais consistência para designar relações espaciais em um nível muito mais atomizado. Uma das contribuições mais importantes para esse trabalho provém de Raffestin, segundo o qual:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

Por esse entendimento, o conceito se amplia, e qualquer ator, seja um indivíduo, um grupo, uma organização ou um governo, tem a capacidade de produzir território. Por meio de um programa ou ação, o espaço é modificado.

O espaço nessa concepção seria um dado e não se confunde com território. Este é uma produção. Os limites do espaço, segundo Raffestin seriam os do sistema sêmico. O próprio espaço é uma produção sêmica. Essa concepção trata o próprio mundo físico como uma construção humana, simbolizada, na sintaxe euclidiana, pelo plano, linha, e ponto. Da combinação desses elementos, ainda segundo Raffestin, resultariam as imagens ou representações do espaço. O território seria produzido exatamente pela relação entre os atores e esse espaço. Qualquer ação ou representação intencional do ator nesse espaço produziria o território.

Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede. (RAFFESTIN, 1993, p. 150)

Há visões diferentes sobre a relação entre espaço e território na evolução do pensamento, mas a questão da produção social acaba tendo significado importante na maioria das concepções. Brunet, Ferras e Théry (1993, p. 480) definem território como “a projeção sobre um dado espaço das estruturas específicas de um grupo humano, que inclui a forma de repartição e gestão do espaço, a organização deste espaço.”

Essas definições se aproximam do que Santos definiu como espaço geográfico:

um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (SANTOS, 1996, p. 63)

Ainda assim, em um trabalho posterior, o território é retratado em termos de espaço usado, e, para sua definição,:

devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política. (SANTOS, 1979, p. 63)

A definição de território de Raffestin se assemelha ao espaço social de Lefebvre (1992), em que deve haver uma produção para que ele se materialize. O espaço social seria composto pela prática espacial, pela representação no espaço e pelo espaço representacional, vivido pelo indivíduo.

Fica estabelecido que no escopo dessa dissertação o território é essa concepção de espaço produzido pelas relações humanas, um espaço social em essência, que se apropria da natureza ou do espaço neutro e a transforma em novas formas, sejam objetivas ou representacionais.

Essa objetivação do território permite um aprofundamento analítico. Os territórios produzidos se cristalizariam em sistemas territoriais: “sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente que permitem a atores assegurarem o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado ou possuído.” (RAFFESTIN, 1993, p. 151) Ora, dessa concepção reemerge a articulação entre território e poder.

E essa ligação, como vimos, é bastante difundida na Geografia, em que a categoria de análise utilizada na maior parte de estudos políticos é exatamente o território. A diferença entre o uso clássico, o uso geopolítico e um uso mais sofisticado é que nos dois primeiros casos, o território é visto apenas como uma categoria política no sentido estatal.

Creemos que esse sentido pode ser ampliado. Segundo Raffestin (1993) os sistemas territoriais podem ser vistos como sistemas de objetivos e de ações, conhecimentos e práticas em diversos níveis (econômicos, políticos, sociais, culturais) que se espacializam nas superfícies (tessituras), nos pontos (nós) e nas linhas (redes) e formam um conjunto relacional e estruturado. Os limites das ações e objetivos estariam implícitos na noção de tessitura, que delimitaria o poder numa área precisa. Mas a própria tessitura poderia se desdobrar em malhas territoriais de diferentes origens (econômicas, sociais, políticas). Constituída de redes e pontos, há

malhas políticas, mais estáveis e malhas econômicas, mais dinâmicas e adaptáveis a mudanças.

As tessituras de origem política, aquelas criadas pelo Estado, em geral têm uma permanência maior do que as resultantes de uma ação dos atores empregados na realização de um programa [...] a grande diferença entre malhas política e malha econômica está no fato de que a primeira resulta de uma decisão de um poder ratificado, legitimado, enquanto a segunda resulta de um poder de fato. (RAFFESTIN, 1993, p 155)

É importante entender a existência dessas diferentes malhas que compõe a tessitura territorial, especialmente em nosso trabalho, em que um dos desafios é trabalhar com uma região que transgride os limites entre os estados. Portanto, na produção de um território não agem apenas forças de um poder político constituído, ainda que ele seja mais estável.

Nos pontos (lugares onde se elabora toda a existência) e nas redes (sistema de linhas em que os atores agem, procuram manter relações, asseguram funções, se influenciam, se controlam, se interditam, se permitem, se distanciam, se aproximam) de Raffestin (1993), os atores sintagmáticos produzem cotidianamente tessituras diversas. Aqui outra elaboração teórica fica evidenciada. O sistema territorial afeta os nós e as redes ao mesmo tempo em que são produzidos, em um processo constante. Essa noção de iteratividade é importante pois dá uma dimensão relacional ao território.

Nossa hipótese estabelece exatamente essa relação, uma vez que propomos serem as redes geográficas, na região a ser estudada, competidoras dos estados nacionais no processo de produção territorial. Isso significa que no espaço estudado, coexistem tanto uma malha de ordens, fronteiras e instituições que age e produz uma forma territorial estatal internacional, quanto uma malha econômica, social e “cotidiana” que age e produz uma forma territorial transnacional diversa.

O poder e a ação política nesse espaço estariam condicionados tanto à lógica estatal quanto à lógica das redes estudadas e por isso, seriam mais complexos de se controlar. Para exemplificar, os indivíduos residentes em um município como Santo Antonio do Içá responderiam tanto a condicionantes de poder estatais (políticas públicas, alistamento militar, uso da infraestrutura escolar e hospitalar) como a condicionantes de poder originados das redes geográficas

(participação no narcotráfico, compra de alimentos sem inspeção fitossanitária, trabalho no comércio peruano irregular).

O desdobramento dessa competição poderia ser que as políticas estatais não seriam efetivas porque os incentivos e condicionantes das redes geográficas cotidianas interfeririam na tomada de decisão dos habitantes da fronteira.

A hipótese diz, portanto, que as redes geográficas sim importam e são responsáveis por gerar relações de poder que afetam os habitantes e o território da proto-região transnacional estudada. Mas a que região nos referimos?

## **1.2 O resgate da região como escala de análise**

A região é talvez o conceito mais discutido e polissêmico entre as principais categorias de análise da geografia. Desde as concepções pré-científicas à era da geografia clássica até a atualidade, a região vem se ressignificando como categoria de análise fundamental: “regionalizar, no seu sentido mais amplo e relacionado a uma de suas raízes etimológicas, enquanto recortar o espaço ou nele traçar linha, é uma ação ligada também ao sentido de orientar-se.” (HAESBAERT, 2010, p.9)

Gomes (1995) nos lembra que já na linguagem do senso comum está a região relacionada a dois princípios fundamentais na relação entre o homem e a natureza: à extensão e à localização. Nos lembra também o autor que a região também tem longo emprego enquanto unidade administrativa básica de divisão territorial, havendo sido usada pelo menos desde o Império Romano. Em outras ciências, o emprego do termo está sempre interligado às noções de área definida, certo domínio de determinada característica, propriedade ou regularidade.

É na Geografia, contudo, que o termo vai se disseminar e adquirir maior importância, e surgem, sobre as indefinições do senso comum, questões epistemológicas e discussões conceituais mais sofisticadas. A evolução do conceito deu origem a múltiplos usos e também a críticas por diversos motivos.

Retomar o desenvolvimento desse conceito é importante para definirmos o escopo de nosso uso, conhecendo as principais críticas de cada interpretação e buscando tomar das diversas correntes os aspectos positivos que podem contribuir

para nossa análise sobre a tríplice fronteira. Essa reflexão é importante pois como nos lembra Correa:

“[...] queremos deixar claro que todos os conceitos de região podem ser utilizados pelos geógrafos. Afinal, todos eles são meios para se conhecer a realidade, quer num aspecto espacial específico, quer numa dimensão totalizante: no entanto, é necessário que explicitemos o que estamos querendo e tenhamos um quadro territorial adequado a nossos propósitos.” (CORREA, 2000, p. 23)

Gomes compartilha dessa opinião quando diz que reconhecer a existência da região “significa conceber nesta multiplicidade a riqueza e objeto propriamente de uma investigação científica”. (GOMES, 1995, p. 49)

A primeira noção considerada “científica” pela geografia, a região natural, surgiu no final do século XIX, impulsionada por estudos nas áreas de ciências naturais - geologia, climatologia - e das noções dominantes de determinismo ambiental que foram carreadas pela expansão imperialista.

A região natural é entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza. (CORREA, 2000, p. 24)

Esse conceito é importante para as diversas ciências naturais que se firmavam no século XIX buscando regularidades ambientais. Ao sistema climático de Köppen ou a divisão geológica da Terra iniciada no século XIX, tal parâmetro é perfeitamente aceitável. A regularidade de certos fenômenos naturais como determinantes para o desenvolvimento das sociedades, contudo, é preconceituoso e simplista. No entanto, o ambientalismo e a inspiração das ciências naturais contaminou os primeiros trabalhos geográficos, que se apoiaram nesse conceito para tentar estabelecer associação entre características do meio e determinações sociais.

Correa (2000) nos lembra que a divisão regional da Terra feita por Hebertson apoiada nas grandes regiões climáticas pode ser considerado um ponto de partida para o conhecimento a respeito da diferenciação do planeta. Entretanto, o clima aparece em Hebertson como fator determinante sobre o homem e para justificar o colonialismo e o racismo, faces integradas do imperialismo. Outro autor,

Dryer, segundo Correa (2000) acaba definindo as regiões econômicas como sendo determinadas pela natureza.

Vidal de La Blache, em uma primeira fase, inspirado pelo trabalho de geólogos, também se pautou por certo determinismo ambiental ao propor como bases para a regionalização o uso de atributos fisiográficos em escalas diferentes e sua correspondência com as regiões da França:

Não por acaso elas (as regiões) se aproximam das divisões geológicas, a ponto de quase coincidir com elas. Todavia, é preciso reconhecer que elas também se justificam por razões provenientes do aspecto do terreno, do caráter da vegetação e do agrupamento dos habitantes, isto é, por razões de ordem essencialmente geográfica. (LA BLACHE, 2012a, p. 212)

A região natural não tardou a ser contestada e embora suas conclusões pudessem ser úteis para alguns campos da disciplina que buscavam leis gerais sobre os fenômenos da Terra e que ficou conhecida como Geografia Geral, a falta do homem como modelador de seu meio e o domínio do ambiente sobre as suas ações começou a ser contestada por diversas correntes que irão ser chamadas de “possibilistas”. Em realidade, essas correntes construirão um arcabouço teórico e metodológico que perduraria hegemônico até a década de 1950.

A Escola Francesa, liderada pelo próprio Vidal de La Blache, será a principal formuladora do que se convencionou chamar região geográfica, resultado da relação homem-natureza, que é a relação fundadora da própria disciplina. As diferenças entre os *pays* da França, dizem respeito, segundo La Blache:

...não somente à natureza do solo, aos rios que o sulcam, à presença de água sob a forma de fontes ou de cursos d'água, mas, mais ainda – como indiquei há pouco – às causas extraídas da natureza humana, e são principalmente essas que explicam por que puderam se formar tantos meios sociais diferentes, capazes de conservar um conjunto de hábitos tradicionais cimentados pelo tempo. (LA BLACHE, 2012b, p. 232)

Os *pays* a que se refere Vidal são as regiões geográficas, unidades que encerram um gênero de vida, uma forma de determinado agrupamento humano lidar com os recursos da natureza. O homem passa a ter influência preponderante na explicação e na fundamentação das unidades regionais. Como nos chama atenção Gomes:

Segundo essa perspectiva possibilista, as regiões existem como unidades básicas do saber geográfico, não como unidades morfológicas fisicamente pré-constituídas, mas sim como o resultado do trabalho humano em um determinado ambiente. São assim as formas de civilização, a ação humana, os gêneros de vida, que devem ser interrogados para compreendermos uma determinada região. São eles que dão unidade [...] Nasce daí a noção de região geográfica, ou região paisagem[...]. (GOMES, 1995, p. 56)

O estudo da paisagem sugere um longo processo de desenvolvimento da relação entre os diversos fenômenos naturais e os agrupamentos humanos, que culminam com um gênero de vida. A região geográfica, segundo Correa (2000, p. 28), “abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso componentes humanos e natureza. A ideia de harmonia, de equilíbrio, evidente analogia organicista que Vidal de La Blache adota.”

A região geográfica é portanto algo empírico, concreto e observável. Por esse motivo, o papel do geógrafo não é o de determinar as diferenças regionais mas reconhecer e descrever seus elementos já existentes, seu processo de formação e evolução. Por meio do estudo da região, poder-se-ia compreender toda a Terra. A articulação entre geografia regional e geral é proposta pelo próprio La Blache, que nesse momento sustenta serem os diversos gêneros de vida e regiões correspondentes o objeto da geografia, a serem estudados como um conjunto de diversidades:

A característica de uma área é algo complexo, que resulta do conjunto de um grande número de aspectos e da maneira como eles se combinam e se modificam uns aos outros. É preciso ir além e reconhecer que nenhuma parte da Terra contém em si mesma sua explicação. (...) Seria colocar uma venda nos olhos estudar uma região isoladamente, como se ela não fizesse parte de um conjunto. (LA BLACHE, 1894 apud HAESBAERT 2012, p. 1-2).

A geografia regional vai fazer uso do método descritivo, com a elaboração de monografias que articulam os diversos elementos físicos, históricos e culturais buscando sintetizar a região como um gênero de vida.

O objetivo final é encontrar para cada região uma personalidade, uma forma de ser diferente e particular. De fato neste caso, não se pode identificar a priori os traços distintivos responsáveis pela unidade regional, pode ser o clima, a morfologia, ou qualquer outro elemento, a partir do qual uma comunidade territorial cria uma forma diversa de se adaptar, um gênero de vida. (GOMES, 1995, p. 56)

A escola francesa na geografia, com suas monografias regionais, influenciou outros centros. Na Alemanha, o principal defensor da geografia regional foi A. Hettner, que levou a questão da região à discussão da epistemologia da ciência. Ele distinguia as ciências do homem (idiográficas), descritivas, interpretativas das ciências positivistas (nomotéticas), que procuram regularidades e leis. Dentro desse quadro:

A geografia era uma ciência idiográfica, visto que ela estudava o espaço terrestre e este é diferenciado, não regular e único em cada paisagem. (...) O princípio da 'diferenciação de áreas' conduz irremediavelmente a estabelecer o conhecimento regional como produto supremo do conhecimento geográfico. [...] Assim, através da região, a geografia garantiria um objeto próprio. (GOMES, 1995, p. 59)

Essa visão da região como objeto principal da geografia é aprofundada por R. Hartshorne em seu livro *The Nature of Geography* de 1939, obra fundamental na formalização do método regional, método geográfico por excelência:

Há outros campos que estudam os mesmos fenômenos, a geologia, a climatologia, a botânica, a demografia, a economia, a sociologia, etc., mas só a geografia - segundo Hartshorne -tem essa preocupação primordial com a distribuição e localização espacial e este ponto de vista é o elemento-chave na definição de um campo epistemológico próprio a geografia. (GOMES, 1995, p. 59)

Ora, na visão de Hartshorne havia as ciências em geral e a história e a geografia, que necessitavam métodos próprios para compreensão das singularidades regionais. A principal distinção entre Hartshorne e a escola francesa era que para ele a região era um produto mental, e não dado na realidade empírica. Ainda assim os métodos das duas correntes se reforçaram, gerando monografias regionais sobre diversas regiões do mundo.

Ainda que a partir da década de 50 a região geográfica e o método regional tenham sido alvo de severas críticas e perdido seu papel proeminente na geografia, Haesbaert (2010) sintetiza alguns pontos que sobressaem como sendo comuns aos enfoques regionais de La Blache, Sauer e Hartshorne, e que devem ser resgatados para aproveitarmos o que neles há de coerente. O enfoque regional, segundo Haesbert: 1) dá importância ao específico e singular (individualidade, personalidade geográfica, diferenciação de área) sem contudo ser estritamente

empirista; 2) integra, faz uma síntese que permite perceber uma coerência/coesão interna à região; 3) tem uma continuidade espacial (tendência zonal); 4) apresenta estabilidade; e 5) relata uma mesoescala de análise.

A região geográfica enfrentou, a partir do pós-guerra, diversas críticas, que questionavam desde a “harmonia” social da região-paisagem até mesmo o status científico da geografia. As principais correntes críticas que em nossa visão fizeram avançar o debate e deram novas ferramentas aos estudos regionais, apesar de demovê-la do papel central que tinha enquanto categoria-síntese da geografia, foram as correntes positivista e crítica/marxista.

A emergência do positivismo-lógico não foi exclusividade na Geografia, gerando debates epistemológicos nas ciências sociais como um todo. Tal corrente pregava que mesmo as ciências humanas, para serem reconhecidas como ciência, deveriam trabalhar seus objetos com a máxima objetividade, utilizando técnicas matemáticas e estatísticas. Ciências que utilizavam métodos não verificáveis ou que não seguissem o método científico não poderiam ser consideradas como tais. Nesse sentido:

A geografia, assim, através dessa perspectiva regional-descritiva, jamais teria alcançado o estatuto verdadeiramente científico, pois limitava à descrição, sem procurar estabelecer relações, análises e correlações entre os fatos. Ao mesmo tempo, o fato de acreditar que o método regional fosse característico ao saber geográfico também constituía um erro, pois de fato, segundo estes críticos, o método científico é um só, não há pontos de vista diferentes, há objetos científicos diferentes. (GOMES, 1995, p. 62)

A geografia teórico-quantitativa passaria a tratar a região como uma das formas de análise e não como o objeto principal da geografia. Para tornar a disciplina científica era necessária a formulação de conceitos a partir de critérios pré-estabelecidos, visando entender um problema específico. A região torna-se um meio, uma técnica, e não mais um produto. São os propósitos da pesquisa que nortearão a determinação de uma região, ela não existiria a priori.

A região natural e a região paisagem passam a ser apenas uma das múltiplas possibilidades de se recortar o espaço terrestre. A região constitui-se para o geógrafo lógico-positivista em uma criação intelectual, criada a partir de seus propósitos específicos. (CORREA, 1997, p. 186)

Correa (2000 e 1997) e Gomes (1995) conceituam a região positivista como uma classe de área, em que a uniformidade interna é maior do que a externa, dependendo da variável a ser estudada. Para definir a região, bastaria analisar as propriedades estatísticas dos espaços e suas correlações. Não se atribui a elas bases empíricas prévias mas sim propósitos e critérios escolhidos. As características diferenciadoras e os padrões que emergem da análise estatística traria sínteses sucessivas e seria possível tipificar diferentes regiões e posteriormente proceder a uma análise em conjunto em que as diferentes regiões poderiam ser classificadas, hierarquizadas e “manejadas”. A organização do espaço passa a ser fruto dos critérios desejados.

Apesar do forte caráter abstrato da corrente lógico-positivista, sua utilidade prática rapidamente a fez suplantar a geografia clássica, e foi utilizada especialmente nas explicações de fundo econômico, tributária que era da interpretação microeconômica neoclássica. A partir dela a geografia avançou em diversos temas que a geografia clássica tinha dificuldades em analisar, como o papel dos centros urbanos, da indústria, da distribuição de bens e recursos e dos transportes. Trouxe também duas importantes noções, a de região homogênea e funcional, que veremos abaixo.

O próprio La Blache, em 1910, já havia em seus textos expressado preocupação de que o caráter das regiões estava mudando no início do século XIX e que as cidades estavam cada vez mais articuladas em fluxos extra-regionais, que eram dificilmente caracterizados no método regional clássico. As questões econômicas estavam suplantando o processo cultural e histórico nas articulações entre os lugares. Era necessário estudar as cidades, que se constituíam em nódulos e exerciam influência sobre um raio de ação muito maior do que a região.

Toda cidade representa um nó de relações, mas há nodalidade de nível superior que ultrapassam o perímetro da própria cidade, tomando aí seu ponto de partida e estendendo progressivamente seu raio de ação. (LA BLACHE, 2012c, p 262)

O autor propõe que as regiões sejam estudadas a partir de seus centros, as cidades regionais, e que entender as cidades e as estradas permitiria entender os processos econômicos em curso e a força das regiões industriais. As regiões nodais emergem. É inegável a evolução do conceito do autor, que já previra algumas

limitações do método regional anteriormente proposto e é precursor das teorias de localidade centrais, de redes e fluxos, que será retomada quase meio século depois pelos positivistas.

Estes buscarão, segundo Correa (2000) diferenciar as áreas de estudo com dois enfoques. As regiões poderiam ser divididas entre simples e complexas, dependendo do número de variáveis ou critérios escolhidos. Outro enfoque divide as regiões em homogêneas e funcionais.

Por região homogênea, estamos nos referindo à unidade agregada de áreas, descrita pela invariabilidade de características analisadas, estáticas, sem movimento no tempo e no espaço: a densidade de população, a produção agropecuária, os níveis de renda da população, [...] As regiões funcionais, apesar da inadequação do termo, são definidas de acordo com o movimento de pessoas, mercadorias, informações, decisões e ideias, sobre a superfície da Terra. Identificam-se assim, regiões de tráfego ferroviário, fluxos telefônicos, matérias primas, influência comercial das cidades etc. (CORREA, 2000, p. 35)

É muito importante para nosso trabalho fixarmos atenção para a região funcional, uma vez que nosso trabalho se baseia no estudo de algumas redes e acreditamos que essas redes poderiam ter papel preponderante na conformação de uma região. Mesmo que não queiramos limitar nossa análise estritamente a determinado conceito, é importante entender as implicações da região funcional.

A estruturação do espaço não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mas sim das múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado. Grande parte desta perspectiva surge com a valorização do papel da cidade como centro da organização espacial. Desta forma, as cidades organizam sua hinterlandia e organizam também outros centros urbanos de menor porte, em um verdadeiro sistema espacial. (GOMES, 1995, p. 64)

Na próxima seção retomaremos essa discussão quando buscarmos discutir as redes geográficas, mas é importante entender que essa região funcional, organizada por fluxos e trocas, com valorização da vida econômica, influenciou toda uma escola da geografia, que, segundo Gomes (1995), se dedicou a estudar as regiões polarizadas, “de um espaço tributário, organizado e comandado por uma cidade.” Na geografia moderna, segundo Pierre George, não era mais a região que fazia a cidade e sim a cidade que fazia a região.

Se a crítica positivista foi contundente ao desafiar a geografia regional clássica inspirada na Escola Francesa, e também aportou diversas técnicas e inovações aos estudos geográficos, não tardou em ser ela própria criticada.

Segundo Haesbert (2010), a perspectiva quantitativa-neopositivista acabou empobrecendo o enfoque regional e o diminuiu a um procedimento de classificação de áreas, a tipos e classes metodológicas. A classificação é um mero agrupamento de objetos, selecionam-se variáveis de diferenciação e estas são hierarquizadas em ordens. A divisão lógica de Grigg (1974) reduz a divisão espacial a um procedimento estatístico. Talvez aí sua principal fraqueza. Sem o trabalho de campo e a narrativa regional, produz-se uma geografia sem espaço, uma contradição absoluta.

Além disso, na década de 70, emergem escolas de pensamento geográfico que vão questionar tanto o conceito de região geográfica clássica como as regiões como classes de área da geografia positivista. Elas podem ser agrupadas no ramo da Geografia Crítica e incluem diversas abordagens, a maior parte delas de origem epistemológica marxista.

Talvez a crítica mais unificadora das correntes críticas/marxistas seja a de que até então a geografia havia deixado de lado algo fundamental para a discussão e compreensão do espaço: o papel ideológico impregnado em seus conceitos. Yves Lacoste, segundo Correa (2000) refere-se a concepção vidaliana de região como sendo um conceito obstáculo, negando outras possibilidades de se dividir o espaço e se norteando por uma perspectiva de harmonia que em nada refletia a desigualdade, a luta de classes e da divisão espacial do trabalho.

Por outro lado, a geografia quantitativa seguia a ideologia capitalista, amparada pelos modelos econômicos neoclássicos. Segundo Gomes (1995), as noções de rentabilidade e mercado orientavam o conceito de funcionalidade e para os críticos contribuía para o aprofundamento de um desenvolvimento espacial desigual.

Ao assumir a dinâmica de mercado como pressuposto da organização espacial, estes modelos 'naturalizariam' o capitalismo, como a única forma possível de conceber o desenvolvimento social, ao mesmo tempo, em que trabalhavam para a manutenção do status quo de uma sociedade desequilibrada e desigual. (GOMES, 1995, p. 65)

Os trabalhos na linha da geografia radical buscavam argumentar que a diferenciação do espaço se deve, antes de mais nada, à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação desigual.

Segundo Massey (1978), a identificação de regiões deve se ater àquilo que é essencial no processo de produção do espaço, isto é, à divisão sócio-espacial do trabalho. A Escola Crítica iniciou a produção de novas regionalizações baseadas em temas como os padrões de acumulação, a distribuição de renda ou a organização dos sindicatos. Apesar da volta dos aspectos humanos como norteadores da discussão geográfica, pouco se avançou na metodologia, já que essa corrente se apropriou da classificação de áreas e a utilizou segundo as variáveis que desejavam.

A crítica marxista, mais elaborada, parte da teoria de Trotsky sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado para elaborar uma abordagem que se aplicasse ao espaço. Segundo Correa (2000), dois processos dialéticos - a desigualdade e a combinação agem sobre o espaço criando as regiões. Desde o início da história, o desenvolvimento distinto entre as sociedades gerou processos internos de diferenciação e difusão. Os diferentes modos de produção foram emergindo em diferentes áreas e os processos de difusão se fizeram desigualmente no tempo, acarretando desigualdades que serão refletidas na constituição das regiões.

As desigualdades que aparecem caracterizam-se pela combinação de aspectos distintos dos diversos momentos da história do homem. Isso resulta no aparecimento de grupos também distintos ocupando específicas parcelas da superfície da Terra, e aí imprimindo suas marcas, a paisagem, que nada mais é que uma expressão de seus modos de vida. Uma vez iniciada a difusão do processo de regionalização, de diferenciação de áreas, via contatos comerciais, migrações e conquistas, esta assume ritmos distintos. (CORREA, 2000, pp. 43)

O autor argumenta que com o processo do capitalismo essa diferenciação e articulação simultânea torna-se ainda mais acentuada, tornando os processos de regionalização também mais acentuados. Existe sob o capitalismo a coexistência de diferentes modos de vida e diferentes formas de articulação entre elas. Mas a região, nesse caso, é “uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações” (Correa, 2000, p 43).

Outra ideia que surge no debate marxista é a ideia da região como uma totalidade sócio-espacial. As sociedades nesse caso “produzem” seus espaços segundo as determinações prévias em que estão inscritas e, dialeticamente, esses espaços aportam condições determinantes para a produção da vida e da sociedade. A região deveria nesse caso ser apresentada como uma síntese concreta e histórica, “produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social.” (Santos, 1979)

Apesar do enriquecimento do conceito de região e da possibilidade de estudo dela por ângulos diferentes (formação histórica, análise dos modos de produção e de como eles afetam diferentes espaços, análise dos diferentes tempos e sua materialização no espaço), a vertente marxista pouco inova na metodologia, e a totalidade sócio-espacial, segundo Gomes, acaba muitas vezes se transmutando na “velha” ideia de síntese regional, reforçando-se assim as concepções metodológicas da geografia clássica.

Outra corrente interessante, que propositalmente resgata concepções da síntese regional é a humanista. A região como parte do espaço percebido e vivido se adequa a uma mesoescala de referência para o indivíduo e para as sociedades.

A região existe como um quadro de referência na consciência das sociedades; o espaço ganha uma espessura, ou seja, ele é uma teia de significações de experiências, isto é, a região define um código social comum que tem uma base territorial (Bassand e Guindani, 1983). Novamente a região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. (GOMES, 1995, p. 67)

Armand Fremont, autor da corrente humanista, buscou uma definição mediadora que de certa forma atualiza a noção regional da escola clássica:

De maneira geral, a região apresenta-se como um espaço médio, menos extensa do que a nação ou o grande espaço de civilização, mais vasto do que o espaço social de um grupo, e *a fortiori* de um lugar. Integra lugares vividos e espaços sociais com um mínimo de coerência e de especificidade, que fazem dela um conjunto com uma estrutura própria (a combinação regional), e que a distinguem por certas representações. Na percepção dos habitantes ou dos estranhos (as imagens regionais). A região é menos nitidamente conhecida e percebida do que os lugares do cotidiano ou os espaços sociais da familiaridade. (FREMONT, 1980, p. 168)

Por fim, há ainda uma outra corrente que, mesmo objetivando destruir o conceito de região, não consegue deixar de reforçar a necessidade desta categoria

de análise: trata-se da corrente globalista. Segundo Haesbert (2010), a ênfase neste caso é no domínio da globalização homogeneizadora ou do surgimento de hibridismos complexos que colocam cada lugar em um processo contínuo de conexão e fragmentação. A sociedade em rede significaria o fim do território, assim como a globalização significaria o fim da história. Ora, as redes carecem de um espaço para se desenvolver e esses espaços não absorvem nem se fragmentam uniformemente. Na realidade, o mundo atual carece da região, uma unidade de significado que permite uma análise escalar desses diversos processos, que ocorrem muitas vezes em ritmos mais rápidos.

Da mesma forma, como se diz, hoje, que o tempo apagou o espaço, também se afirma, nas mesmas condições, que a expansão do capital hegemônico em todo o planeta teria eliminado as diferenciações regionais [...] ao contrário, pensamos que [...] o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele no fenômeno da região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. (SANTOS, 1996, p.196).

Diante da diversidade de conceitos e correntes, muitos prefeririam evitar trabalhar com o conceito ou escolheriam uma corrente e a seguiriam cegamente. Acreditamos ser possível reconciliar aspectos de quase todos os conceitos apresentados e cremos que uma abordagem que considere o pluralismo conceitual fortalece a pesquisa e o próprio uso que faremos do termo ao tratar da proto-região transnacional proposta.

Não concordamos com o uso do determinismo natural como principal delimitador de uma região, mas é inegável que pior seria negligenciar o papel da natureza na vida. No caso da tríplice fronteira amazônica, por exemplo, é mister reconhecer que as bacias hidrográficas ainda orientam os fluxos cotidianos. Isso é refletido na própria constituição dos municípios, que na parte brasileira, em sua maioria, estão na desembocadura de um rio, sendo local polarizado da bacia e dos afluentes. Mesmo sendo pequenos, ainda servem de ponto de apoio para as populações no entorno. Da mesma forma, os fluxos “rio abaixo”, em nosso caso no sentido Peru-Brasil, são mais rápidos e menos custosas do que o trajeto inverso, impondo condições facilitadas para a exploração econômica.

Essas condições naturais então podem ajudar a delimitar as áreas, mas a regionalização só será possível caso isso acarrete que as formações humanas

reforcem esses traços em seu cotidiano, por exemplo, transformando os rios em vias, e produzindo, historicamente, um gênero de vida ou uma totalidade sócio-espacial coerente e com coesão suficiente para ser chamada de região. Acreditamos que essa produção histórica tem tanto aspectos políticos quanto econômicos e culturais e por isso esses aspectos devem estar contidos na caracterização da região.

Quando falamos em produção histórica, estamos nos referindo a propriedade da materialidade da realidade da sociedade que sempre deve estar presente na concepção de região. Isso elimina as visões positivistas de enquadrar a região apenas como diferenciação de área baseada em critérios pré-estabelecidos. Isso é uma área, ou uma divisão espacial, mas não uma região.

Ainda assim, não rejeitamos os diversos instrumentos e conceitos que a escola positivista e quantitativa aportam ao estudo das regiões, tais como as classificações funcionais, as teorias sobre as localidades e alguns procedimentos estatísticos que podem corroborar aquilo que se enxerga na realidade. O fenômeno urbano e a organização do espaço em regiões dinamizadas pelas cidades é um fenômeno recente e os estudos das redes e das localidades são importantes para a compreensão das articulações intra e extra-regionais.

Pensamos também que os processos identitários e culturais são importantes para a conformação da região e corroboramos as teses clássicas e humanistas de que a região deve comportar uma certa coesão social entre a sociedade e o meio, observadas no cotidiano do espaço vivido. Discordamos, contudo, que a região possa ser delimitada apenas por divisões nacionais, étnicas ou linguísticas. Em uma região como a tríplice fronteira, as relações cotidianas estabeleceriam “modos de vida” em que a identidade nacional e linguística, apesar de importantes aparentemente, se inferiorizam diante do quadro de referência das necessidades do dia a dia.

O sentimento comum de estar na fronteira, de estar isolado do país, de ser amazônica, de enfrentar problemas similares, de pertencer a mesma realidade, ultrapassaria, no processo de formação identitária e conseqüentemente de produção territorial, as balizas da geografia clássica (muito enfocada no tema nacional). Caso adotássemos uma argumentação marxista, proporíamos que naquele espaço específico, que transcende a fronteira, os processos de diferenciação, pela

combinação de diferentes modos de produção acumulados ao longo do tempo teriam gerado uma região transnacional.

Ou seja, a visão que propomos de região integra tanto a perspectiva natural quanto humana; objetivada na realidade concreta, mas observável por meio de indicadores como as redes e as formações culturais; irrestrita ao território nacional mas continua em extensão. A região hipotética representa um espaço diferenciado dos outros, mas não hermético. Sua existência se encaixa na ideia de particularidade de Lukács (1978), nem singular e específica ao ponto de ser científica (como a região lablachiana), nem universal ao ponto de ser impossível de analisar. Segundo Correa (1997) a região seria a tradução no plano espacial da particularidade.

Quando propomos, portanto, a existência de uma região transnacional na tríplice fronteira, estamos nos referindo a um espaço contínuo entre os três países, em que histórica e cotidianamente os processos econômicos e sociais são interligados e articulados, sendo essa articulação interna fator de coesão tão importante quanto a similaridade dos efeitos das influências externas nos lugares contidos nesse espaço.

Uma das formas encontradas para analisar o espaço e encontrar essas articulações é estudar as redes econômicas formadas entre os núcleos urbanos e observar a polarização que emerge. A existência de diversas redes articulando determinado espaço podem ajudar como indicadores da existência da coesão regional e por isso tratamos um pouco dos estudos urbanos e de redes urbanas para aprofundarmos ainda mais nosso problema de pesquisa.

Gostaríamos de deixar claro, porém, que uma rede em si não constitui uma região. Ela é um indicador importante de densidade e coesão. Outra análise importante é entender em que medida essas redes afetam o cotidiano de seus habitantes. Por fim, um estudo da constituição histórica do espaço também deve estar presente para que a análise de redes não seja apenas laboratorial e não reflita a realidade, afinal, para nós a região é uma entidade concreta. Iremos analisar esses outros fatores nos próximos capítulos.

### 1.3 As redes geográficas: do estudo urbano à articulação transnacional

Retomando o problema de pesquisa, apontamos primeiro uma lacuna, que é a falta de significância do elemento peruano na maioria dos trabalhos sobre a tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Nosso esforço visa não apenas suplantar essa visão como demonstrar que existe uma região transnacional em que o elemento peruano é preponderante na produção do território. É de fato uma digressão ambiciosa. Por esse motivo, precisamos de ferramentas que nos auxiliem a identificar e demonstrar essa hipótese.

Optamos por escolher o estudo de redes geográficas, com foco em alguns fluxos econômicos que compõe o dia a dia – o cotidiano – dos habitantes da região. O estudo de fluxos passa por uma análise dos diferentes pontos onde as trocas ocorrem e isso nos leva ao estudo também de redes urbanas. Escolhemos as redes urbanas e econômicas pois, mesmo no caso de nossa hipótese não se comprovar ou ainda carecer de mais sustentação, teremos como subproduto um estudo de diversas redes que permeiam o espaço trans-fronteiriço.

Os estudos sobre as redes na geografia surgiram para suplantar lacunas que as teorias geográficas enfrentavam. Até o século XIX e antes da revolução industrial, as cidades tinham poucas relações entre si e apenas alguns núcleos principais (portos, capitais, centros comerciais) se articulavam de forma mais ampla.

Nesses conjuntos de outrora, estradas, mercados, burgos e cidades combinam-se de modo a responder às exigências de áreas que buscam sua autossuficiência, áreas que buscam viver por sua própria vida empregando o mínimo possível do exterior. (LA BLACHEd, 2012, p. 281).

A interconexão ferroviária e os crescentes fluxos comerciais, industriais e humanos transformaram essa realidade. E a espacialização desses fluxos se dá em um âmbito muito maior do que nas tradicionais relações rurais-urbanas. As cidades ganham complexidade e devem atender a demandas regionais, ganham papéis na organização do capitalismo nacional e por vezes mundial. A maior interdependência econômica resulta na obsolência da antiga região enquanto síntese hermética do espaço. Em 1911, o próprio Vidal de La Blache (2012c) enxerga os fatores econômicos e as cidades como tendo uma influência maior e crescente na conformação de uma região do que os gêneros de vida ao escrever o texto 'As

relatividades das divisões regionais'. Percebe-se que o estudo das redes urbanas deveria ser feito para analisar essas articulações intra e extra-regionais. Toda uma escola da geografia irá se debruçar sobre esses aspectos. Noções de polaridade, nodalidade e funcionalidade passam a ser importantes para o estudo do espaço e das regiões.

Um dos trabalhos seminais nos estudos das redes urbanas foi o de Walter Christaller. Segundo Getis e Getis (1984, p. 87) "Ele tentou encontrar as leis que determinam o número, o tamanho e as distribuições das cidades." Sua Teoria dos Lugares Centrais, baseada em preceitos positivistas, dizia que a principal função ou característica das cidades era ser o centro de uma região. As localidades predominantes na região seriam lugares centrais e em contraste estariam os lugares dispersos. A centralidade de cada lugar seria dada dependendo de suas funções urbanas, os bens que produzem e os bens que distribuem, e haveria uma hierarquia de centralidade entre os lugares centrais. Bens e serviços centrais teriam de ter uma demanda que se dispersaria por toda a região circundante. Bens e serviços dispersos, ubíquos, seriam produzidos em toda parte e por isso não acarretariam impactos na região circundante.

Getis e Getis (1984), ao explicar o pensamento de Christaller, apontam que todo bem teria um alcance "ideal", baseado no custo de sua produção e distribuição. O preço do bem ficaria mais alto a medida que aumente a distância do lugar central e a demanda por ele cairia proporcionalmente. Os lugares na região complementar não teriam incentivo para produzir aquele bem até determinado limiar, quando o preço de produção local se tornaria mais atrativo do que a compra do lugar central. Como diferentes bens tem custos diferentes, os lugares centrais seriam responsáveis pela produção de bens e serviços mais complexos enquanto as regiões complementares produziriam bens menos essenciais.

Um sistema de lugares centrais compreendendo uma região emergiria a partir do estudo das diferentes ofertas e demandas de bens essenciais que comporiam uma rígida estrutura de localidades centrais.

As noções de polarização, hierarquia e áreas de influência que emergem da teoria de Christaller são importantes como parâmetros iniciais para o estudo de redes urbanas. Entretanto, a dependência exagerada de modelos matemáticos e de pressupostos dificilmente encontrados na realidade enfraquece a aplicabilidade de

sua metodologia. O rígido padrão espacial de Christaller foi rapidamente superado por outras propostas de estudo das redes urbanas, mas seu pioneirismo foi importante para que propostas mais coerentes pudessem ser testadas em campo.

Michel Rochefort é outro precursor dos estudos das redes urbanas. A partir do estudo da organização urbana da Alsácia, o autor afirma que “o desenvolvimento progressivo da concentração econômica modelou um arcabouço urbano hierarquizado cuja unidade já não é a cidade, mas a rede regional.” (ROCHEFORT, 1998, p. 13) Essa rede regional combinaria diferentes tipos de núcleos como o centro regional, os centros da sub-região e os centros locais. Essa categorização seria importante para uma classificação urbana.

A classificação das cidades nessas categorias dependeria, entretanto, de fatores múltiplos e redes urbanas poderiam surgir a partir de origens diversas. Estas poderiam ser históricas, econômicas ou mesmo causadas pela ação política planejada. Isso enseja que existam diversos tipos de redes urbanas. O autor discute metodologias diferentes para tentar compreender essas redes, mas pelo menos duas categorias de fatos são evidentemente necessárias: a determinação dos tipos de cidade que a região encerra e a delimitação da zona de influência que essa rede encerra.

Rochefort (1998) focaliza os serviços e as funções urbanas como principais motivos de centralidade das diferentes cidades, mas também considera que fatores demográficos por si têm uma importância a ser considerada. O autor também avança na discussão de que, a partir do século XX, para se interpretar uma cidade qualquer:

Já não basta ressitua-la em sua rede regional; é preciso entender os laços de estrutura que subordinam esta a uma unidade mais vasta, constituída pelo estado ou pela influência de alguns grandes trustes.” (ROCHEFORT, 1998, p. 18).

Essa noção é importante pois nos informa que uma cidade pode estar articulada regionalmente em rede, mas também estar vinculada a outras redes mais amplas como a do país ou a do capitalismo global. De certa forma, o autor antecipa a divisão das posições reticulares em diferentes ciclos de vínculo, ideia que revisitaremos adiante, na forma da teoria dos dois ciclos da economia de Milton Santos.

Rocheftort (1998) também trabalha a classificação dos diferentes centros e a busca por uma metodologia que diferencie os centros de acordo com suas funções ou estrutura. Portanto, as cidades mais importantes poderiam ser assim classificadas tanto por causa da complexidade dos bens e serviços que oferece (como vimos em Christaller) ou por seu papel de escalão superior em nível regional das estruturas internas de um serviço. O estudo desses dois tipos de diferenciação nos daria uma escala de importância dentro de uma rede urbana que evoluiria de um centro local a um centro regional a uma capital regional a uma capital nacional.

Uma importante conclusão a que chega esse autor é que não existe uma hierarquia rígida como seria de se esperar entre essas categorias e apenas o estudo das especificidades das regiões e dos centros poderia conduzir a melhores conclusões. Analisando a França, por exemplo, Rocheftort nota que os centros regionais, por exemplo, nem sempre se ligam mais fortemente às capitais regionais do que à capital nacional.

Certamente, pode-se perceber alguns vínculos de complementaridade correspondentes a uma hierarquia, mas esta está longe de ser rigorosa, e as relações pelas quais ela se traduz são amiúde menos importantes do que as que ligam as diferentes cidades em questão diretamente à capital nacional. (ROCHEFORT, 1998, p. 27).

Essa rede flexível é importante, já que admitimos existirem ligações da região estudada aos arcabouços urbanos nacionais e que eles são importantes. O que queremos contudo propor é que as relações mais fortes e mais importantes na vida dos habitantes se encontram no nível regional e que para isso acaba influenciando a importância de cada localidade nas redes regionais.

Como estamos trabalhando com a ideia de redes regionais e elas variam no espaço, não é exatamente fundamental que nos atenhamos a determinada nomenclatura na classificação de centros, mas que tenhamos em mente fatores que são importantes para estruturar uma rede urbana no contexto regional. Por isso, duas outras ideias de Rocheftort são fundamentais: o papel da capital regional (mesmo que em nossa análise esse nome possa ser substituído por polo principal, centro principal ou qualquer outro que preferamos), e a diferenciação de seu papel nas redes urbanas das regiões industriais e em regiões em desenvolvimento.

Segundo o autor:

O conjunto da vida de relações repousa portanto sobre um enquadramento constituído por atividades terciárias muito diversas. Entre estas últimas, algumas são muito correntes e se localizam em quase todas as aglomerações de uma região: comércios alimentícios, cafés, escolas primárias. Outras, mais raras, só se encontram no nível das cidades pequenas. Outras, enfim, não se encontram senão nas grandes cidades e atendem tanto às necessidades de seus habitantes e das empresas de produção que ali se instalaram quanto às de um vasto espaço secundário desprovido de tais serviços. Essa função de enquadramento no nível do terciário superior constitui o essencial da definição atual de uma capital regional. (ROCHEFORT, 1998, p. 28)

O autor nos alerta, não obstante, que o modo pelo qual se exerce esse papel e a importância que ele reveste é função do contexto econômico e social da região assim servida. Essa noção é fundamental para nosso trabalho, já que não estamos tratando de uma sub-região nacional e sim de uma região que transcenderia os limites administrativos dos estados nacionais e por esse motivo traz diversas peculiaridades como o compartilhamento de funções estatais por centros de cada país e as diferentes intensidades com que modelos financeiros e administrativos impactam na vida das cidades de acordo com o país.

Essa dificuldade também diz respeito ao que tratamos no item de produção territorial. Ao mesmo tempo em que a região está influenciada por processos centrais territoriais, pensamos que as redes econômicas que norteiam o cotidiano dão unidade que permite falarmos em uma região transnacional e a rede urbana que focalizaremos é baseada nessas redes.

Rochefort, ao modo de Christaller, nos fala de um modelo de rede urbana regional que aumenta sua complexidade dos centros pequenos à capital regional, mas atenua o papel do modelo urbano e da capital regional no caso dos países subdesenvolvidos<sup>4</sup>, no qual se encontraria nossa proto-região transnacional:

As condições particulares de sua economia e de sua estrutura social fazem com que as capitais regionais dos países subdesenvolvidos não exerçam as mesmas funções de enquadramento terciário que nos países desenvolvidos, e isso por duas razões principais: de um lado, a fraqueza da atividade industrial não lhes confere as mesmas funções de produção; de

---

<sup>4</sup>A nomenclatura utilizada segue a utilizada pelo autor, já que a noção de subdesenvolvimento ou de países subdesenvolvidos foi substituída na literatura econômica e geográfica pela noção de países em desenvolvimento.

outro, seu papel fundamental de centro de polarização da vida regional é ele próprio perturbado pela existência, em particular no mundo rural, de uma massa de população de nível de vida demasiado baixo para poder consumir os serviços oferecidos pela cidade grande ao conjunto de sua região. (ROCHEFORT, 1998, p. 36)

O autor avança e complementa sobre as relações entre as cidades e seu entorno, dando uma descrição de modelo urbano que se adequa muito às cidades amazônicas:

As trocas entre cidade e região são mais restritas; a cidade vive mais voltada para si mesma, numa situação por vezes qualificada de 'situação insular'. Fora da cidade existem muito poucas empresas industriais para recorrer aos serviços da capital regional. [...] É baixíssimo o nível de vida da massa da população rural, operários agrícolas, meeiros ou pequenos proprietários de minifúndia, na verdade camponeses muito pobres para se deslocar até a capital regional e, com maior razão, para comprar os serviços que ela lhes poderia oferecer. Na falta de consumidores, a capital regional [...] não tem na realidade senão laços muito fracos com a região que a circunda. (ROCHEFORT, 1998, p. 36)

Ainda assim, o próprio autor nota que apesar dessa condição, as capitais regionais continuam concentrando estrutura e poder administrativos como apanágio. Além disso, são nelas que se encontram casas de comércio, centros distribuidores, firmas financeiras e empresas que asseguram a drenagem da riqueza do interior em direção aos centros (ROCHEFORT, 1998). Por fim, as capitais regionais ainda seriam o receptáculo de migrações do interior, pessoas que são atraídas não pela perspectiva de melhorias mas simplesmente expulsas da miséria.

Após essa revisão da visão positivista de Christaller e do funcionalismo regional de Rochefort temos de acrescentar à revisão as sínteses elaboradas por Roberto Lobato Correa, geógrafo brasileiro, que relê a teoria de localidades centrais na década de 80 e revela algumas proposições teóricas mais apropriadas à análise de redes urbanas nos países não industriais a partir de uma perspectiva crítica/marxista.

Primeiramente Correa (1997 e 2006) insere a noção de hierarquia advinda da rede de localidades centrais à lógica do sistema capitalista, já que, anteriormente, a atuação dos centros de mercado era reduzida, adstrita às respectivas zonas rurais. Com a emergência da distribuição territorial do trabalho, as relações se complexificam e as articulações aumentam seu alcance:

Entre produção e consumo capitalista se estabelece a distribuição que passa, sob a égide do capitalismo, a desempenhar papel crucial na sociedade e em sua organização espacial. A organização espacial da distribuição que emerge, fundamentada na divisão social e territorial do trabalho, na existência de uma massa predominantemente assalariada e na articulação entre diferentes áreas produtoras, tem como locais as cidades que se interligam através do comércio atacadista, varejista e dos serviços. [...] e geram uma diferenciação hierárquica entre todos os centros de uma rede de distribuição. (CORREA, 1997, p. 19)

É importante notar o peso que o autor atribui ao comércio e aos serviços, atividades proeminentes na articulação da sociedade e foco de atenção nessa dissertação. Alias, ele mesmo repara que a rede hierarquizada de localidades é resultado de numerosas cristalizações materiais diferenciadas do processo de distribuição varejista e de serviços e é responsável pela articulação entre produção e consumo final (CORREA, 1997). Ora, nosso trabalho propõe exatamente que diversas redes econômicas estejam se densificando no espaço trans-fronteiriço, dando coesão ao que chamamos de proto-região transnacional.

Outra ideia que Correa expõe é a de que a rede de localidades centrais faz parte da lógica de acumulação capitalista de duas formas. Segundo ele:

A distribuição varejista e da prestação de serviços para centros urbanos menores e áreas rurais, que envolve em aparência um fluxo de uma localidade central para fora, para a sua área de mercado, é em essência um fluxo de drenagem. Em realidade esse fluxo para fora é, antes de mais nada, uma condição para que a drenagem de salários, lucros e rendas possa realizar-se. (CORREA, 1997, p. 21)

Além disso e de acordo a nossa hipótese, as redes cristalizadas teriam um impacto na produção territorial do espaço, ou seja, sua existência permite que relações de poder se estabeleçam e se mantenham. Nos diz Correa que “A rede de localidades centrais aparece também como uma estrutura territorial por meio da qual o processo de reprodução das classes sociais se verifica.” (CORREA, 1997, p. 22)

Ao contrastar as teorias das redes de localidades centrais com a realidade, Correa também observa que os arranjos e formas que as redes assumem no espaço se diferenciam muito. A diferenciação do consumo entre classes sociais e nos diferentes estágios de avanço do capitalismo no espaço se traduz em diferentes necessidades e isso resulta em complexas hierarquias nem sempre positivistas como previa Christaller. Por exemplo,

Há redes que se caracterizam pela existência de uma cidade comercial primaz e ausência de centros intermediários, pela existência de dois circuitos, pela variação temporal da função de distribuição, quer sazonal, quer semanal, bem como há redes que se caracterizam por uma forte aproximação ao modelo teórico de Christaller. (CORREA 1997, p. 25)

Entre esses modelos, o autor descreve alguns mais comuns nos países subdesenvolvidos.

O padrão espacial das redes dentrificadas, assemelhadas ao padrão do país subdesenvolvido de Rochefort, foi estudado por diversos autores e comporta características resumidas por Correa da seguinte forma (CORREA, 1997): existe uma cidade primaz que concentra a maior parte do comércio atacadista exportador e importador, concentrando a maior parte da renda e a elite regional. Existe um excessivo número de pequenos centros, com pequenos pontos de venda indiferenciados no comércio varejista, reflexo do baixo nível de demanda da população. Os centros intermediários são quase ausentes e o tamanho relativo dos centros urbanos diminui de tamanho populacional, complexidade econômica e expressão política com a distância, traduzindo-se em um esquema de drenagem de recursos em geral, que privilegia a cidade primaz em detrimento da sua hinterlandia. O território se transforma no campo de ação preferencial dos mascates e vendedores itinerantes, que se enraízam a medida que os mercados tornam-se permanentes e as localidades se integram mais fortemente à rede urbana.

O paralelismo das rede dentrificadas com a realidade amazônica é tão fiel que o próprio autor destaca como exemplo clássico desse tipo de arranjo espacial a rede urbana da Amazônia até cerca de 1960. As redes que permeiam nossa proto-região transnacional em nosso trabalho em muito se assemelhariam àquelas necessárias para a conformação de um arranjo espacial dentrificado, revelando que nessa região muito do que ocorria antes de 1960 na Amazônia como um todo segue ocorrendo.

Não obstante, supomos que na região estudada outro modo de organização da rede de localidades centrais também concorra, qual seja, o do desdobramento da rede em dois circuitos econômicos. Originário do pensamento de J.H Boeke e Geertz e sistematizado no campo geográfico por Milton Santos, a vida econômica nessa rede se divide em dois circuitos paralelos de produção, distribuição e consumo:

Um deles (o circuito superior) é diretamente resultante da modernização tecnológica, enquanto o outro (inferior) deriva, indiretamente, da citada modernização tecnológica, dirigindo-se aos indivíduos que pouco ou nada se beneficiaram com o progresso. [...] Os dois circuitos econômicos, no entanto, não podem ser vistos como constituindo um dualismo ou uma dicotomia urbana. Constituem, ao contrário, uma bipolarização, pois possuem a mesma origem, o mesmo conjunto de causas, apresentando-se interligados [...] (CORREA, 1997, p. 72)

O autor explica que os circuitos não estão isolados, já que existe uma classe média que consome nos dois circuitos e em segundo lugar porque existem articulações de complementaridade e de dependência havendo intercâmbio de insumos entre os circuitos (CORREA, 1997). A única ideia do autor que não corroboramos é a de que no longo prazo prevalece a dependência do circuito inferior ao superior. Não acreditamos em uma dependência absoluta, especialmente em áreas onde as camadas mais pobres estão marginalizadas, e os empregos e fluxos econômicos sejam precarizados e informais. Quanto ao conteúdo dos dois ciclos:

“De modo simplificado, considera-se que o circuito superior é constituído pelos bancos, comércio e indústria voltados para a exportação, pela indústria moderna vinculada ao mercado interno, pelos serviços modernos e empresas atacadistas e de transportes. Sua clientela, urbana ou regional, é formada pelas classes ricas, satisfazendo, entretanto, parcela expressiva das demandas da classe média. Por sua vez, o circuito inferior é constituído por atividades que não utilizam capitais de modo intenso, possuindo ainda uma organização primitiva: a fabricação de bens, certas formas de comércio e serviços compõe a ampla gama do circuito inferior, que atente, sobretudo, às classes pobres.” (CORREA, 1997, p. 76)

Esta divisão dos dois ciclos é importante característica das cidades dos países em desenvolvimento. Enquanto a centralidade das cidades se apoia na existência e presença dos circuitos superiores, a maior parte da população não integra de fato esses circuitos e suas relações sociais e econômicas estão concentradas nos ciclos inferiores, que fornecem os gêneros mais básicos para a vida.

Extrapolando um pouco o que nos resumiu Correa e combinando outra ideia de Milton Santos (1996, 1979), sugerimos que as relações que se dão nos ciclos superiores seriam representadas por fluxos verticais entre os locais e os centros produtores dos bens e serviços refinados e incluiriam não apenas produtos, mas a comunicação, as ideias, as informações e as ordens estatais e internacionais.

Essa ligação direta seria uma relação extrarregional e pontual, embora por meio do reforço das elites e da divisão internacional e nacional do trabalho tenha importância na produção territorial.

Já os ciclos inferiores seria representado por fluxos horizontais entre os centros e localidades cuja população compartilha condições socioeconômicas semelhantes, hábitos de consumo parecidos e pouca mobilidade espacial. Por se encontrarem marginalizados dos ciclos superiores e das ligações diretas extrarregionais, as relações espaciais dessas populações são locais e o ciclo inferior se desdobra em nível regional. Mesmo nesse circuito inferior, contudo, haveria centros concentradores maiores e menores da produção ou distribuição de bens e serviços, que exerceriam, nesse caso, as funções de centros regionais e “capital regional” à la Rochefort.

Temos agora todos os instrumentos para refinar nossa hipótese de pesquisa.

#### **1.4 Possibilidades de conexões analíticas entre diferentes categorias de análise**

Nosso projeto parte da ideia de que a maioria dos trabalhos ignora um importante agente atuante na região da tríplice fronteira: os peruanos, seja por focalizarem análises territoriais clássicas ou por privilegiarem as localidades da fronteira.

Sugerimos, hipoteticamente, que redes geográficas originadas do Peru influenciam a vida cotidiana dos habitantes de um espaço que ultrapassa as localidades de fronteira e influenciariam a formação de uma rede urbana que delimitaria uma verdadeira região transnacional. A polarização peruana no circuito inferior da economia, em uma região onde o circuito inferior é preponderante na vida dos habitantes, estaria atuando de forma ativa nos processos de produção territorial.

Nossa tarefa portanto é mostrar quais redes com origem no Peru tem influenciado a vida cotidiana na região transnacional. Escolhemos trabalhar com três redes principais que se interligam e que acreditamos formarem o preponderante nas relações econômicas horizontais, seja pela relevância na vida das pessoas, seja pelos efeitos que o controle dessas atividades gera no espaço econômico regional.

Nas viagens a campo buscamos identificar nas localidades evidências da existência das redes, ou seja, verificamos a presença dos itens de cada rede e sua participação na economia local. O próprio fato dessas redes existirem comprovariam a importância do ator peruano na região. Além disso, indicariam uma conformação de espaço econômico de arranjo dentrítico em que os lucros, rendas e juros estariam indo para o país vizinho, provocando a acumulação primitiva de capital (mesmo que em níveis mínimos), e garantindo a alimentação e reprodução das próprias redes no espaço estudado. A análise das redes é importante porque elas podem ser identificadas mais facilmente ao constataremos indicadores de sua materialização nas localidades. Isso é fundamental quando trabalhamos num espaço tão amplo quanto o que pretendemos analisar. Apesar de subsistir uma margem de erro, a descrição do espaço urbano e a identificação de como os circuitos econômicos funcionam e se relacionam podem mostrar a essencialidade do circuito inferior e a participação peruana nos locais.

A densidade das redes e a significância delas no espaço poderia indicar a formação de uma rede de localidades centrais (e urbana) organizando um espaço regional independente dos limites territoriais ou das divisões regionais tradicionais. Ainda assim, para extrapolarmos as redes e trabalharmos com a ideia de um espaço regional, não podemos nos ater apenas às relações de conexão espacial. Uma região, em nosso entendimento, deve encetar uma mesoescala de análise não apenas relações de conexão, mas também de extensão e principalmente de coesão. As redes podem traçar em parte a extensão da região, mas conhecer algumas características naturais, demográficas, econômicas e principalmente históricas é fundamental para dar coerência e coesão à região enquanto unidade de análise.

Em uma região geográfica, enfim, os processos de produção territorial ocorrem de forma particular. Por isso, caso confirmemos a existência da região, poderemos dizer que os atores (indivíduos, empresas, estado) e processos (fluxos, leis, ordens) são influenciados por essa tessitura regional e que, simultaneamente, suas ações sintagmáticas afetam e produzem, reforçam e enfraquecem essa mesma tessitura. Desmembrando os processos horizontais e cotidianos dos verticais e externos, poderemos ver como essas lógicas competem na produção do território.

Insistimos que a integração das três categorias de análise é importante para uma análise mais fiel do espaço da tríplice fronteira. Um dos trabalhos mais

respeitados no país e que nos inspirou é o de Lia Osorio Machado (2002, 2006 e 2011), e ela é uma das primeiras geógrafas a demonstrar a necessidade de novas geografias para estudar o território Amazônico.

Ao estudar redes ilegais, Machado (2002) inova ao reconhecer que as visões da Amazônia como um espaço vazio e da região como um sistema fechado (pelos limites territoriais) são inadequadas. A autora explica que os diversos esquemas geopolíticos tradicionais “foram atropelados pela proliferação de estratégias e ações que tem como unidade a bacia amazônica sul-americana.” (MACHADO, 2002, p.1)

O modelo tradicional de relações hierárquicas entre a região (inferior) e o centro de decisão nacional (superior) está sendo solapado desde dentro e desde fora do estado nacional num processo que pouco tem a ver com doutrinas e mais com a abertura de espaços de oportunidades. Porque estudar esse processo através das redes ilegais? [...] aqueles que obtiveram relativo sucesso em fazer uso da bacia amazônica sul-americana como unidade funcional e região geográfica foram as firmas ou empreendimentos que exploram o comércio ilegal de drogas e o contrabando de mercadorias. (MACHADO, 2002, p. 1-2)

Ao analisar a Estratégia de Defesa Nacional do Brasil (2011), a autora discute o erro de escala das políticas territoriais dos estados-nacionais, que ignoram o conhecimento da vida cotidiana das populações e de seu horizonte de expectativas (socioeconômicas e políticas) e propõem soluções verticais e limitadas pelas fronteiras. Enquanto isso,

O mapeamento das redes de tráfico de ilícito de drogas é um dos motivos que me (sic) levou a concluir que a economia da coca – cocaína efetivou a “integração” da Bacia Amazônica sul-americana e promoveu a integração da Bacia aos mercados internacionais, um feito só ultrapassado pela economia da borracha natural do século passado; contribuiu também para a formação de uma rede urbana transnacional na América do Sul. (MACHADO, 2011, p. 102)

Acreditamos que o tráfico de drogas é apenas uma das redes que integra os territórios de forma transnacional e que a realidade cotidiana é permeada por outras relações e fluxos intensos, que se diferenciam nos diferentes espaços sub-regionais transnacionais que compõe o mosaico fronteiriço do Brasil. Por isso o nosso foco em uma análise regional, que permite integrar as redes ao território.

O trabalho de Lia Osorio no Grupo Retis da Universidade Federal do Rio de Janeiro também é expressivo ao estudar as diferentes zonas de fronteira, mas

acreditamos que as observações da pesquisadora sobre a validade do estudo articulado das redes, território e região amazônica são recentes, já que, em um dos principais trabalhos do Grupo, a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2005), as diversas ações apresentadas levam pouco em consideração os fluxos externos e os atores de países vizinhos para as políticas a serem implementadas, limitando-se a reconhecer o tráfico de drogas e ignorando outras redes que pretendemos mostrar nesse trabalho.

Outro legado muito importante na tentativa de compreensão da fronteira amazônica por meio do estudo do transnacional é o da geógrafa Bertha Becker (2004 e 2006). A autora analisa a fronteira amazônica brasileira dividindo-a entre suas diferentes díades, mostrando as problemáticas de cada uma e propondo políticas que o estado brasileiro deveria implementar. Ao contrário de Machado, ela não pensa na Amazônia como um todo integrado e por isso faz uma oportuna divisão, enfatizando características singulares de cada tramo fronteiriço. Desafortunadamente, contudo, sua divisão é de cunho territorial, não tomando em consideração as redes que articulam os espaços. Fixando as faixas territoriais como os limites de sua análise, tampouco leva em consideração que os efeitos das redes e as regiões muitas vezes extrapolam essas faixas e tomam formas diferentes de acordo com cada parte da fronteira.

Nosso trabalho busca tomar essas duas autoras como ponto de partida, mas acreditamos que uma análise tridimensional, articulando redes, região e território poderia suplantar as dificuldades e se mostrar uma boa forma para se analisar os diversos trechos fronteiriços. O uso da região ajudaria a integrar em uma mesoescala o estudo de redes que atuam transnacionalmente nos territórios e que em Machado (2002, 2010, 2011) operam sobre um espaço demasiado extenso e diverso. Conhecer como as redes atuam em uma determinada região transnacional ajudaria a compreensão das problemáticas territoriais de cada segmento da fronteira num espaço menos rígido do que o de Becker (2004, 2006). Passemos então ao nosso estudo da região transnacional da trílice fronteira entre Peru, Brasil e Colômbia.

## **CAPÍTULO 2 - A REGIÃO TRANSNACIONAL: LOCALIZAÇÃO E EXTENSÃO**

A escolha da região como unidade integradora do espaço transnacional, articulada pelas redes comerciais peruanas é de certo modo inovadora. Trabalhar com uma região implica, como vimos no capítulo anterior, em cuidados para que a análise não fique artificial nem a-científica.

Propor que um recorte espacial seja considerado uma região exige, para não cair em erros positivistas, que o cientista tenha contato com a realidade que pretende analisar, não tratando seu objeto de forma apenas laboratorial, a partir de variáveis pré-estabelecidas e estatisticamente verificáveis. Uma análise feita a partir desses parâmetros e feita à distância não teria capacidade de revelar a rica realidade geográfica do espaço. Por outro lado, para que a pesquisa possa contribuir de fato para a compreensão de determinado espaço, especialmente no caso do uso de termo tão contraditório como a região, é necessário que ela não seja estritamente empirista e descritiva e que possa ser verificada por algum parâmetro. Além disso, que o tipo de região proposta possa ser testada e verificada em outros espaços.

Tendo isso em mente, decidimos que deveríamos proceder ao desvelamento de nossa região por meio da apresentação de três de seus atributos fundamentais: a localização, a extensão e a conexão/coesão. Neste capítulo, nosso intuito é delimitar espacialmente e caracterizar a região que propomos existir. Esse primeiro recorte, mais empírico e descritivo, deve nos dar uma base inicial. No capítulo seguinte, sobre esse espaço delimitado, verificaremos a influência das redes geográficas peruanas no Brasil. Afinal, acreditamos que a região ganha coesão e conexão com as redes, assim como as redes se desenvolvem de forma particular (não única) dentro desse espaço regional.

Primeiramente, faremos uma breve reconstituição dos principais processos históricos e ciclos econômicos que ocorreram no espaço onde hoje se localiza a tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, buscando demonstrar que a articulação dos três espaços subnacionais em uma região transnacional não é algo recente. Em seguida, procederemos a delimitação e à caracterização geral de cada um desses espaços subnacionais, enfocando os núcleos urbanos principais na Colômbia e no Peru. Os núcleos urbanos brasileiros serão alvo de análise mais

detalhada quando procedermos ao estudo das redes geográficas peruanas, no próximo capítulo.

## **2.1 Antecedentes históricos e formação urbana**

Nosso interesse em explorar um pouco da história e da formação urbana da região da tríplice fronteira entre o Peru, Brasil e Colômbia tem o intuito de mostrar como alguns processos históricos contribuíram para a integração desse espaço transnacional e que a polarização peruana nas áreas brasileiras não é um fenômeno novo.

É interessante notar a prevalência de um padrão em que se chocam as políticas estatais e a realidade da sociedade da fronteira. Assim como hoje muitas políticas dos estados nacionais tratam basicamente do controle da fronteira e do reforço dos limites territoriais, míopes para diversos processos e relações transnacionais que afetam suas jurisdições, por vezes na história o próprio conflito entre as coroas e seus sucessores desencadeou o processo de desenvolvimento das sociedades locais e de relacionamento recíproco.

Desde o século XVIII, a área onde hoje se encontra a cidade binacional de Leticia-Tabatinga tem tido uma importância fundamental, porque reflete, simultaneamente, as diferenças e afinidades entre os mundos de origem hispânica e portuguesa. Ali se concentraram as lutas entre os missionários jesuítas e os bandeirantes do Pará pela permanência ou extermínio dos povos Omaguas; ali se enfrentaram as comissões de limites, nos séculos XVIII, XIX e XX, para determinar as fronteiras e; ali se mesclaram as economias, os povos e as culturas, para formar uma sociedade trinacional e multiétnica totalmente nova.” (GOBERNACION DEL AMAZONAS, 1999, p. 53, tradução livre).

De fato, a ocupação inicial por portugueses e espanhóis dessa vasta área territorial se deu por meio do estabelecimento de missões de ordens religiosas no caso espanhol e de fortificações no caso português. A partir de 1616, com a construção do forte do Presépio onde hoje está localizada a cidade de Belém, os portugueses iniciaram a exploração e conquista do território amazônico, utilizando-se de mão de obra escrava indígena para a extração das drogas do sertão, especiarias e plantas exportadas para a Europa. Os espanhóis, do lado ocidental, já haviam iniciado a sua expansão por meio do estabelecimento dos primeiros povos missionários.

O jesuíta Samuel Fritz, a serviço da coroa espanhola, foi o responsável pela transformação de diversas aldeias em pequenos núcleos urbanos, impondo o estilo espanhol de quadricula. Em 1689, por exemplo, foi fundada a missão de São Paulo Apóstolo, onde hoje se localiza a sede de São Paulo de Olivença. O padre espanhol chega praticamente à desembocadura do rio Negro, estabelecendo povoados como Tracuativa de Teffé (hoje Tefé). Segundo Zarate (2012), apenas em 1710, por ordem da coroa portuguesa, foram feitas campanhas militares para desalojar os espanhóis das “terras de Portugal”, ocasião em que soldados e indígenas cativos destruíram todos os povos fundados por Fritz e avançaram quase até a fronteira atual. Ainda assim, os espanhóis persistiram no estabelecimento de novas missões e vinte anos depois, fundaram a vila de San Joaquin Omaguas, atual cidade de Iquitos, na desembocadura do rio Napo. Os portugueses, por sua parte, continuaram erigindo fortins e realizando operativos militares para a captura de indígenas e drogas do sertão.

Fortes e missões eram construídos indistintamente por portugueses e espanhóis na Amazônia. A diferença era que em geral no caso português as fronteiras eram demarcadas e guardadas por fortes militares enquanto no caso espanhol predominavam missões resguardadas pelo padre encarregado, ocasionalmente apoiados por uma força militar muito fraca. Esses lugares refletiam as disputas das duas coroas e um processo de avanço e retração de uma fronteira colonial que começou a se configurar no Amazonas, com um caráter marcadamente fluvial, e que está no início remoto das fronteiras que hoje se conhecem. (ZARATE, 2012, p. 25-27, tradução livre)

A região Amazônica tornar-se-ia no século XVIII importante zona de conflito entre as coroas. Um marco importante para a ocupação e delimitação dos territórios sob controle português e espanhol foi o estabelecimento das expedições de limites estabelecidos pelos Tratados de Madri de 1750 e Santo Idelfonso em 1777. Se bem que malogrados os objetivos da maior parte das expedições do Tratado de Madri, elas representaram um enorme avanço no reconhecimento das terras amazônicas e no próprio estabelecimento de novos povoados. Segundo Zarate (2012), à medida que as partidas avançavam em cada lado, novos povoados iam se formando e diversas cidades-pares começaram a se contrapor do lado português e espanhol. As aldeias de missão também sofreram uma “portugalização” com a expulsão da Companhia de Jesus e da destruição de suas missões por parte de Portugal.

Enquanto as coroas se enfrentavam, contudo, as próprias comissões de delimitação causaram transformações no território. Zarate (2012) descreve o impacto que poderia ser ocasionado pela presença nas águas do Amazonas de uma população flutuante composta de até 800 pessoas em lugares e territórios onde viviam não mais que algumas dezenas de pessoas. Traços e algumas modalidades urbanas vão surgindo em certas regiões como em Barcelos. Simultaneamente, buscando se beneficiar em disputas futuras baseadas na posse efetiva, espanhóis e portugueses começam a construir povoados e fortificações cada vez mais longínquos.

“...no contexto do processo de confrontação fronteira que se afetou com o tratado e com as notícias de futuros trabalhos de demarcação, mas também pela expulsão definitiva dos jesuítas no lado espanhol em 1767, se fundaram os assentamentos mais extremos das respectivas coroas no rio Amazonas: Nuestra Señora de Loreto de Ticunas em 1760, enquanto a contraparte portuguesa estabeleceu seis anos depois o forte de Tabatinga.” (ZARATE, 2012, p. 32-33, tradução livre)

Nas expedições de limites do Tratado de Santo Ildefonso, por sua vez, a disparidade e a capacidade dos recursos portugueses tornaram a comissão espanhola praticamente em sua subordinada. Isso teve como efeito, segundo Zarate (2012), que os trabalhos fossem feitos pelos portugueses e cada disputa ou desacordo de interpretação se transformou numa empresa portuguesa de demarcação, assistida e legitimada por espanhóis. Apesar da não aceitação dos espanhóis dos limites impostos pela demarcação, a coroa portuguesa assegurou a posse “de facto” da área triangular entre o rio Amazonas e Japurá, completa depois da assinatura de Brasil e Peru (já independentes) de tratado de limites ratificando a linha do rio Apaporis-Tabatinga em 1866.

O autor revela que as comissões do Tratado de Santo Ildefonso, ainda que em desacordo sobre as áreas de cada coroa, causaram enorme impacto nas regiões ribeirinhas do Rio Amazonas, aumentando e dinamizando as relações entre os habitantes dos diferentes povoados das duas colônias. Ainda assim, não devemos exagerar o papel do forte de Tabatinga ou dos pequenos povoados que continuavam sendo vistos à distância por seus governos, apenas conquistas longínquas não integradas. Sobre o forte brasileiro, Rebeca Steiman nos diz que

“o equipamento ali presente era sem expressão, constituindo-se de poucas canhonetas muito antigas [...] Sem dúvida que a função militar foi mais simbólica do que efetiva, fazendo parte de um plano maior dos portugueses de marcar presença [...]” (STEIMAN, 2002, p. 60)

Apenas a partir da segunda metade do século XIX é que a região da tríplice fronteira vai participar e se integrar aos processos econômicos e políticos de seus países recém independentes. Em 1851 foi assinado tratado que permitiu ao Brasil e ao Peru o monopólio da navegação e controle sobre o rio Amazonas. Primeiros contatos comerciais entre os dois países se desenvolveram pelo curso fluvial. O estabelecimento final de limites veio em 1866. No ano seguinte, foi construído o forte de Ramon Castilla, no local onde hoje é Leticia. Apesar das duas localidades terem alcançado uma pequena notoriedade como pontos fronteiriços, o Peru se esforçou em dar à região mais atenção:

“O Peru, com a decidida presença do governo, com recursos provenientes da exportação de guano, criou o distrito fluvial de Loreto e construiu um estaleiro naval que originou a cidade de Iquitos”. (ZARATE, 2012, p. 40, tradução livre).

Iquitos se transformaria em um centro de primeira ordem com o advento da extração do látex e produção e exportação da borracha, boom econômico que transformou as relações da região durante o final do século XIX e início do século XX. O ciclo econômico da borracha foi amplo para muitas partes da região Amazônica e as cidades de Belém e Manaus no Brasil também foram catapultadas de pequenos centros a importantes núcleos urbanos com a produção da seringa.

Ao fazer uma periodização da rede urbana da Amazônia Brasileira, Correa (2006) destaca o período da borracha como responsável por levar a rede urbana amazônica a outra dimensão, com o estabelecimento de novos assentamentos e vilas, o revigoramento de centros estagnados desde o fim da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão no período colonial e a integração de vastas áreas do território às redes econômicas e urbanas brasileiras. O sistema de aviamento provocou o deslocamento de enormes contingentes populacionais do Nordeste para a Amazônia, para áreas ricas em seringais como as bacias dos rios Purus, Madeira e Juruá, e ao território que hoje constitui o estado do Acre (tome-se em consideração que o acesso ao Acre naquela época se dava apenas por via fluvial).

Enquanto o sudoeste Amazônico era integrado ao ciclo da borracha, Manaus e Belém tornavam-se polos de concentração de excedentes de capitais e se modernizam rapidamente. O fausto da borracha também teve consequências na política territorial para as fronteiras. O estado e as elites regionais, interessados nos ganhos extraordinários que o ciclo proporcionava, trataram de proteger as áreas fundamentais a esse processo de acumulação, sendo um exemplo disso a compra do território acreano da Bolívia. A transumância amazônica assumiu níveis nunca antes existentes e serviu para articular essas áreas longínquas ao território nacional, por meio das redes do sistema de aviação, que ao mesmo tempo em que se produziam iam desbravando e incorporando novas áreas e braços de rio à economia e à esfera de poder regional e nacional.

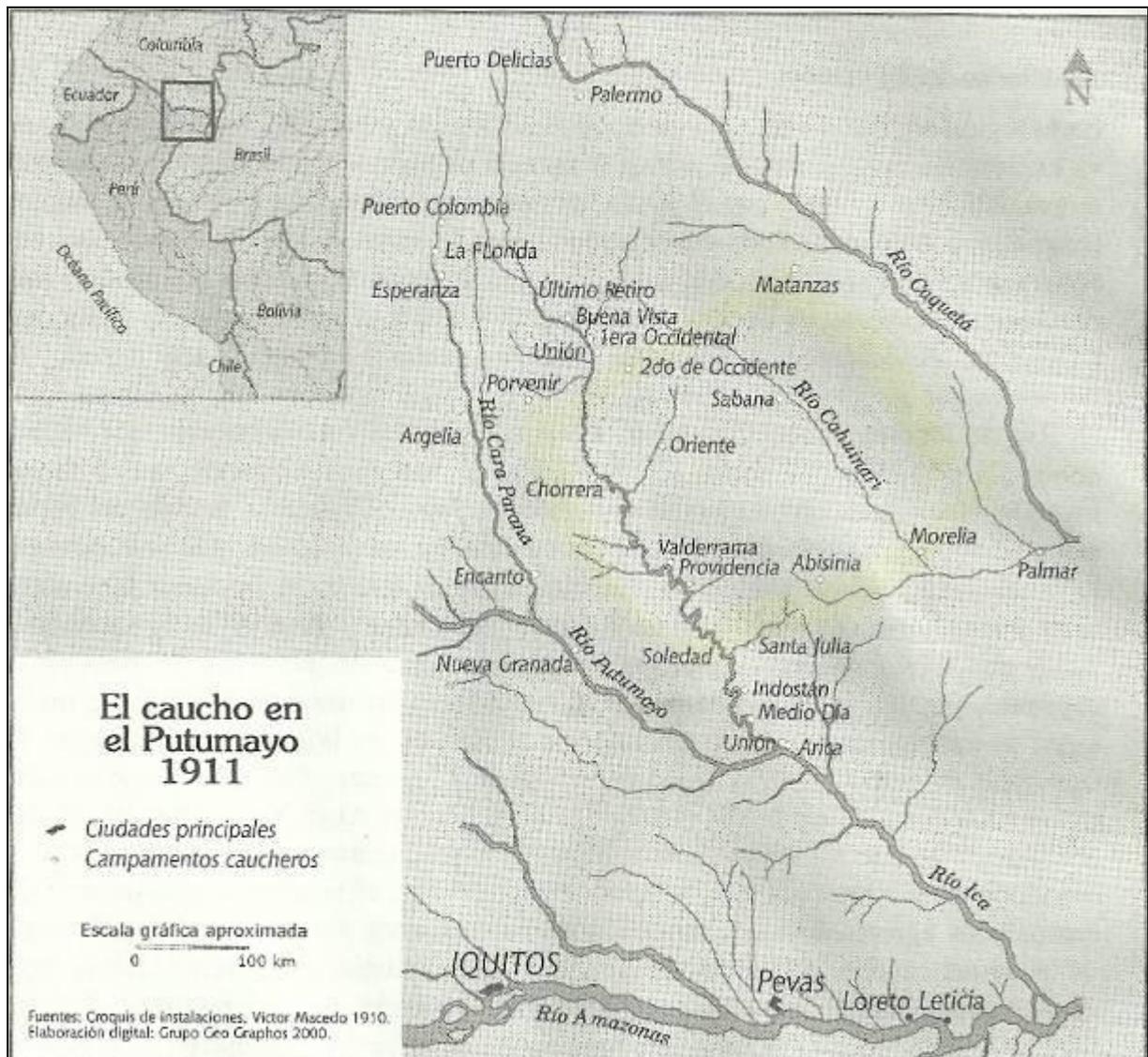
É interessante notar que a região do Alto Solimões não é mencionada em nenhum instante por Correa. Em sua periodização da rede urbana, alias, com exceção do período de estabelecimento de fortes e missões, não há qualquer menção à incorporação do espaço fronteiro entre Peru, Colômbia e Brasil às redes urbanas nacionais. Ou seja, com exceção da criação de postos avançados para o controle simbólico do território, a área não foi vinculada em nenhum momento aos processos nacionais de produção de relações territoriais baseados no relacionamento econômico e social de seus habitantes com o restante do país. Ora, isso é significativo para nosso trabalho, uma vez que demonstra a falta de vínculo histórico dessa área com os processos nacionais. Mesmo estando fisicamente presente no território brasileiro, os processos sociais e econômicos que polarizaram a área brasileira que pretendemos estudar são historicamente externos, produzidos local ou regionalmente em consonância com os impulsos das áreas peruanas (e depois colombianas).

Isso é comprovado quando examinamos que houve sim a participação da sociedade e de povoados do Alto Solimões no processo histórico e econômico do ciclo da borracha, mas ao contrário das regiões do Purus, Juruá e Madeira, vinculados aos polos brasileiros de Belém e Manaus, a região fronteira estava ligada ao complexo polarizado por Iquitos, no Peru.

A exploração de borracha nessa área se intensificou, segundo Steiman (2012), no final do século XIX, quando as zonas de seringas nas áreas centrais da

Colômbia começam a se esgotar e há a migração de seringueiros colombianos para as terras desconhecidas às margens do Rio Putumayo (Figura 2).

Figura 2 - Croqui da região de exploração de borracha vinculada a Iquitos.



Fonte: CONTRERAS; CUETO; 2010, p. 218.

Apesar das áreas de exploração se encontrarem em território colombiano, as principais empresas, os capitais e as ordens emanavam de Iquitos e contribuíram para seu papel de destaque na região, como polo concentrador dos fluxos econômicos e organizador do espaço transnacional. Entre as principais empresas se destacam a Casa Arana, do empresário Julio Cesar Arana.

Em 1896, o comerciante peruano Julio Cesar Arana entrou na região do Putumayo e seus afluentes, tendo como base a cidade peruana de Iquitos,

Formou uma sociedade com a casa cauchera Compania Larraganiaga, Ramirez e Co. e em pouco tempo a exploração do baixo rio Putumayo passou a ser dominada por ele e seus irmãos. A Casa Arana y Hernanos tinha uma sucursal em Manaus, e uma linha de navios entre Iquitos e o vale do Putumayo. Em 1905 Arana havia adquirido quase 31.000km quadrados de território colombiano. Por volta de 1907 a firma se associou com capital britânico e formou a Peruvian Amazon Rubber Company, cuja sede foi transferida para Londres, o principal destino de sua produção de borracha. A casa Arana usava Iquitos, no Peru, como centro exportados, ainda que Manaus fosse mais próxima das áreas produtoras, já que em Iquitos os custos das mercadorias eram mais baixos. Era constante a passagem de navios ingleses pelo rio Solimões rumo a Iquitos para apanhar a mercadoria. (STEIMAN, 2002, p. 64).

Durante três décadas a exploração da borracha modificou intensamente o espaço transfronteiriço, dinamizando as relações sociais e econômicas, aumentando a densidade populacional e transformando a rede urbana local. Sobre Iquitos,

“De ter sido um pequeno povoado com funções de exploração e controle da fronteira, passou a contar com uns vinte mil habitantes. Em 1897, foi convertida na capital departamental, deslocando Moyobamba.” (CONTRERAS; CUETO; 2010, p. 218-219, tradução livre).

O espaço brasileiro foi integrado de diversas formas a esse processo. Primeiramente, o recrutamento de mão de obra para a extração de seringa não dispunha nessa área dos fluxos provindos do Nordeste brasileiro. A solução encontrada por seringalistas foi um violento regime de trabalho baseado na captura de índios e sua submissão. Marquez (2009) explica que a Casa Arana e outras empresas exploravam os seringais dos rios Vaupés, Caquetá, Japurá e Putumayo e para isso foi necessário o apresamento de indígenas de regiões como o Alto Rio Negro e do Vaupés colombiano. As descidas para áreas brasileiras e peruanas foram tão intensas que ao final do século XIX, segundo Marquez (2009) houve decréscimo populacional na região do Vaupés. O regime de trabalho foi tão brutal que gerou repercussão mundial negativa para a Casa Arana.

Como consequência, em 1911 sua sede em Londres foi liquidada, mas a Casa Arana continuou explorando a borracha no Putumayo até 1920, quando não conseguiu competir com as companhias europeias, nem com os baixos preços praticados pelos produtores asiáticos. (STEIMAN, 2002, p. 65).

Outra consequência foi a ampliação da rede urbana e de algumas funções urbanas na região da fronteira, com repercussão no espaço brasileiro. Os

governos centrais trataram de se aproveitar das rendas auferidas pelas empresas exploradoras de borracha e os postos fronteiriços de Tabatinga e Leticia passaram a exercer algumas funções fiscais, ainda que de forma precária. Leticia se notabilizou como entreposto de comercialização das casas aviadoras de Iquitos (NOGUEIRA, 2009). As empresas, os seringalistas e os seringueiros, contudo, desconheciam ou desvalorizavam esses pontos de controle. Segundo Zarate,

Isso explica o surgimento de estabelecimentos paralelos como Remate de Males (hoje Atalaia do Norte) e Cabalococho, [...] e a sua supremacia sobre as primeiras [Leticia e Tabatinga], como centros comerciais e de predomínio do contrabando por todo o período da borracha (ZARATE, 2012, p. 41, tradução livre).

Assim, a rede urbana foi ampliada, sempre articulada com a economia da borracha, mesmo enquanto os estados nacionais buscavam controlar as rendas. As populações transnacionais formavam vilas e povoados evadindo as ações estatais e utilizando-os como centro de suas relações econômicas.

Os processos econômicos e sociais provocados pelo fausto da borracha foram tão dinâmicos e poderosos que geraram repercussões para a estabilidade política dos próprios estados nacionais, demonstrando a capacidade de atores não estatais de transformar o território por meio da ação política. Segundo Contreras e Cueto (2010), diversas vezes a classe empresarial de Iquitos tentou separar-se da república peruana em rebeliões que quase sempre eram sufocadas em troca por benefícios fiscais e com tropas que tardavam quase um ano para chegar ao cenário do conflito.

Outro caso foi a guerra entre Colômbia e Peru. A definição de limites entre os dois países estabelecida no tratado de Salomon Lozano em 1922 transferia Leticia e área produtoras de borracha do Peru para a Colômbia. Isso gerou insatisfação geral das empresas estabelecidas em Iquitos, que no estertor de seu poder provocaram o conflito colombo-peruano na década de 1930.

Entre 1930 e 1933, ocorreu o conhecido conflito colombo-peruano, fundamentalmente pela ameaça de expansão territorial do Peru da mão da tristemente célebre Casa Arana. A guerra, que se desenvolveu especialmente com soldados indígenas dos dois países, terminou com a recuperação da soberania da Colômbia sobre os territórios dos rios Caquetá e Putumayo e com a consolidação de Leticia como a capital do departamento do Amazonas. (MARQUEZ, 2009, p. 208).

O que se seguiu ao fim da era de ouro da borracha e do conflito colombo-peruano, com exceção de alguns surtos de prosperidade como o período da Segunda Guerra Mundial, foi a quebra das principais empresas de Iquitos, a estagnação econômica em todo o espaço transnacional. A derrota dos peruanos significou o fim do acesso às terras de seringueiras na Colômbia e a competição de Iquitos com Manaus e Belém tornou-se cada vez mais difícil à medida que as rendas obtidas da borracha eram menores. Se os grandes núcleos enfrentam longo processo de desarticulação e voltam a ser apenas pontos distantes dos territórios nacionais, o que dizer de vilas e povoados esquecidos na fronteira.

Apesar do quadro econômico penoso, alguns pontos desse espaço foram alvo de políticas de controle territorial. A Colômbia buscou consolidar sua presença na área e garantir a posição estratégica de Leticia. As políticas, verticalizadas, não integram Leticia ao seu entorno, mas sim à capital Bogotá:

Uma antena de comunicação instalada no Peru, passou a ser usada para comunicar-se com Bogotá e hastear a bandeira colombiana; no final da década de 40 constrói-se o aqueduto e o aeroporto; segue-se a cadeia pública, o prédio do governo, a planta de energia, etc. Avenidas são abertas e o pequeno povoado já ganha aspectos urbanos, com inúmeras obras públicas. (NOGUEIRA, 2004, p. 16).

Isso possibilitou a Leticia desenvolver, ainda que de forma incipiente, uma pequena economia urbana articulada com a capital. Alguns itens exóticos, como peles e animais tornam-se atrativos para estrangeiros como Mike Tslakis, que, segundo Steiman (2002), fez da cidade centro exportador durante a década de 60 e 70, até que leis ambientais mais rígidas enfraquecessem esse comércio.

O governo brasileiro, por sua vez, elevou Tabatinga a Colônia Militar em 1967, o que favoreceu em parte sua condição, já que um efetivo mais numeroso requereu, segundo Nogueira (2004), a construção de uma vila militar, uma pista de pouso e uma estrutura portuária. Ao contrário de Leticia, contudo, não se pode falar em expressão urbana. A vila era administrada por militares e para controle da fronteira, não era uma cidade. A população que vivia fora da vila militar era composta de poucas pessoas às margens do igarapé Santo Antonio, exatamente no limite fronteiro e por isso denominado Marco, em condições de pobreza extrema. Apenas na década de 80, devido ao crescimento demográfico e urbano de Tabatinga, a população do Marco conurbaria com a área da vila militar.

Se não é possível falar em um núcleo urbano consolidado em Tabatinga até a década de 80, isso se deve também a que o único município reconhecido e fortalecido com instituições civis do lado brasileiro era Benjamin Constant, que durante o período entre 1940 e 1980 foi o principal núcleo urbano da região. Parte disso se deve também a ciclos econômicos que se sobrepuseram ao fim da economia da borracha.

Durante a década de 70 e 80, Benjamin Constant se colocou como polo da atividade madeireira em terras brasileiras. O impulso mais uma vez era externo, provindo de madeiras na Colômbia e do Peru. Segundo Steiman (2002), as localidades de La Pedrera e Tarapaca na Colômbia, assim como Puerto Assis eram focos de processamento de madeira que poderia provir tanto de terras próximas quanto do Brasil, com destino aos mercados de Cali e Bogotá.

No lado brasileiro, a exploração de madeira era feita sobretudo no rio Javari e Benjamin Constant ganhou destaque com a atividade não só por ser o local de seu beneficiamento, mas também pela venda de insumos para os madeireiros. Tabatinga, ao contrário de Leticia, se situa em área de várzea, daí não se sobressair nessa atividade, pois a madeira de lei é encontrada em terra firme. (STEIMAN, 2002).

As atividades de extração e comercialização de madeira foram duramente reprimidas na década de 90 pelos governos dos três países e a economia local, especialmente de Benjamin Constant, sofreu abalos com o controle mais rigoroso dos órgãos fiscalizadores. De doze serrarias existentes, onze foram fechadas, seus donos foram a falência ou se envolveram com o tráfico de drogas. Além disso, a criação de reservas ambientais e indígenas tornaram a exploração em áreas próximas a fronteira passível de multas. Subsistem algumas serrarias entre Benjamin e Atalaia do Norte para a construção de casas, mas é irrisório seu componente na economia formal local.

Nogueira (2008) detalha a rede de comercialização de madeira atualmente e a coloca como muito importante para a região fronteira. O autor afirma que Leticia é o polo centralizador de uma grande área localizada no território dos três estados nacionais e que o escoamento de madeira de Benjamin Constant e Islandia fluem atualmente para a Colômbia. Isso ilustra como a falta de escala adequada torna as conclusões meras fantasias. Apesar dessa rede em particular não ser alvo dessa dissertação, ignorar o Peru torna qualquer conclusão sobre o

tema falaciosa. Iquitos é o maior polo explorador de madeira da Amazônia Ocidental, recebendo insumos de todas as partes do Departamento de Loreto, inclusive da área da tríplice fronteira com o Brasil. Recentemente, a atividade tem retomado fôlego com serrarias em Islandia e Caballococha e com madeira que provem do lado peruano do rio Javari. Mesmo na década de 70 e 80 o mercado peruano absorvia mais madeira. Leticia tem algumas serrarias para beneficiamento de madeira que possa ser utilizada localmente, mas, como será discutido nas próximas seções, não tem escala ou ascendência sobre seu entorno para uma comercialização maior.

Outra rede que se desenvolveu e consolidou ao longo dos últimos 40 anos na região fronteira, essa sim corretamente apontada por Nogueira (2004) como tendo Leticia e a Colômbia como principal impulso, é a rede de comercialização de pescado, alcançando povoados peruanos no Putumayo e cidades brasileiras até Tefé. Um estudo aprofundado foi feito por Moraes, Schor et Alves-Gomes (2010a) sobre o mercado de bagres na região e como ele integra diversos municípios brasileiros. Nogueira (2004) por sua vez detalha as características internacionais da rede de pesca. Para nosso trabalho o mais importante é ressaltar que essa atividade tem fortalecido as relações entre as cidades pertencentes aos fluxos da pesca e que, mais uma vez, o principal dinamizador é um impulso externo.

Fator de maior importância histórica foi, contudo, o boom econômico da cocaína que ficou conhecido como “bonanza” (APONTE M, 2012), ocorrido entre 1975 e 1990. O auge econômico do narcotráfico na fronteira entre o Brasil e Colômbia faz parte do quadro geral em que se inseriu o país vizinho com a comercialização em larga escala da droga e sua inserção no mercado internacional durante essas décadas. Tendo Leticia como base, alguns grupos como o Cartel de Leticia proporcionaram diversas transformações na paisagem urbana da fronteira, gerando impulsos demográficos, econômicos e sociais.

Concomitantemente, Tabatinga se eleva a condição de município, ratificada na Constituição de 1988. A dinamização da economia pela coca, somada às atividades burocráticas e administrativas, provocam rápido crescimento urbano e populacional, e o que eram antes o pequeno bairro brejeiro do Marco e a vila Militar se conurbam em uma cidade-gêmea. Na década de 80, o governo brasileiro inicia a construção da Avenida da Amizade, interligando de forma permanente as duas

idades e os dois países. Instituições federais e estaduais começaram a se instalar em Tabatinga, junto a agências bancárias e novos equipamentos de comunicação (NOGUEIRA 2008).

Aponte M (2012) dedica um artigo a esse período histórico e pontua três fatores importantes para o auge econômico e dinâmica comercial sem precedentes na fronteira:

A desvalorização das moedas brasileira e peruana, que impulsionou o surgimento de um novo setor comercial no Marco, em que as mercadorias eram mais baratas que aquelas vendidas em Leticia; os salários, que tanto no setor público como no privado foram mais altos em Leticia que nos povoados vizinhos; e o narcotráfico, que se consolidou como outro importante setor da economia. (APONTE M, 2012, p. 209, tradução livre).

Enquanto Leticia viu um boom de itens de luxo, produtos tecnológicos e importações suntuosas, no lado brasileiro o pequeno e grande comércio floresceram. O impulso externo, segundo Aponte M (2012), estabeleceu um *modus vivendi* em que Leticia se estabelecia como principal dinamizador da região enquanto Tabatinga e o Peru forneciam mão de obra e produtos de uso cotidiano para os colombianos. Novas diversões como boates e bares surgiram em Leticia enquanto em Tabatinga tabernas e festas animaram aqueles anos.

Essa diferenciação se deu em parte devido aos preços exorbitantes que se cobravam em Leticia por produtos comuns de uso diário. Isso fez com que capitais e empresas de Benjamin Constant, afetados pelas restrições a atividade madeireira, se movessem para aproveitar as oportunidades. Comerciantes de outras regiões brasileiras, cadeias de supermercados e mesmo regatões<sup>5</sup> de outras partes da Amazônia se fixaram em Tabatinga (então chamada de Marco) e participaram da fatura proporcionada pela economia da coca. Estes estabelecimentos, em sua maior parte formais, se fixaram ao longo da recém-inaugurada Avenida da Amizade.

Outro efeito foi a urbanização desordenada do lado brasileiro. Rapidamente Tabatinga ultrapassou Benjamin Constant e de um povoado de alguns milhares de pessoas (incluindo a população militar), aparece no Censo de 1991

---

<sup>5</sup> Regatões são vendedores que navegam nos rios amazônicos e em seus afluentes levam mercadorias dos centros urbanos às comunidades ribeirinhas. É o equivalente ao mascate e seu nome vem da imagem popular de ser um comerciante com quem sempre se pode negociar preços, ou seja, regatear.

(IBGE, 2010) com 27.000 habitantes. Esse crescimento não foi acompanhado por políticas públicas de educação, saúde, saneamento ou planejamento urbano, o que acarretou em parte a pressão social a que Nogueira(2008) se refere como um dos principais problemas do município e que permanece até os dias de hoje.

O combate as narcotráfico durante as década de 80 e 90 e a diminuição do preço da cocaína no mercado internacional, com a expansão dos cultivos na Colômbia, Peru e Bolívia começou a causar pequenas crises em Leticia. Isso afetou Tabatinga, mas ela continuou crescendo. Steiman (2002, p. 68) explica isso pela “vinda de muitos migrantes de Manaus e de outras cidades da região em Tabatinga, incentivados pelo Exército a migrar para a então colônia militar, já em vias de se tornar um município”. Se nesse primeiro momento Leticia já dava sinais de esgotamento como local concentrador dos fluxos, a partir da década de 90 a fronteira atravessa um de seus momentos mais críticos.

O aumento da repressão ao trafico de drogas na década de 1990 e seu ápice em 1997 ocasionou a dissolução do Cartel de Leticia, o terceiro mais importante da Colômbia, e levou consigo o padrão de crescimento econômico da cidade até então. Os bens dos traficantes colombianos da cidade foram confiscados (mansões luxuosas, as empresas, centros comerciais, hotéis, etc), muitos chefes locais foram presos ou fugiram. [...] Por volta de 2000, a situação financeira da Gobernacion del Amazonas e da Municipalidad de Leticia era grave. (STEIMAN, 2002, p. 69).

Tabatinga se vê drasticamente afetada por esse quadro, que se torna ainda pior devido ao Plano Real, que valorizou a moeda brasileira e causou o esvaziamento do comércio local.

A valorização do Real só não causou o completo esvaziamento do comércio em Tabatinga por causa das dificuldades de acesso terrestre à Leticia no território colombiano. [...] Os altos custos de transporte de mercadorias por avião, dependente ainda da carga de compensação que haja entre Leticia e o interior, restringe a compra de determinados produtos ao município de Tabatinga. (STEIMAN, 2002, p. 70).

A crise do auge da “bonanza” afetou as duas cidades, que tiveram de se transformar e se adaptar a tempos de menor atividade econômica, trazendo-as aos tempos atuais. Leticia conseguiu em parte se ressignificar, transformando-se em polo turístico e da rede de pesca da região. Tabatinga continuou atraindo migrantes e apesar de hipertrofiada, com população que hoje chega a 52.000 habitantes

(IBGE, 2010), continuou com suas funções de cidade territorial e polo regional brasileiro, com instituições nacionais e serviços para as populações do Alto Solimões.

As duas cidades conurbadas mantem relação de interdependência importante, alvo de diversos estudos, como Palácio (2009), Steiman (2002), Nogueira (2007) e Aponte M (2010 e 2012). Enquanto cidades-gêmeas ou pares, existem funções urbanas que as duas exercem, algumas que cada uma exerce concorrentemente e outras em que se complementam. Algumas análises explicam a complexidade das relações entre Leticia e Tabatinga como aquelas de bairros em um mesmo espaço urbano; outros estudos preferem defender a independência e autonomia de uma com a outra. Para nosso estudo, o importante é reconhecer que configuram importantes centros urbanos regionais, com economias diversificadas e densidade populacional expressiva.

Ainda assim, o que nos interessa mais é constatar que todos os processos de formação urbana e social no espaço fronteiriço entre o Peru, Brasil e Colômbia apresentam relações históricas que vinculam os núcleos urbanos, dando densidade histórica às interações transnacionais. O espaço e a extensão utilizada pelos ciclos econômicos sucessivos e para as atividades comerciais legais e ilegais também são historicamente comuns. Como diz Steiman:

A mesma rede de rotas e corredores que serviu aos propósitos do contrabando durante o século XVIII e mais tarde para a exportação da borracha, madeira e peles passa a ser utilizada a partir da década de 1970 para o tráfico de drogas. (STEIMAN, 2002, p. 66).

Essas redes históricas se utilizaram dos mesmos caminhos e entrepostos que hoje propomos serem utilizados pelas redes comerciais peruanas, definindo um espaço regional cuja rica interação entre os atores se sobrepõem aos impulsos territoriais de cada estado nacional. A delimitação da área de atuação de nossas redes vai tomar exatamente esse espaço histórico das relações transnacionais como ponto de partida para testarmos, em território nacional, a hipótese da polarização das redes comerciais peruanas no período atual e da conformação de uma região para ser utilizada como escala de análise do espaço transnacional.

## 2.2 Recorte espacial e características gerais subnacionais

Ao definirmos e recortarmos um espaço para aprofundarmos nosso estudo, tomamos como referência não a proximidade com o limite fronteiro ou a coincidência das faixas de fronteira estabelecidas em lei pelos países da tríplice fronteira. Preferimos utilizar como referência a extensão por onde as redes geográficas peruanas se fazem presentes e foram sentidas em nossa primeira incursão a campo, complementada pelo embasamento histórico dos diversos processos de formação urbana e relacionamento econômico nesse espaço regional.

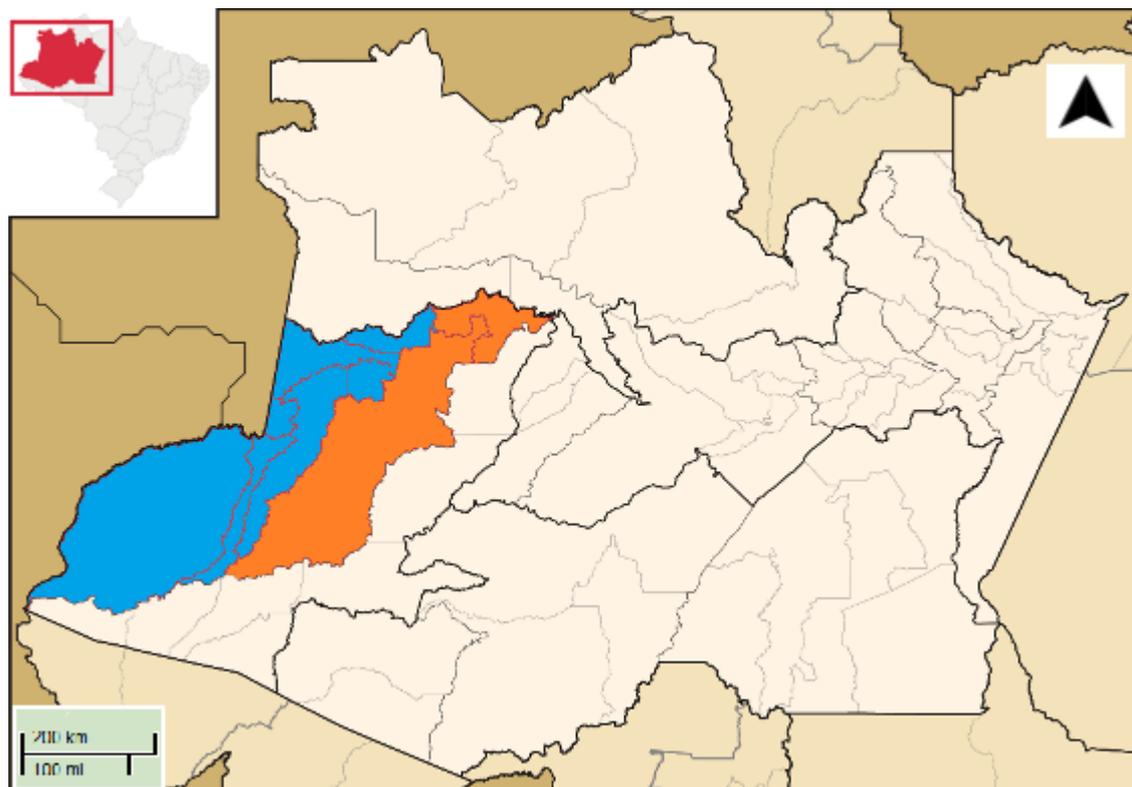
Nesse momento, nosso intuito é tomar os espaços subnacionais de cada um dos três países que em conjunto constituiriam a região transnacional que propomos e fazer uma descrição de características demográficas, econômicas e sociais na atualidade. Isso nos ajudará a compreender e analisar as redes geográficas com origem no Peru e algumas das causas de sua existência e relevância. Cabe destacar que a descrição é feita de modo mais sucinto sobre os núcleos urbanos dos países vizinhos, já que os municípios brasileiros serão caracterizados de modo extensivo no próximo capítulo.

Esse recorte inicial, como já dissemos, é importante para termos uma base de teste sobre a existência ou não de uma região. Discutiremos se ele prevalece ou não no quarto capítulo, após analisarmos empiricamente as redes comerciais peruanas.

### 2.2.1 A região transnacional no Brasil

Baseado portanto em uma primeira visita de campo, avaliamos que dentro do país as sedes municipais de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins seriam o principal foco da pesquisa. Esses municípios fazem parte da microrregião definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como Alto Solimões. Além deles, fazem parte dessa categoria os municípios de Fonte Boa e Jutaí, que foram excluídos após a primeira visita (Figura 3).

Figura 3 - Microrregião do Alto Solimões preenchida, Jutaí e Fonte Boa destacados em laranja.



Fonte: Mapa adaptado de WIKIPEDIA, 2014.

A utilização dos parâmetros do IBGE é oportuna por dois motivos. Primeiramente, nos permite analisar dados agregados quantitativos que podem auxiliar a compreensão da região. Em segundo lugar, a delimitação municipal no Amazonas segue uma lógica de extensão em que as sedes municipais costumam estar na foz de uma bacia hidrográfica. Apesar do território dos municípios serem enormes, essa divisão faz sentido, pois essas cidades são utilizadas pela população nas áreas rurais para serviços mais complexos e como entreposto para suas atividades econômicas. Os fluxos econômicos da bacia do rio Jandiatuba, por exemplo, fluem para São Paulo de Olivença, os do rio Javari para Atalaia do Norte, e assim sucessivamente. Obviamente, isso ocorre como um padrão geral, com desvios que não contradizem a regra.

A retirada dos municípios de Jutaí e Fonte Boa se deu por causa da falta desse nexo de extensão com a região proposta. O rio Jutaí e sua bacia hidrográfica, ao contrário dos outros rios dos municípios escolhidos, flui para o Acre, sofrendo influência desprezível dos fluxos comerciais que ocorrem tendo como origem o Amazonas peruano. Fonte Boa, por sua vez, está mais próxima a Tefé do

que a Tabatinga, e o alcance das redes originadas no Peru são também desprezíveis. Todos os outros municípios apontados sofrem alguma influência das redes comerciais peruanas. Além disso, o emaranhado de suas bacias hidrográficas, delimitadas pela circunscrição municipal, fluem dos países vizinhos e são navegáveis e transponíveis por meio de furos e paranás.

A região transnacional proposta segue, assim, nexos de extensão natural das bacias hidrográficas que se originam ou se comunicam com o Peru e a Colômbia, confirmando que é possível trabalhar com regiões sobre uma base natural, mesmo que os fatores naturais não sejam determinantes ou exclusivos para a análise. Para conhecermos melhor essa região em sua parte brasileira é importante delinear algumas características gerais dos municípios brasileiros afetados pelas redes peruanas, de modo a uma análise mais coerente de seus efeitos.

Primeiramente, é importante ressaltar que mesmo ocupando áreas enormes, a população dos municípios do Alto Solimões não ultrapassa os 200.000 habitantes, sendo que a população urbana é de 104.355 habitantes, desigualmente distribuídos entre os municípios (Tabela 1). Os núcleos urbanos podem ser divididos em pelo menos três níveis segundo sua demografia. Tabatinga emerge como principal núcleo e polo demográfico, com quase um terço da população urbana. Em um segundo patamar aparecem Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá, com núcleos urbanos medianos e população majoritariamente rural. Por fim, os núcleos urbanos menores são Atalaia do Norte, Tonantins e Amaturá, todos com menos de 10.000 habitantes na zona urbana.

Tabela 1 - População e renda de municípios selecionados.

	População Total	População Urbana	PIB	PIB PER CAPITA
Atalaia do Norte	15.153	6.893	R\$ 74.377.000,00	R\$ 4.908,40
Benjamin Constant	33.411	20.138	R\$ 176.243.000,00	R\$ 5.275,00
Tabatinga	52.272	36.355	R\$ 263.429.000,00	R\$ 5.039,58
São Paulo de Olivença	31.422	14.263	R\$ 144.900.000,00	R\$ 4.611,42
Amaturá	9.467	4.960	R\$ 50.328.000,00	R\$ 5.316,15
Santo Antônio do Içá	24.481	12.847	R\$ 111.197.000,00	R\$ 4.542,18
Tonantins	17.079	8.899	R\$ 101.681.000,00	R\$ 5.953,57
Total	183.285	104.355	R\$ 922.155.000,00	R\$ 5.031,26

Fonte: IBGE, 2010, 2011.

As populações desses municípios apresentam níveis econômicos bem abaixo da média nacional. O Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita, bastante parecido entre os municípios, varia entre R\$ 4.542,18 a R\$ 5.953,57, representando cerca de 20% da média nacional (R\$ 24.000). Mesmo Tabatinga, que tem entre seus habitantes funcionários públicos federais civis e militares, a renda final não é superior à média da região. Nosso ponto é demonstrar que a maior parte da população dessa região pertence às camadas mais pobres e que a renda local é muito baixa, inferior a um salário mínimo per capita mensal.

Outra inferência é a de que há poucas oportunidades econômicas em geral. Há, como relatado no artigo Moraes, Schor et Alves-Gomes (2010a), uma indústria pesqueira se fortalecendo e o próprio crescimento populacional acaba demandando mais serviços, mas a produção agrícola é baixa, a renda gerada pela indústria é pequena e o resultado é um setor terciário hipertrofiado em todas as cidades (Tabela 2). A economia de muitas delas gira em torno de transferências governamentais e serviços públicos, mas a maior parcela da sociedade acaba trabalhando no mercado informal, de maneira irregular em postos de baixa remuneração, o que explica a baixa renda geral. O comércio, formal e informal, costuma ser a fonte de emprego mais visível no setor de serviços.

Tabela 2 - PIB e segmentação econômica de municípios selecionados.

BRASIL	PIB (IBGE 2011)	Agricultura	Industria	Serviços
Atalaia do Norte	R\$ 74.377.000,00	13%	10%	75%
Benjamin Constant	R\$ 176.243.000,00	19%	10%	68%
Tabatinga	R\$ 263.429.000,00	7%	12%	76%
São Paulo de Olivença	R\$ 144.900.000,00	15%	11%	72%
Amaturá	R\$ 50.328.000,00	21%	10%	67%
Santo Antônio do Içá	R\$ 111.197.000,00	16%	11%	72%
Tonantins	R\$ 101.681.000,00	30%	8%	59%
Total	R\$ 922.155.000,00	16%	11%	71%

Fonte: IBGE 2011.

Outra situação importante, que faz da observação empírica fundamental na região estudada e ao mesmo tempo nos aconselha cautela na pura interpretação de dados quantitativos é o fato de que esse extrato inferior da

economia costuma estar subdimensionado, já que fazem parte deles trabalhadores indocumentados, produtos em situação irregular e relações de trabalho informais.

Não encontramos dados específicos para cada um dos municípios visitados, mas uma análise do mercado de trabalho amazônico feita por Celentano e Verissimo (2007) estimou em cerca de 71% o número de trabalhadores no setor informal da economia. Apesar das sérias disparidades entre locais dentro de uma área tão grande como a Amazônia, acreditamos que esse número deve acercar-se a realidade dos municípios no interior e de nossa região-alvo, em que as dificuldades para formalização dos negócios devido a custos e a burocracia centralizada em Manaus somam-se aos custos da formalização da mão de obra. Dessa forma, soma-se à baixa renda a precariedade dos trabalhos encontrados nos municípios próximos à tríplice fronteira e a falta generalizada de oportunidades econômicas e perspectivas de emprego formal.

Apesar do baixo valor de PIB per capita, a falta de produção local tanto no setor agrícola quanto industrial indica que as cidades e suas populações devem ser abastecidas com produtos produzidos em outros locais, o que torna a região atrativa para os fluxos de bens de consumo autônomo e de baixo valor agregado, formando essas cidades um mercado em potencial para esses itens.

O importante aqui é entender esse padrão geral, de que a maior parte da população dessas cidades tem baixa renda, e mesmo que alguns segmentos sociais participem de fluxos do ciclo superior da economia, a maior parte depende dos mercados populares e do pequeno comércio do ciclo inferior. Como no modelo das redes de localidades dentrificas explicadas por Correa (2006), contudo, a distância torna-se fundamental para a oferta tornar-se viável.

Como referência para os deslocamentos e para a “distância”, escolhemos a hora em lancha rápida (expresso), por esse tipo de deslocamento ser um meio termo entre os meios mais lentos, como o barco recreio e o meio mais rápido, que são as aeronaves (Tabela 3). O que importa é termos uma referência comum para situar o leitor nas distâncias da região e orientá-lo sobre o senso de proximidade entre os núcleos urbanos. A maior parte dos habitantes quando necessita se deslocar utiliza barcos recreio; as pequenas distâncias são normalmente cobertas em canoas e voadeiras; mas o importante é entender a proporção entre as distâncias das cidades. Medir a distância em tempo também é oportuno já que os

deslocamentos fluviais não necessariamente são mais curtos quando a distância é menor. Assim, tomamos como referência as distâncias entre as localidades e Tabatinga, por ela se encontrar exatamente sob o limite fronteiro. Consideramos no quadro a distância do menor deslocamento (ida ou volta, já que os trechos contra a corrente do rio têm uma duração maior).

Tabela 3: Distância em horas do limite fronteiro (Tabatinga).

<b>BRASIL</b>	<b>montante</b>	<b>jusante</b>
Atalaia do Norte	1h30m	
Benjamin Constant	30m	
São Paulo de Olivença		4h
Amaturá		7h30m
Santo Antônio do Içá		8h30m
Tonantins		9h30m
Manaus		40h
<b>COLOMBIA</b>		
Letícia	0,0	
<b>PERU</b>		
Caballococha	3h30m	
Iquitos	10h30m	

Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014<sup>6</sup>.

A comparação entre as distâncias mostra que Manaus, principal centro da rede urbana brasileira próximo à região do Alto Solimões, está distante mais de três vezes que Iquitos, principal centro urbano peruano, enquanto Letícia, apesar de ser bem menor, está justaposta à fronteira.

Detalharemos no próximo capítulo características específicas dos municípios recortados no Brasil, juntamente com a análise das redes peruanas. Essa introdução permite-nos contudo contrastar o espaço sub-regional no Brasil com os espaços dos países vizinhos.

---

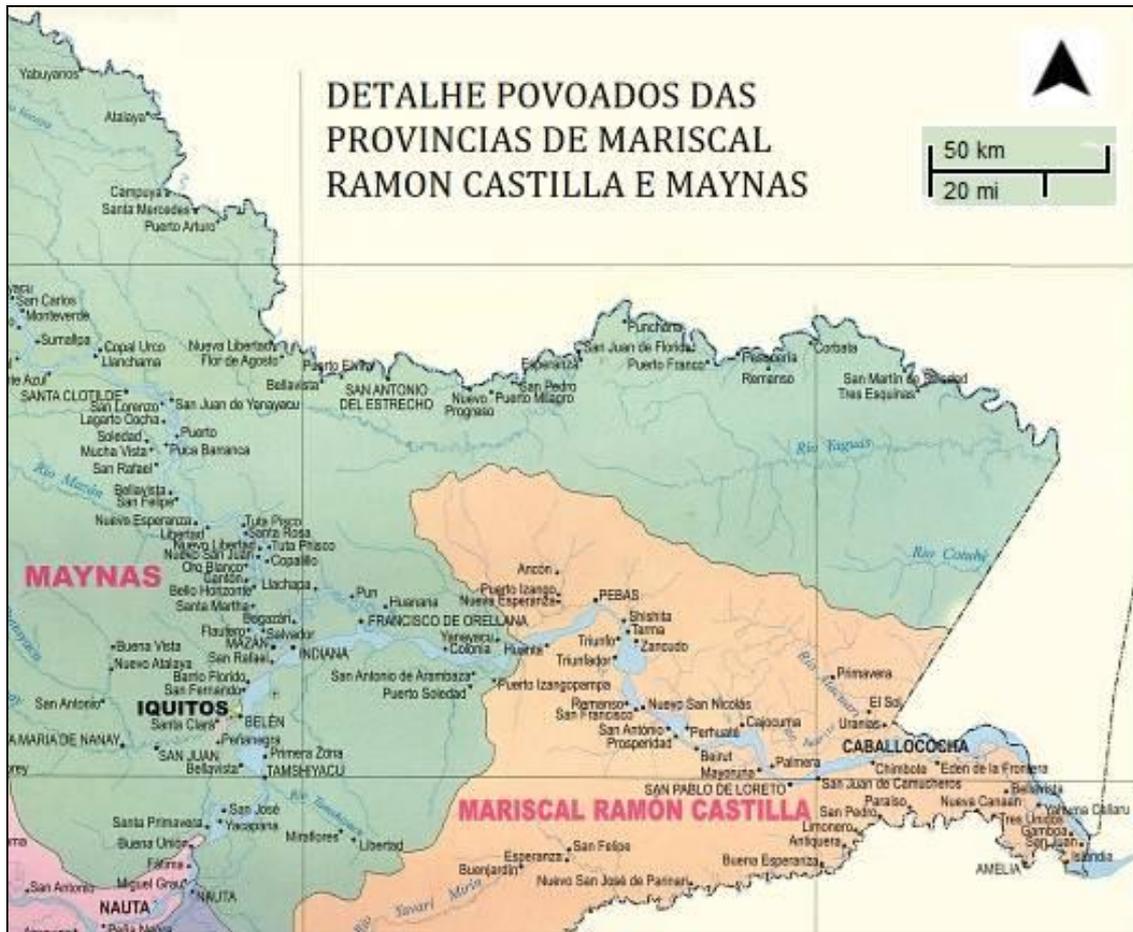
<sup>6</sup> Em vermelho localidades no Peru, em amarelo na Colômbia e em cinza no Brasil.

### 2.2.2 A região transnacional no Peru

Para avançar no estudo da localização e coesão regional, voltamo-nos a descrição sobre a extensão externa dessa rede. Para isso, mesmo que não nos alonguemos, temos de compreender um pouco o espaço econômico e social que circunda a fronteira e as particularidades dos centros urbanos principais, ou seja, as cidades que compõe essa região transnacional que não fazem parte do Brasil. Nos países vizinhos, nossa pesquisa se ateve à descrição dos principais pontos que fazem parte das redes comerciais peruanas, mas pela mesma lógica da falta de comunicação terrestre, é plausível admitir que as bacias hidrográficas são as vias de comunicação cotidianas mais utilizadas pelos fluxos humanos e materiais.

Utilizando esse critério como base, temos, dentro do departamento de Loreto no Peru, as províncias de Maynas (em que se localiza Iquitos) e Mariscal Ramon Castilla como as mais próximas e vinculadas com o Brasil (Figura 4). Nas margens do baixo Amazonas peruano (Solimões), após o encontro do rio Napo, encontram-se vilas de agricultores cujo fluxo natural de escoamento é a região da fronteira com o Brasil e a Colômbia, sendo o principal núcleo urbano a cidade de Caballococha.

Figura 4 - Províncias de Maynas e Mariscal Ramon Castilla fronteiriças ao Brasil e Colômbia.



Fonte: Adaptação de mapa EDITORES GRÁFICOS SEÑOR DE LUREN, 2008.

Apesar de Loreto ocupar cerca de um quarto do território peruano, sua população está concentrada em Iquitos e redondezas. A população total de Loreto é estimada em 1.039.372 habitantes em 2014 (Instituto Nacional de Estadística e Informática-INEI). A província de Maynas, onde está situada Iquitos compreende 54% da população do departamento (563.249 hab.), cabendo a cidade de Iquitos a população de 437.376 habitantes. O restante da população da província fica as margens dos rios Amazonas e Putumayo, sendo diretamente influenciados pela capital do departamento.

A magnitude demográfica coloca Iquitos como centro urbano mais expressivo próximo à área de fronteira, a apenas 10 horas de deslocamento, quase um quarto do tempo desde Manaus e muito mais próxima à realidade fronteiriça. Entre Iquitos e os limites territoriais fica a província de Mariscal Ramon Castilla, propriamente fronteiriça, que ocupa a margem peruana do Javari e o leito do

Amazonas/Solimões em direção ao Brasil. A província tem 72.909 habitantes sendo que a maior aglomeração urbana é a capital da província, Caballococha, com 24.141 habitantes.

Além da dimensão demográfica de Iquitos, com mais que o dobro da população da área delimitada no Brasil e maior mesmo do que a soma da população do departamento do Amazonas na Colômbia (75.388 hab.), da província de Ramon Castilla (72.909 hab.) e da área dos municípios do Alto Solimões (183,285), a cidade peruana concentra as atividades econômicas do departamento de Loreto. O Produto Interno Bruto do departamento de Loreto equivale, em reais a quase oito bilhões de reais, mais de oito vezes o produto dos municípios brasileiros delimitados (Tabela 4).

Tabela 4 - Desagregação PIB Departamento de Loreto.

Segmentos	2012 (nuevos soles)	2012 (reais)	Setores	Principais Setores	
Agricultura, Caça e Silvicultura	S/. 853.896.000,00	R\$ 678.001.962,96	9%	26%	Primário
Pesca	S/. 22.597.000,00	R\$ 17.942.243,97	0%		
Mineração	S/. 1.708.653.000,00	R\$ 1.356.687.568,53	17%		
Manufatura	S/. 1.053.514.000,00	R\$ 836.500.651,14	11%	11%	Indústria
Água e Eletricidade	S/. 146.736.000,00	R\$ 116.509.851,36	1%	63%	Serviços
Construção Civil	S/. 725.284.000,00	R\$ 575.882.748,84	7%		
Comércio	S/. 1.640.579.000,00	R\$ 1.302.636.131,79	16%		
Transporte e Comunicações	S/. 708.874.000,00	R\$ 562.853.044,74	7%		
Restaurantes e Hotéis	S/. 542.645.000,00	R\$ 430.865.556,45	5%		
Serviços Governamentais	S/. 1.101.929.000,00	R\$ 874.942.645,29	11%		
Outros Serviços	S/. 1.442.970.000,00	R\$ 1.145.732.609,70	15%		
Valor Agregado Bruno	S/. 9.947.677.000,00	R\$ 7.898.555.014,77			

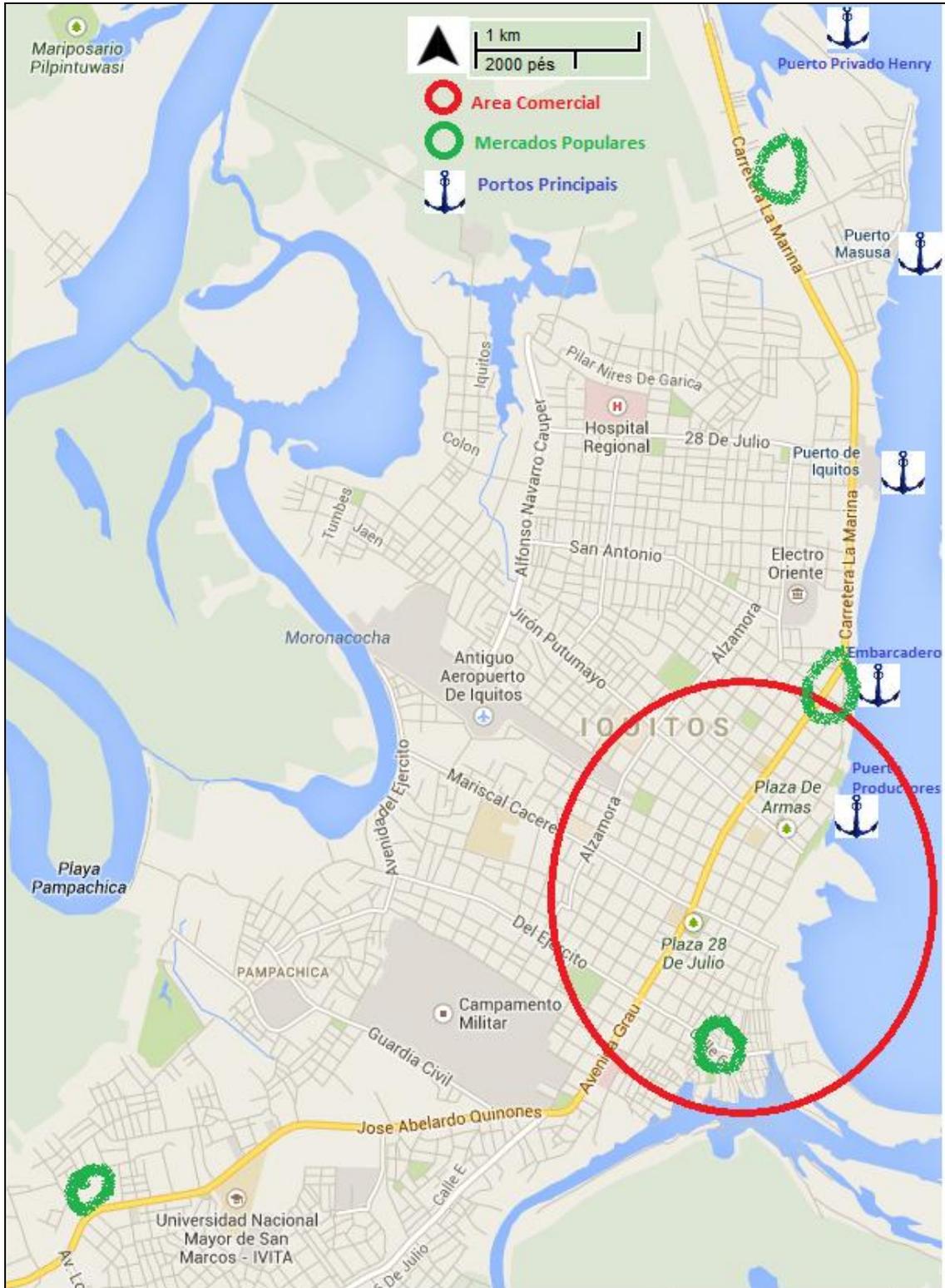
Fonte: INEI, 2012.

Não foi possível encontrar a desagregação por município, mas considerando que o setor mineral (petrolífero) é produzido fora de Iquitos e que o setor agrícola e de silvicultura é espalhado por todo o departamento, pode-se inferir pelo tamanho demográfico e de observações sobre a diversidade econômica obtidas em campo que a cidade concentra mais de 50% do PIB departamental, o que corresponde a cerca de 4 vezes todo o PIB dos municípios que as suas redes comerciais afetam dentro do Brasil. Uma rápida caracterização desses setores e da estrutura da cidade nos possibilita entender o papel central da cidade na região transnacional.

Iquitos é a capital do departamento de Loreto, está na margem esquerda do Rio Amazonas (oeste) e é circundada pelos rios Nanay (leste e norte) e Itaya (sul). É considerada a maior cidade do mundo sem conexão terrestre. A cidade dispõe de aeroporto denominado Aeroporto Internacional Coronel FAP Francisco Secada Vignetta. Trata-se de terminal recentemente privatizado e reformado, operado por empresa chilena. É um dos principais aeroportos no Peru, e o mais importante da região amazônica do país. Cerca de 600 mil passageiros transitam anualmente pelo terminal, com estimativas do ano de 2008. Para chegar à cidade a partir da capital Lima, o voo dura aproximadamente 1h45min. O aeroporto recebe também voos entre as cidades de Tarapoto e Caballococha.

Pela sua vocação fluvial e comercial, a cidade tem sete estruturas portuárias diferenciadas por finalidades, destinos e procedência/tipo das mercadorias, todas localizadas ao longo da Av. *de La Marina*. O Puerto Enapu, por exemplo, é o principal porto público destinado a mercadorias de carga geral, normalmente proveniente de Pucallpa e Tarapoto; o Puerto Masusa por outro lado interliga a cidade aos vilarejos do Putumayo e às cidades da Província de Ramon Castilla por meio de embarcações regionais; o Embarcadero Huequito é por onde chegam embarcações rápidas de passageiros como a que faz a ligação entre Iquitos e Santa Rosa; o Embarcadero Nanay é basicamente para embarcações turísticas regionais; o Puerto Henry, principal porto privado, é especializado em madeira. Há ainda outros portos utilizados pela Marinha peruana e para transbordo de passageiros vindos de Pucallpa.

Figura 5 - Croqui de Iquitos destacando portos e zonas comerciais.



Fonte: Mapa adaptado de GoogleMaps, 2014.

A capital do Departamento de Loreto possui cinco universidades principais, sendo o maior centro cultural da região amazônica peruana. A cidade possui vários centros de radiodifusão, como a Amazónica de Televisión, UCV Satelital, e a Panamericana Iquitos. A cidade dispõe de diversificada rede hoteleira, desde hostels até hotéis de luxo. O serviço de restaurantes é também abundante, desde os mais simples até estabelecimentos com qualidade elevada. A área central do município possui intenso policiamento, principalmente a rua do comércio (Calle Progreso), praça de armas e Boulevard (zona turística e de restaurantes situada na orla), encontrando-se agentes policiais a cada quadra. Estes, todavia, não costumam abordar turistas. Casas de câmbio são encontradas na *Calle Progreso*. Os serviços de telefonia e internet são satisfatórios. Em diversos pontos da cidade há escritórios telefônicos, que disponibilizam cabines para ligações.

Em Iquitos, moto-taxis são o principal meio de transporte, e podem ser utilizados com segurança. Tratam-se de motocicletas modificadas para o transporte de dois ou três passageiros, além do piloto, sendo ainda possível a acomodação de bagagem. Há também serviço de transporte coletivo em ônibus. Poucos automóveis circulam na cidade e há dificuldade em se conseguir alugar um veículo.

Funcionam em Iquitos todos os principais bancos peruanos, tornando a cidade também um centro financeiro na Amazônia peruana. Além dessas atividades, a presença de funcionalismo público do departamento de Iquitos e do distrito de Maynas é gerador de renda para a população.

Outra atividade bastante visível na cidade é o processamento de madeira e manufatura de compensados, com grandes galpões localizados nas cercanias dos portos e serralherias menores ao longo da rodovia para Nauta. A produção de derivados da madeira é bastante expressiva, apesar de locais apontarem que não há controle estatal sobre a exploração da madeira e a procedência da madeira nem sempre ser certificada. De Iquitos os subprodutos grosseiros da madeira iriam para Pucallpa, onde existe um polo moveleiro que produz grande parte dos móveis no Peru e envia para a costa. Existe investimento estrangeiro na cidade e as principais madeiras da Av. de La Marina pertenceriam a argentinos.

Apesar de ser o departamento peruano de maior produção petrolífera e os *royalties* contribuírem para aumento da renda do governo e conseqüentemente para a execução de obras e serviços públicos, não existem grandes escritórios de

empresas petrolíferas na cidade. Apenas a Petroperu e a Pluspetro têm escritórios maiores, no centro da cidade.

Na região central, o fluxo de turistas do exterior é expressivo, de todas as origens, mas principalmente dos Estados Unidos da América, União Europeia e Brasil. Essa atividade acarreta que a cidade tenha muitos restaurantes, hotéis e centros de venda de artesanatos-produtos locais, que se encontravam com alta ocupação mesmo durante o período visitado, de baixa temporada. Apesar dos atrativos e locais turísticos se encontrarem ao redor de Iquitos, a maior parte dos turistas utiliza a cidade como base para incursões na selva.

Devido a isenções tributárias para produção, algumas indústrias se instalaram na periferia da cidade, destacando-se a fábrica de motocicletas da Honda. A atividade, contudo, é pontual nos setores em que o mercado de Loreto tenha demanda, como motocicletas, vestuário e indústrias de alimentos e bebidas.

Todos os setores mencionados são importantes agregadores de valor, mas sem dúvida, as atividades comerciais da cidade são as mais importantes. Como principal polo da Amazônia peruana e capital do departamento de Loreto, Iquitos exerce influência comercial em todo o alto curso do Rio Amazonas e seus afluentes. Ao norte, seus portos abastecem a região dos rios Napo e Putumayo em direção ao Equador e Colômbia e, no Peru, sua área de influência atinge todo o Departamento de Loreto. Por esse motivo, a cidade assume um caráter comercial por excelência, com varejo dinâmico e diversificado, com predominância de micro e pequenas empresas que atuam no mercado formal. Além disso, existem isenções tributárias e fiscais que fazem com que os preços em Loreto sejam atrativos na região. O comércio informal é bastante setorizado (alimentos, artesanatos, brinquedos) e pode ser encontrado concentrado em grandes mercados distritais (Belén, Bellavista, San Juan, Punchana). Na região central da cidade não há presença de camelôs.

Iquitos também exerce papel de consumidor e distribuidor de alimentos na Amazônia peruana. Da região costeira aos portos de Pucallpa e Yurimaguas, e deles para Iquitos, chegam frutas, legumes e cereais – maçã, laranjas, pimentões, batatas, diversas variedades de milho, tomate, cenoura, entre outros. De comunidades peruanas ribeirinhas do rio Amazonas e do Rio Javari, chegam produtos como abacaxi, mandioca, cheiro-verde, pimenta e bananas. A capacidade produtiva dos ribeirinhos peruanos é maior, pois têm que satisfazer a demanda de Iquitos e sua

população. A necessidade de abastecimento primária de alimentos, em si, gera a necessidade de transporte, comunicação e estabelecimento de redes de distribuição primárias, para atender a este requisito básico da população. Como resultado, ao longo dos anos essas redes foram se formando entre Iquitos e a região, tanto no sentido do interior ribeirinho de Loreto abastecer à capital, como a dos produtos da costa peruana serem distribuídos na região fronteiriça.

Isso ocorre também com produtos industrializados, devido à baixa carga tributária peruana e a políticas especiais de incentivo à produção praticadas em Loreto. Os preços de insumos para construção civil, combustível e produtos industrializados são muito inferiores aos praticados no Brasil. Devemos dizer também que, ao contrário do que ocorre nas cidades brasileiras com os produtos peruanos, produtos brasileiros não são encontrados com facilidade em nenhum segmento econômico/comercial da cidade de Iquitos. O único produto brasileiro que tem predominância em mercados e feiras em Iquitos é o frango congelado. Alimentos *in natura* e produtos industrializados em geral são nacionais. Também há ampla oferta no comércio de produtos *chinglings*.

Outra constatação durante a visita a Iquitos é a imagem que os locais guardam sobre as regiões fronteiriças. Muitos consideram que o Peru “acaba ali” e que rio abaixo seria uma área controlada por israelitas e narcotraficantes. Enquanto a fronteira com a Colômbia seria problemática pelo conflito interno do vizinho, a província de Ramon Castilla e a tríplice fronteira são considerados por muitos um problema do Brasil, que atrairia pelo tamanho de mercado os “restos” que Iquitos não aproveita e os fluxos ilegais originados no Peru.

De fato, percorrendo o rio Amazonas em território peruano, percebe-se que logo após deixarmos Iquitos em direção à tríplice fronteira, reduz-se sensivelmente o aparato institucional e fiscalizador. Em Iquitos, as ruas da região central são bem policiadas e há fiscalizações de embarcações para controle da entrada de entorpecentes. No restante da viagem, há apenas uma rápida verificação em Chimbote pela receita e polícia peruana. Diante de Tabatinga, em Santa Rosa, há um pequeno posto de migração.

Nesse trecho está localizada Caballococha, cidade com expressão urbana mediana, similar aos municípios brasileiros medianos (Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant). Ela exerce papel importante como

centro intermediário entre Iquitos e a tríplice fronteira. Primeiramente, nela há algumas instituições de fomento ao comércio e agricultura de que se aproveitam ribeirinhos que se dedicam à pesca e agricultura. Entre estes, destaca-se o grupo de colonos agricultores do grupo religioso AEMINPU, denominados israelitas. A migração de membros da congregação nas últimas décadas tornou a província de Mariscal Ramon Castilla e Caballococha em sua principal área de colonização (MACHADO, 2013). Os últimos prefeitos (alcaldes) de Caballococha foram membros do grupo e o partido fundado pelo fundador do grupo, a Frente Popular Agrícola Fia del Peru (FREPOP), foi ganhador das últimas três eleições parlamentares locais. Suas plantações e colônias estão espalhadas por toda a província.

Caballococha, portanto, distribui insumos para plantações e atividades econômicas em sua província, mas nos últimos anos tem sido também ponto de passagem para produtos industrializados com destino à tríplice fronteira. Também é entreposto da extração madeireira que ocorre no rio Javari e que é comercializada em Iquitos.

A província de Mariscal Ramon Castilla tem também sido apontada em relatórios do Escritório das Nações Unidas Contra as Drogas e o Crime (UNODC, 2013b) como a região de maior incremento de plantações de coca no Peru nos últimos anos. Dedicaremos uma seção a esta temática, mas cabe aqui esclarecer que Caballococha é tida por locais de Iquitos e da tríplice fronteira como nóculo principal da rede de narcotráfico e produção de pasta base de cocaína no Baixo Amazonas, sendo esta atividade geradora de recente “boom econômico” na cidade (ALONSO, 2011).

É possível identificar armazéns espalhados na cidade e a venda de diversos precursores necessários para produção da pasta-base de cocaína em quantidades anormais para o consumo normal de uma cidade do porte de Caballococha. No comércio não é difícil a compra de armas de maior calibre. Apesar de ser um núcleo urbano de aparência empobrecida, há mansões e grandes chácaras no lago de Cushillococha que segundo moradores pertenceriam a “barões” da coca. Além da proximidade com a Colômbia e com o Brasil e a presença de agricultores, um fator elencado tanto em reportagens como por relatórios da UNDOC (2013a, 2013b) como responsável pela economia do narcotráfico é o baixo grau de fiscalização policial na província. Também são comuns denúncias de envolvimento

de autoridades e policiais no tráfico de drogas. Este porém é tema para outros trabalhos.

Assim como em Iquitos, à exceção do frango congelado, não foi possível constatar a presença nem de brasileiros no comércio, nem de produtos brasileiros sendo vendidos, seja no comércio formal, seja no informal. Há, como relatado em Alonso (2011), produtos provenientes de Tabatinga, mas são os próprios produtos peruanos contrabandeados e trazidos por regatões de volta a Caballococha.

### 2.2.3 A região transnacional na Colômbia

Na Colômbia ocorre algo inusitado. O departamento do Amazonas, de dimensões territoriais consideráveis (109.000km<sup>2</sup>) - equivalente às dimensões da sub-região peruana e à soma dos municípios da sub-região brasileira juntos, excluindo Atalaia do Norte - tem sua população concentrada apenas no ponto mais distante do território, em sua capital Leticia. Isso acaba tornando o departamento pouco articulado regional e nacionalmente, não havendo outros núcleos urbanos ou formas de comunicação significativos em todo o restante de seu território (Figura 6).

Afora Leticia, Puerto Nariño e Tarapacá, o resto do Trapézio conservou uma economia de subsistência (PALACIO, 2009). A população total departamental em 2014 é estimada pelo Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) em 75.388 habitantes, sendo que 53% da população está concentrada em Leticia (40.673 hab.). Às margens do Amazonas/Solimões, há também o núcleo turístico de Puerto Nariño (8000 hab.), o que transforma o restante do território do departamento uma área muito pouco povoada.

Figura 6 - Mapa adaptado da Colômbia e posição de Letícia.



Fonte: Adaptado de DANE, 2000.

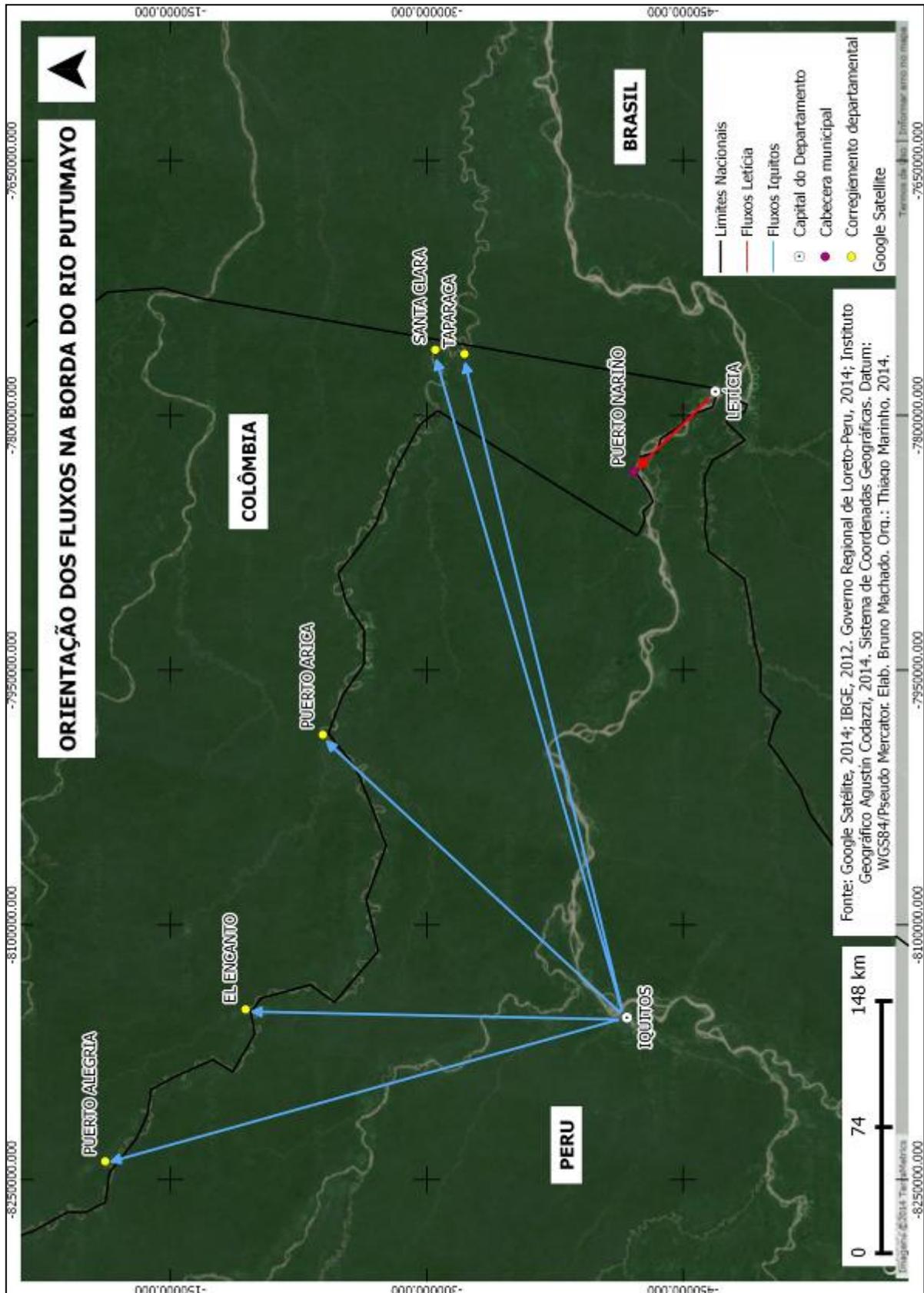
A cidade de Leticia, que é o principal núcleo urbano, mantém relações horizontais apenas com seu entorno imediato (Puerto Nariño e outras localidades do rio Amazonas), sendo um dos fatores explicativos a falta de comunicação por via terrestre com o restante do país e o isolamento fluvial que sua localização impõe em

relação ao restante do território colombiano. O Amazonas/Solimões flui do Peru ao Brasil, enquanto o rio Putumayo/Içá, que vem da fronteira entre o Peru e o Equador e demarca a fronteira colombo-peruana e que poderia interligar Leticia ao resto do país, está demasiado ao norte para a manutenção de fluxos mais intensos. Há mesmo um divisor natural que divide as bacias do rio Putumayo/Içá e Amazonas ao norte de Leticia. O trapézio colombiano, nesse sentido, é pouco integrado ao próprio país e, em termos de extensão, Leticia mantém relações quase exclusivamente verticais com outros centros colombianos.

Isso explica duas situações observadas em campo. Primeiramente, a região do Trapézio Amazônico foi sempre considerada uma área livre dos conflitos armados civis que há cinco décadas permeiam a vida política colombiana, devido a seu isolamento. Mesmo no período de bonança da coca na década de 80 (APONTE M, 2012), o cartel de Leticia guardava características autárquicas em relação aos carteis das grandes cidades colombianas.

Outra observação é que a zona fronteira ao rio Putumayo, na fronteira entre o Peru e a Colômbia, acaba sendo também abastecida por Iquitos e suas redes comerciais devido à proximidade e escala de distribuição. Isso foi constatado em nossa visita a Iquitos, em que muitas embarcações tinham como destino a região fronteira do Putumayo e pequenas cidades como San Antônio do Estrecho e Puerto Alegria (Figura 7).

Figura 7 - Orientação dos fluxos no na borda do rio Putumayo e Trapézio Amazônico.



Assim como fizemos em Iquitos, para compreender a área fronteira e a região transnacional que buscamos caracterizar, foi necessário conhecer melhor a cidade de Leticia. Reforçamos nosso entendimento com uma breve descrição da cidade colombiana e de sua relação econômica com o espaço em seu entorno.

Primeiramente, é plausível conceber que Leticia, por seu papel concentrador institucional e ponto focal para o turismo e para o comércio, seja responsável por uma proporção maior do produto interno bruto do departamento do que sua proporção demográfica, especialmente pelo fato desse produto não incluir bens como petróleo ou mineração em larga escala. Considerando que a economia de Leticia represente 60% do valor departamental em 2012, estimada pelo Banco de La Republica (2012) em 406 bilhões de pesos colombianos (COP), o produto interno bruto de Leticia seria cerca de COP 243 bilhões em 2012, equivalente a R\$ 283 milhões. A cidade teria portanto uma economia maior do que Tabatinga, mesmo com uma população 25% menor. Juntas, a economia nessa área fronteira seria de mais de meio bilhão de reais. Sem dúvida, isso coloca as cidades gêmeas como centro importante de qualquer rede urbana, especialmente diante do vazio demográfico colombiano, dos municípios pequenos brasileiros e de Caballococha, ainda que certamente compõem um centro menor diante de Iquitos.

A economia de Leticia, ao contrário de Tabatinga, entretanto, é visivelmente mais diversificada, com serviços e produtos utilizados tanto pelas camadas mais ricas quanto as mais pobres. Há mais equipamentos urbanos como praças e parques, as ruas são melhor conservadas e a atividade econômica informal é muito reduzida.

O fato de Leticia ser uma capital departamental contribui para que a cidade concentre rendas para pagamento de funcionários públicos civis de nível departamental. Também existe grande efetivo militar na cidade, que exerce as funções de controle e policiamento da cidade e do entorno. Há escritórios de ministérios federais na cidade e universidades nacionais que engrossam o número de funcionários públicos. Ainda assim, é falacioso reduzir o ciclo superior da economia de Leticia ao funcionalismo público, já que a cidade tem outros setores importantes. E embora “a grande diferença estabelecida pelos moradores de Tabatinga para com a cidade colombiana de Leticia é o fato desta ser Capital”

(NOGUEIRA, 2008, p. 11), isso parece-nos mais uma impressão local dos habitantes do que uma realidade baseada em fatos.

Autores como Nogueira (2007, 2008, 2009) atribuem a importância e a melhor aparência urbana de Leticia à esse status de capital departamental e a maciços investimentos do governo central colombiano no desenvolvimento da vida civil da cidade. Ora, se assim fosse Mitu e Puerto Inírida, outras capitais departamentais amazônicas, teriam maior porte e importância, situadas ao lado da fronteira com o Brasil e equivalentes a Leticia quanto a seus papéis territoriais. Marquez (2009) dissipa essa ideia, retratando Mitu como uma pequena cidade amazônica, isolada territorialmente e com pouco fluxo populacional. Além disso, Letícia se transformou em capital departamental apenas em 1990, na mesma época em que Tabatinga se converte em município e começa a receber também aparato institucional.

Não nos importa nessa dissertação descobrir a razão pela qual a importância de Leticia é maior que outras capitais departamentais colombianas amazônicas; apenas descartar a ideia fácil de que ela é mais desenvolvida do que Tabatinga por ser capital. Inferimos que isso seja fruto de seu isolamento e de um longo processo histórico. Vimos no último capítulo que historicamente o desenvolvimento de Letícia e de seu núcleo urbano é anterior a Tabatinga. Nos principais ciclos econômicos anteriores à coca (borracha e peles) ela já era um ponto focal. Enquanto Tabatinga era apenas um forte e depois uma colônia militar, Letícia se desenvolveu gradativamente, fazendo parte do processo histórico e mesmo dos conflitos entre a Colômbia e o Peru. Outrossim, seu isolamento do resto do território colombiano e sua localização estratégica no rio Amazonas/Solimões fez com que o governo colombiano sempre garantisse seu abastecimento e vínculo ao país.

Também é falacioso dizer que os serviços públicos de Letícia são de melhor qualidade que os oferecidos em Tabatinga no Brasil e que portanto o Estado brasileiro não se faz presente ou as políticas sociais são piores do que as de Leticia. Nogueira (2009) chega a dar como exemplo da drenagem de renda brasileira para a Colômbia o movimento dos serviços de saúde mais especializados que dão a Leticia o caráter de “hegemonia” na tríplice fronteira.

Ora, faltam dados quantitativos que comprovem essa afirmação, Tabatinga tem escolas, colégios estaduais e universidades; o Hospital da Guarnição do Exército é talvez o melhor na fronteira, além de o sistema contar com outras unidades municipais de saúde com acesso gratuito. Além disso, há um movimento migratório de colombianos e peruanos nos últimos anos para Tabatinga buscando exatamente a assistência do estado brasileiro, por meio de suas políticas de transferência de renda como o Bolsa Família, Bolsa-Floresta, Seguro-Defeso, entre outras. Mães peruanas e colombianas dão a luz no Hospital da Guarnição em Tabatinga buscando a nacionalidade brasileira.

Enfim, um olhar minucioso demonstraria que os locais públicos de todas as esferas em Tabatinga ainda são, dentro da cidade, aqueles melhor conservados e de melhor aparência estética. Se Tabatinga é uma cidade desleixada, mal conservada, construída sem planejamento, suja ou simplesmente feia, especialmente em relação à aparente organização dos quarteirões de Leticia, com calçadas e canteiros centrais, ruas bem sinalizadas e paisagismo urbano, não pode isso ser causado apenas pelo descaso do Estado. Uma análise mais sofisticada e em outro trabalho poderia investigar vínculos entre as funções urbanas que cada uma das cidades desempenha e sua paisagem. Ou talvez, dialogando com a Sociologia, poderíamos encontrar na paisagem de Tabatinga e Leticia a ressonância do modo de colonização português e espanhol explicados por Sergio Buarque de Holanda (1995), nas formas em que seus indivíduos encenam os papéis respectivos de aventureiros e ladrilhadores.

A paisagem de Leticia é marcada, além de suas instituições, por seu papel como destino turístico importante de colombianos e estrangeiros. A cidade é o principal destino amazônico na Colômbia e, devido aos altos índices de segurança, o receptivo turístico tem se desenvolvido como uma das atividades mais rentáveis na cidade. Restaurantes, bares, hotéis, pousadas, hostels, agências de viagens e locais para passeios estão espalhados por toda a cidade. Para atender a público distintos, há diversos níveis destes serviços, contando a cidade com resorts e lojas luxuosas e pequenas hospedarias e centros artesanais. Serviços de telefonia móvel, internet e TV a cabo também dão anteparo aos investimentos nessa área. As rendas obtidas nessas atividades certamente contribuem para uma diversificação de serviços e da economia em geral. É comum se deparar com grupos de cientistas, universitários ou

estudantes de ensino médio vindos de Bogotá para conhecer a Amazônia. O turismo de selva também é considerado alternativa menos custosa de lazer para colombianos do que as regiões costeiras do país.

Além dos serviços, a atividade turística tem impactos também no comércio de Leticia. Existem diversos estabelecimentos que vendem produtos típicos e artesanais. Além dos produtos amazônicos, produzidos localmente, Leticia também se beneficia de regime fiscal diferenciado, em que produtos importados não são taxados e por isso tem preço similar a *free shops*. Entre os produtos mais buscados por turistas e também pela população de Tabatinga, estão bebidas alcoólicas, perfumes, relógios, eletrônicos, entre outros.

O comércio regular da cidade é abastecido diretamente por Bogotá, por via aérea (NOGUEIRA, 2007, 2004). Com tamanho populacional menor e também a uma distância menor do que Tabatinga em relação às zonas industriais brasileiras, Leticia consegue suprir suas necessidades por meio quase exclusivamente desse relacionamento vertical com a capital colombiana. Quase todos os produtos alimentícios, com exceção de alguns típicos (mandioca, banana, abacaxi, melancia) abastecidos por fazendas e minifúndios tikunas, provêm de Bogotá. Ao contrário do que ocorre no Brasil, há intensa fiscalização no porto de Leticia e os agricultores peruanos não são autorizados a desembarcar seus alimentos, nem seus produtos no porto de Leticia. Por esse motivo, a maior parte da oferta de hortifrutigranjeiros são dos mercados que conseguem comprar frutas diretamente de Bogotá.

Com exceção de algumas tendas na rua que dá acesso ao porto, também é desprezível o comércio informal e com exceção de algumas barraquinhas de alimentos espalhados pela cidade, não há camelôs e ambulantes na área central e perto do porto. Mesmo tabernas e pequenos mercadinhos, mesmo locais em que a maior demanda é das classes mais pobres, é raro encontrar algum estabelecimento sem formalização. Há, segundo locais e tabatinguenses, fiscalizações anuais e periódicas nos estabelecimentos, o que inviabiliza a informalidade.

Leticia também tem em sua economia pelo menos dois setores industriais de nota. Primeiramente, produz alguns alimentos e bebidas localmente. Outro segmento, este destinado à exportação mas que tem Leticia como entreposto importante é o pesqueiro. A rede da indústria pesqueira foi detalhada por Moraes, Schor e Alves-gomes (2010a) e por Nogueira (2008). Resumidamente, Leticia é um

polo para a produção pesqueira da região do Alto Solimões. Concentra frigoríficos e boas condições de armazenamento e as aeronaves regulares que a ligam a Bogotá (Boeings 737) tem espaço para não só trazer as mercadorias que abastecem Leticia como para levar o pescado comprado do Brasil. Além da indústria pesqueira tradicional, há estabelecimentos em Leticia que compram peixes ornamentais com procedência ilegal do Brasil e exportam para países em que esses pescados tem grande valor como Japão e Coreia do Sul. Esse mercado deve ser melhor explorado em futuros trabalhos.

Todos os setores acima pressupõem e encontram em Leticia as principais instituições financeiras e de crédito da Colômbia, o que, juntamente ao caráter formal das atividades da cidade, reforçam uma economia diversificada.

Tabatinga e Leticia convivem e têm complementaridades interurbanas cada vez mais complexas. Ainda assim, no segmento comercial de Leticia é muito difícil encontrar produtos brasileiros e aqueles encontrados (frango congelado, bombons) são normalmente importados de forma legal pelo supermercados e vendas. A população pobre de Leticia consome e compra no comércio popular no Brasil, assim como os funcionários públicos tabatinguenses usufruem da estrutura de serviços de Leticia, mas além desses aspectos de uma análise interurbana e de redes pontuais como a da pesca, a cidade colombiana se comporta de forma quase autárquica em relação ao seu entorno e não tem relações de extensão consistentes com o interior colombiano, com o Peru ou com o Brasil.

A relação fundamental de abastecimento de Leticia é com Bogotá. Os destinos turísticos visitados desde a cidade, como Puerto Nariño, se abastecem dessa mesma relação vertical entre Leticia e Bogotá. No entanto, há pouca relação da capital com o interior mais distante, e há pouca complementaridade do interior do departamento com Leticia. Os próprios colombianos enxergam dessa maneira. Palacio (2009) nota que à causa das migrações nas últimas décadas e pelo fato de a principal articulação da cidade ser via aérea com Bogotá, Leticia se torna quase um bairro longínquo de Bogotá.

O custo para Leticia abastecer ou influenciar as vilas e povoados do interior do departamento é muito alto, devido à falta de conexão dela com os rios que atravessam paralelamente o departamento. A região ao longo do rio Caquetá, limítrofe ao Amazonas, é abastecida naturalmente pelas cidades a montante, dos

departamentos de Guaviare e Caquetá. Nas margens do Putumayo do Amazonas, por sua vez, os núcleos fronteiriços são abastecidos naturalmente por Iquitos e vilas peruanas mais próximas. Comerciantes e agricultores peruanos de Iquitos que se situam próximos a esta fronteira se beneficiam disso e vendem a essas regiões.

Por todos esses motivos, devemos aqui questionar o papel que Nogueira (2004, 2007, 2008, 2009) insistentemente e erroneamente atribui a Leticia, qual seja, a de cidade hegemônica entre as cidades-gemêas e principalmente, na tríplice fronteira. Concordamos que diversos impulsos que dinamizaram e dinamizam a região fronteira partiram da cidade colombiana, e atribuímos a ela o papel de centro urbano importante ao lado de Tabatinga em nosso espaço regional. Contudo, o termo hegemonia compreende relações de domínio, capacidade de controle e poder de influir nas decisões das áreas sob sua hegemonia.

Ora, antes de ser hegemônica, Leticia precisaria ser capaz de se relacionar com seu próprio entorno. A cidade tem uma relação de extrema dependência dos fluxos verticais provenientes de Bogotá e regionalmente é quase autárquica mesmo no território do departamento do Amazonas, de que é capital. Quanto ao relacionamento interurbano com Tabatinga, não há que se falar em hegemonia. Se por um lado é correto afirmar que a cidade brasileira se desenvolveu bastante e cresceu de forma expressiva a partir da bonanza da coca, em parte isso se deu exatamente pelo aproveitamento de deficiências de abastecimento de Leticia, cuja população dependia dos víveres e produtos mais baratos encontrados nos mercados de Tabatinga.

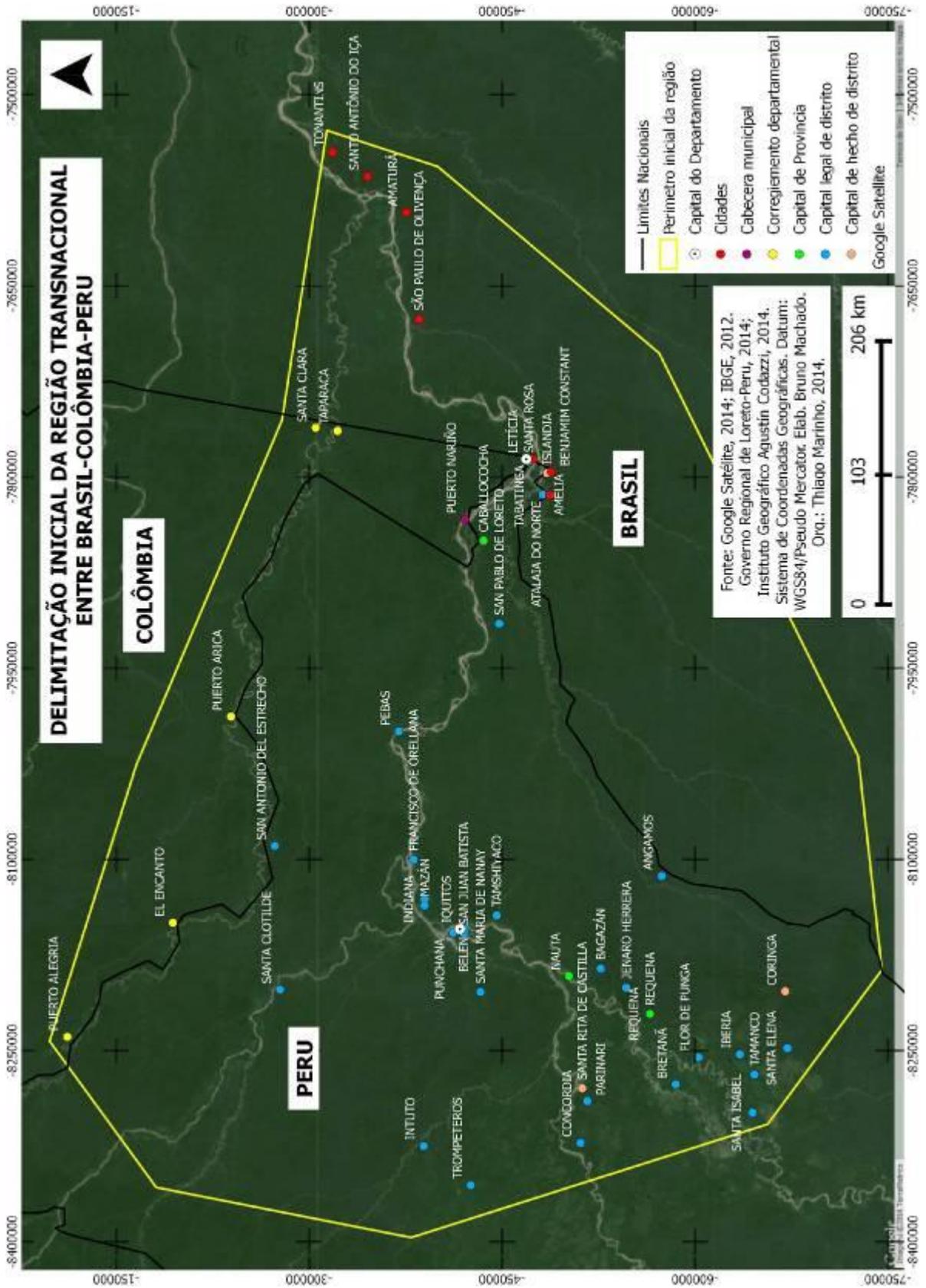
Por fim, o autor mescla essa noção de hegemonia com uma metáfora de bairro rico e bairro populoso (2007, 2009). Em nossa opinião, bairros de uma mesma cidade não guardam relação de hegemonia entre si e sim de polarização, como nos predica a literatura de redes urbanas. Por esse motivo, mesmo quando mostramos que Iquitos tem papel de principal centro urbano de nossa região transnacional, preferimos a utilização dos termos polarização e influência a nomenclaturas que em um espaço permeado por relações territoriais de três países se tornam inúteis.

#### 2.2.4 Os limites de uma região transnacional.

Após essa breve descrição dos três espaços subnacionais que comporiam nossa região, podemos finalmente localizá-la. Ora, nossa região proposta, englobando áreas do Alto Solimões brasileiro, do interior dos departamentos de Maynas e Loreto no Peru e da região do departamento do Amazonas voltado para o rio Amazonas/Solimões e Putumayo, sofreria em diferentes graus a influência das redes comerciais peruanas polarizadas por Iquitos.

Finalmente delimitada (Figura 8), vale lembrar que, além da densidade reticular que propomos neste trabalho, e que nos municípios brasileiros verificaremos no próximo capítulo, essa região transnacional e seus habitantes compartilham tanto uma base de extensão natural delimitada pelas bacias dos rios quanto um quadro histórico comum (apesar de égides imperiais e nacionais diferentes).

Figura 8 - Delimitação inicial região transnacional entre Brasil, Peru e Colômbia.



Outra característica comum é a marginalização em relação aos processos econômicos nacionais, que chegam apenas de forma incompleta e verticalizada. Essa marginalização não apenas se dá pela falta de importância atribuída pelos países ao desenvolvimento de seus habitantes mais longínquos, mas também pela visão compartilhada ou percebida de que a área fronteiriça é a terra do narcotráfico e da ilegalidade. Nogueira (2004) entende a fronteira percebida como um lugar que é percebido pelo centro do país a partir de uma imagem construída sobre esta condição.

Talvez a imagem mais corrente que se faz da fronteira seja aquela que a mostra como lugar onde o contrabando, o tráfico de produtos ocorre com maior frequência em virtude do aproveitamento das diferenças dos regimes fiscais, legais inerentes a cada Estado-nacional. (NOGUEIRA, 2004, p. 9).

De fato, como nos informa Aponte M (2010), Steiman (2002) e Nogueira (2007), o ciclo econômico da coca incentivou o desenvolvimento de Leticia e de Tabatinga nas décadas de 70 e 80. O narcotráfico ainda faz parte do cotidiano da população atualmente. Também o comércio irregular e informal permeia a vida dos habitantes da tríplice fronteira. Reduzir os municípios e os habitantes ao narcotráfico e a atividades ilegais, contudo, é uma conclusão simplória. Por esse motivo, na próxima seção examinamos de forma sucinta a questão da informalidade e da presença da coca na economia, ainda que de nenhum modo seja nossa intenção esgotar o assunto ou focalizá-lo neste trabalho.

### **2.3 A economia informal, a coca e sua influência na região transnacional**

A informalidade, como vimos na seção sobre os municípios brasileiros, alcançaria cerca de 71% do mercado de trabalho na Amazônia. Além da informalidade da mão de obra, os negócios também seguem essa linha, devido a problemas diversos, tais como o custo da formalização, o custo de empregar mão de obra com carteira de trabalho, a dificuldade de abastecimento formal nas cidades fronteiriças, enfim, motivos que uma investigação futura mais detalhada poderia explicar melhor.

O fato é que não há estranhamento das pessoas com o comércio irregular ou de sua participação em alguma atividade não formal. Há mais estranhamento em

se pedir uma nota fiscal do que em consumir um produto sem perceber seu status fiscal. Nas regiões de fronteira, o contato com os produtos estrangeiros tende a ser mais frequente e na falta de fiscalização, os habitantes tendem a consumir indistintamente os produtos sem preocupar-se com a procedência ou um selo de liberação. Essa transigência com o informal e com o irregular é importante para entender as redes peruanas. O preço e a demanda, mais do que qualquer constrangimento moral com a legalidade ou preocupação fitossanitária, influenciam o consumidor, especialmente o de baixa renda.

Além da informalidade, nas regiões próximas a fronteira também é comum o envolvimento da mão de obra em atividades irregulares como o contrabando e o descaminho, tráfico de fauna, extração irregular de madeira e tráfico de drogas. Esse trabalho visa analisar precipuamente as redes comerciais de produtos *in natura*, importados *chinglings* e similares industrializados peruanos na tríplice fronteira. Não iremos analisar estatutos legais dos países nem nos determos na questão da legalidade e sim na oferta e demanda real observada empiricamente nos municípios.

Consideramos que todos os fluxos de *chinglings*, alimentos *in natura* e similares industrializados peruanos são, *a priori*, irregulares, já que não seguem os procedimentos formais de internalização e comercialização no país. Ainda assim, não discutiremos a moralidade ou mesmo a ilegalidade de tais fluxos, inseridos num contexto de uma economia e mercado trabalho que já naturalizou o informal, o precarizado e o irregular. Mais do que questionar, queremos entender como esses fluxos se dão. Além disso, particularmente, não acreditamos que esses fluxos apresentam em si riscos à sociedade local. Outro é o caso do tráfico de drogas, sobre o qual nos debruçaremos de forma célere.

Durante a década de 80, conforme Aponte M (2012), um dos principais dinamizadores do crescimento das cidades gêmeas na tríplice fronteira foi o cartel de coca conhecido como Cartel de Leticia. O término desse período, encerrado na década de 90, teve como resultados a derrubada do cartel e a reversão para uma situação de estagnação econômica. Ainda assim, Colômbia e Peru continuaram sendo os maiores produtores de coca no mundo e o Brasil país importante nas rotas de escoamento para os principais países consumidores. Dessa forma, não há como

menosprezar a presença desse problema na região ou não incluí-lo numa análise, mesmo que de forma superficial.

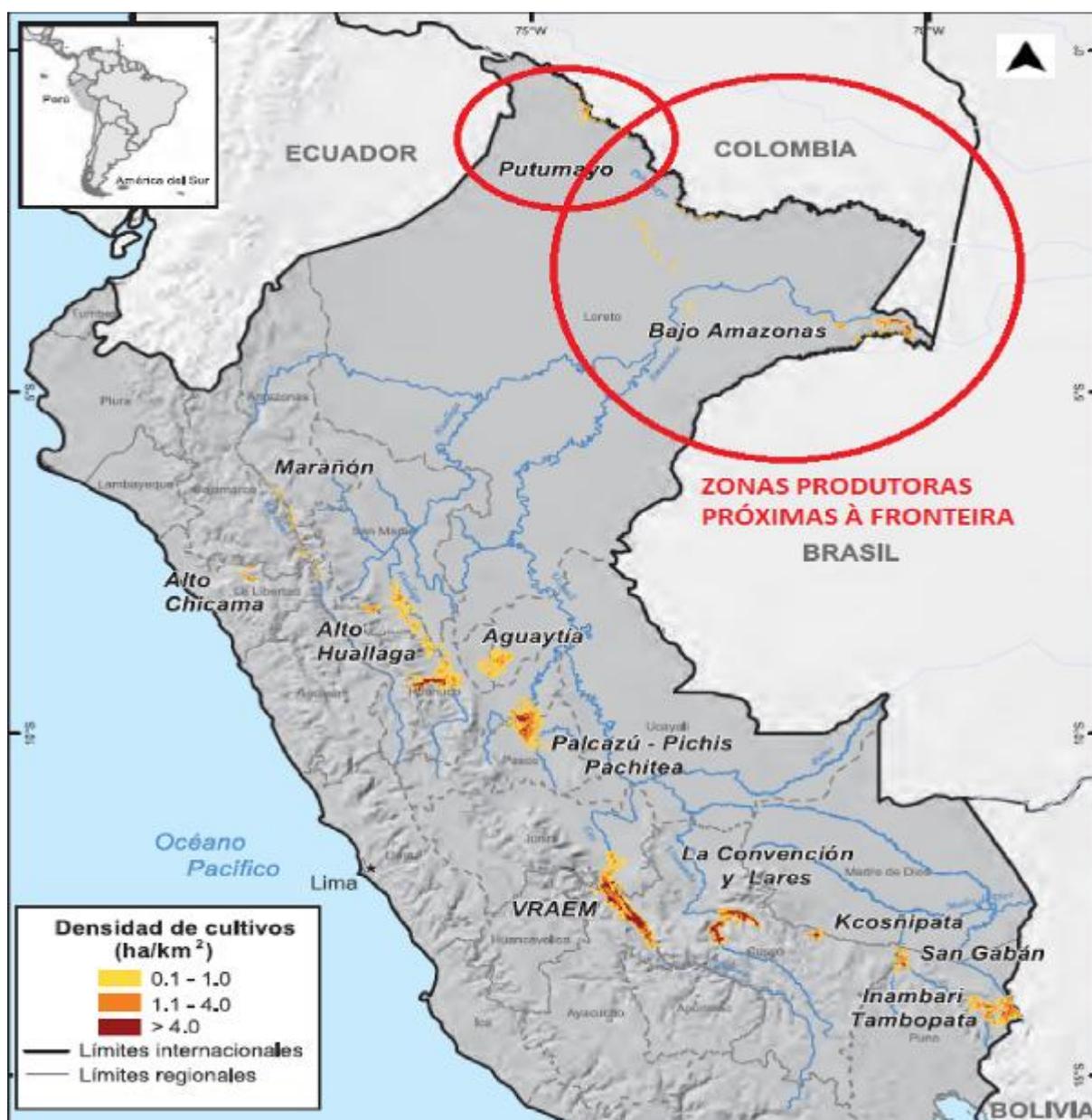
Ao longo das últimas décadas, foram notórios os esforços de Colômbia e Peru no combate aos cultivos e ao tráfico. Na Colômbia, o Plano Colômbia (AVILES 2008 e STOKES 2001), focalizou no combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), insurgência armada que na década de 90 passou a utilizar o narcotráfico como forma de financiamento. O plano, de viés predominantemente militar, teve como resultado o enfraquecimento dos grupos armados ilegais no país e apesar da redução da área plantada nos principais departamentos produtores, muitas vezes o narcotráfico mudou de mãos, de grupos revolucionários para grupos de crime organizado. Ainda assim, mesmo durante os principais eventos da “guerra” contra as Farc, Leticia e o departamento do Amazonas estiveram afastados, sendo zonas consideradas livres. A dinâmica do mercado de cocaína colombiana também se afasta da fronteira, já que a preferência é o escoamento via Oceano Atlântico e Pacífico (UNODC, 2013a) para a América Central e Estados Unidos, apenas subsidiariamente utilizando o Brasil como rota.

Essa situação é bem diferente no Peru. O combate ao grupo Sendero Luminoso assumiu sua fase mais militarizada nos governos de Alberto Fujimori (CONTRERAS e CUETO, 2010) e sua desarticulação não interrompeu os cultivos de coca, considerados tradicionais em muitas regiões do país. O combate a grupos de crime organizado no narcotráfico concentrou-se no Vale do rio Ene e Apurimac (VRAE) e no Vale do rio Huallaga, maiores produtoras de folha de coca e cocaína. Apesar das políticas governamentais, estas seguem sendo as principais áreas de cultivos ilícitos no país (UNODC, 2013b). Apesar de se localizarem distantes da nossa região transnacional, o escoamento natural por via fluvial do rio Huallaga é por meio da Bacia Amazônica e por isso o departamento de Loreto e a tríplice fronteira são rotas importantes historicamente.

Outro problema, esse de maior repercussão para nosso quadro é que nos últimos dez anos, com a pressão colombiana e peruana nas principais zonas produtoras, detectou-se um deslocamento da atividade de cultivo para as regiões amazônicas. A unidade de análise Baixo Amazonas da UNODC coincide com a área peruana de nossa região transnacional. É infelizmente a zona onde se registrou o maior aumento percentual nos cultivos ilícitos nos últimos 8 anos. Para se ter uma

ideia, estimava-se que em Loreto, em 2008, houvesse cerca de 699 ha de cultivos de coca. Em 2012, essa estimativa alcançou 4.700 há (UNODC, 2013b), representando cerca de 8% da área plantada no Peru. A guisa de comparação, o Alto Huallaga, que tinha 17.848 há de cultivos em 2008, reduziu essa superfície para 9.509 há em 2012.

Figura 9 - Áreas produtoras de coca no Peru.



Fonte: Imagem adaptada de UNODC, 2013b.

Loreto é hoje o quarto maior departamento em termos de cultivos ilícitos de coca (Figura 9) e apesar de ainda figurar a certa distância dos departamentos

andinos, o crescimento da área plantada tem sido de 70% ao ano. Segundo a UNODC (2013a), houve sucesso na adaptação das plantas de coca à região amazônica. A maior parte dessas plantações e cultivos estão próximos a Caballococha e a jusante de Iquitos, aproveitando-se da falta de fiscalização e policiamento e furtando-se das principais políticas e ações nacionais de combate aos ilícitos, concentradas na área andina.

É importante contabilizar esse fluxo pois, mesmo que tenha um caráter ofensivo maior e que não seja foco de nosso trabalho, a cocaína não deixa de ser um produto das redes ilegais peruanas e esse caráter ilegal faz com que haja necessidade de outras atividades informais para circulação, lavagem e branqueamento de dinheiro advindo dessas atividades. Essas plantações não só geram renda local ao longo de uma área extremamente pobre (a zona transnacional peruana) como integra redes mais complexas com formação de valor em diversas escalas.

Não há dúvidas no relatório anual da UNODC (2013a) que as plantações peruanas servem ao mercado consumidor brasileiro, apesar dele não ser conclusivo sobre as diversas etapas de capitalização, tamanho de mercado, tamanho da economia e outras informações que teriam importância para nosso trabalho à medida que poderíamos medir o impacto desse produto ilícito na vida econômica local. A partir dos dados da UNODC (2013a, 2013b), podemos fazer uma ilação do valor desse fluxo. O departamento de Loreto teria 4.700 hectares (ha) de cultivos de coca. Para cada hectare, entre 5,1kg e 6,8kg de cocaína pura seriam produzidos. Tomando a média de 6kg, Loreto produziria 28,2 toneladas (ton.) de cocaína pura. O preço do quilo de cocaína pura no Peru é de cerca de US\$ 1000,00, ou seja, o valor gerado pela venda de toda a coca possível seria de US\$ 28 milhões, ou R\$ 62,3 milhões. Apesar de ser um valor considerável se considerarmos os municípios brasileiros da tríplice fronteira, R\$ 62,3 milhões é um valor muito baixo para aqueles que divulgam a ideia de que a coca é a principal fonte de renda da economia local ou que ela é responsável por todos os males regionais.

Outro cálculo ainda menos exato a partir do relatório de preços elaborado pela UNODC (2011) poderia ser o seguinte: no Brasil, o preço de varejo do quilo de cocaína com 25% de pureza (média) é de cerca de US\$ 4700,00 (média). Não está

claro se esse preço é praticado no Rio de Janeiro, Manaus ou para revenda no exterior.

Fazendo a suposição mais otimista (e bastante irreal), considerando que todo o volume produzido em Loreto seja comprado em Manaus, que nenhuma grama seja desviada, interceptada ou apreendida, teríamos cerca de 112,4 ton. de cocaína já dividida (não pura) vendidas a US\$ 4700,00 cada quilo, ou seja, um valor total para toda a cadeia de cerca de US\$ 526 milhões, ou R\$ 1,163 bilhão. Ainda assim, embora esse valor seja pouco maior ao PIB dos municípios brasileiros da região transnacional, o valor não chega a corresponder a um sétimo do PIB de Iquitos e nem a 2% do PIB do Amazonas (R\$ 64 bilhões),(IBGE, 2011).

O importante para nosso trabalho é transmitir que mesmo no quadro mais conservador ou no quadro mais otimista, a renda gerada pelo tráfico de drogas não é maior do que o de outras atividades regulares e contabilizadas no PIB. Obviamente, o capital circulante dessas atividades irriga a economia e influencia a realidade local. Além de tudo, esse capital advindo de atividades como o narcotráfico devem ser branqueados por esquemas de lavagem de dinheiro ou reinvestido em outras atividades, influenciando os setores formais das economias dos países fronteiriços. Nos importa reforçar, entretanto, que assim como as redes comerciais que analisaremos mais detidamente e as redes de exploração de madeira e contrabando de gasolina, o narcotráfico na região transnacional tem o Peru como principal origem. Além de capital disponível para reinvestimento em atividades produtivas, é de se inferir que para esses fluxos ocorrerem deve existir ou ser reforçado todo um sistema logístico e de comunicação e superpostas umas às outras, as redes com origem no Peru dão ainda maior magnitude à influência desse país nos vizinhos.

Após uma rápida revisão sobre o significado do irregular e do informal na região transnacional e uma breve análise sobre o papel da coca localmente, passemos a nosso objeto principal, as redes comerciais peruanas na tríplice fronteira e nos municípios brasileiros.

## **CAPÍTULO 3 AS REDES COMERCIAIS PERUANAS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS E SUAS REPERCUSSÕES GEOGRÁFICAS**

Após delimitar nossa região transnacional, definindo sua localização e extensão, mostrando sua densidade histórica e descrevendo os espaços subnacionais que ela ocupa, voltamo-nos ao objeto principal dessa dissertação que é mostrar como ela se integra atualmente por meio das relações de conexão e coesão das redes comerciais peruanas. Para fazê-lo, verificaremos como elas estão materializadas espacialmente nos municípios brasileiros, como elas se formam e as especificidades de cada uma delas.

### **3.1 Caracterização dos municípios brasileiros sob influência das redes comerciais peruanas**

Nesta seção, fazemos uma breve descrição dos núcleos urbanos do espaço da região transnacional em território brasileiro, tendo em vista sua relação com o entorno regional, a partir de nossa pesquisa de campo. Descrevemos como as atividades comerciais em geral estão distribuídas no espaço da sede municipal e fazemos um delineamento de como cada uma das principais redes estudadas (alimentos *in natura*, produtos industriais com similares nacionais e *chinglings*) estão presentes nos núcleos urbanos dos municípios.

Além disso, comparamos a presença econômica peruana aos setores formais ou informais controlados por brasileiros, as relações entre as cidades e sua importância relativa para uma conformação de rede urbana polarizada. Por fim, complementamos a análise da realidade cotidiana da cidade, especialmente do setor popular da economia, com impressões colhidas por meio de entrevistas abertas realizadas com atores os mais diversos do ambiente urbano municipal, além de relatos livres no ambiente de pesquisa.

#### **3.1.1 Atalaia do Norte**

A sede de Atalaia do Norte é uma pequena aglomeração urbana assentada na margem brasileira do rio Javari na fronteira com o Peru. Apesar da

pequena expressão urbana, é polo de serviços para as populações indígenas que habitam a Terra Indígena do Vale do Javari, compreendido no território municipal. Entre os municípios visitados, foi o que aparentou menor atividade econômica, sendo o setor comercial formal praticamente inexistente. A paisagem urbana é precária e aparenta níveis altos de pobreza. Há ligação rodoviária asfaltada (30km) com o município de Benjamin Constant e esse pode ser um dos fatores pelos quais o setor comercial não se desenvolveu no município.

Ao redor da área do atracadouro estão concentrados o mercado de alimentos, pequenas lojas e quiosques. Fora dessa área praticamente não existem áreas comerciais no município, com exceção de alguns bancos e restaurantes precários. Praticamente todos os itens vendidos no comércio existente são produtos *chinglings* e o comércio é predominantemente peruano, tanto de alimentos *in natura* como de produtos alimentícios industriais e de *chinglings*.

Apesar da pequena expressão urbana, a oferta de alimentos é ampla, variada e de boa qualidade, especialmente quando comparamos aos municípios mais afastados da fronteira, sendo composta minoritariamente por produtos indígenas e majoritariamente por produtos peruanos, destacando-se limão, banana, cebola, mandioca, tangerina, manga, tomate, pimenta, ovos de galinha, feijão, milho, batatas (diversos tipos), frutas diversas, abobora, maxixe e leguminada (Figura 10). A maioria dos comerciantes desses produtos também é de origem peruana sendo a totalidade fora do mercado. No porto ficam atracados diversas canoas, que disponibilizam esses alimentos vindo tanto de plantações ribeirinhas no rio Javari como de Iquitos, ou da zona rural de Caballococha.

Figura 10 - Oferta de alimentos *in natura* no mercado de Atalaia do Norte.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Além dos alimentos *in natura*, diversos produtos alimentícios industrializados são de origem peruana, inclusive açúcar, sal e arroz. Apenas o frango congelado e a margarina são predominantemente brasileiros. Essa oferta inclui enlatados (especialmente carnes e peixes), refrigerantes, laticínios (queijo fundido, iogurte, leite condensado, creme de leite), produtos de higiene pessoal (papel higiênico, escovas de dente, pastas de dente, fio dental, xampus, cremes hidratantes), produtos de limpeza (toalhas, sabão em barra, sabão em pó, desinfetantes, papel toalha, cloro), sucos, velas, inseticidas, temperos (maionese, ketchup, alhos e pimentas industriais), biscoitos e bolachas, chá, óleo de cozinha, guardanapo, macarrão, fraldas, salgadinhos para lanche, achocolatados, balas e confeitos. Até mesmo a água mineral encontrada é do Peru. A maior parte dos produtos tem como origem de fabricação Lima, mas todos os vendedores entrevistados afirmam que compram de vendedores de Iquitos e são abastecidos diretamente em Atalaia, ou em Islandia por canoas, regatões e embarcações que percorrem o rio Amazonas peruano (Solimões).

Quanto aos *chinglings*, a maior parte segundo vendedores também é abastecida por Iquitos e é possível encontrar cds, pilhas, brinquedos, aparelhos eletrônicos de baixo valor (relógios, rádios, mp3, etc), roupas e confecções.

O cimento e a gasolina também são de origem peruana, aumentando ainda mais a dependência do vizinho em itens essenciais para a vida cotidiana. É bastante comum ser recebido em bares e lojas por pessoas que falam pouco português e o espanhol se mescla indistintamente na área comercial. Músicas e rádios peruanas são majoritárias e se escutam por toda a cidade. Algumas televisões perto do mercado sintonizam canais peruanos e o *nuevo sol* é aceito no comércio popular.

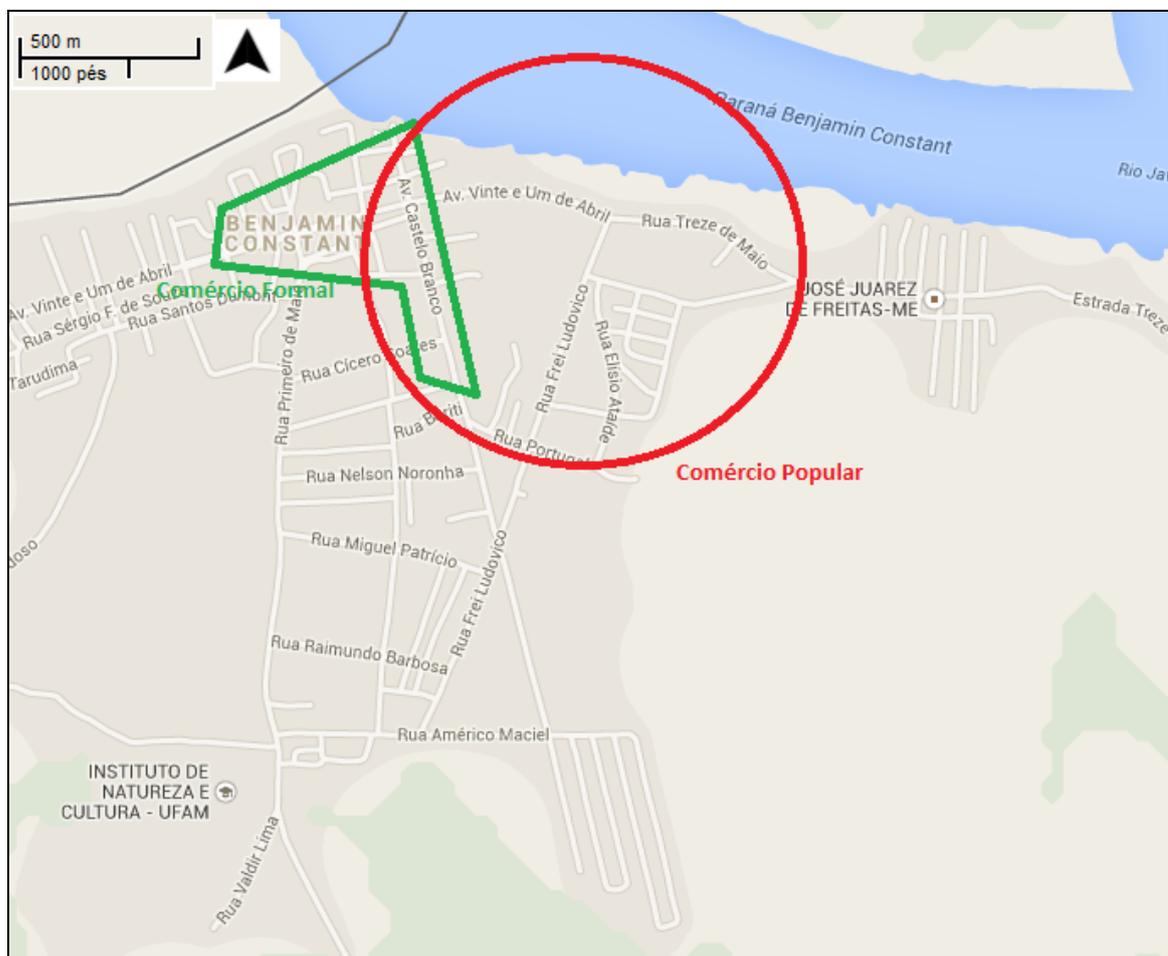
Entrevistando alguns moradores brasileiros, eles demonstram preocupação de que o município está sendo “ocupado” por peruanos, mas a maior parte elogia a participação peruana na venda de alimentos, já que “os governos e os governantes não estão nem aí” para o município. Segundo um morador, o município iria “morrer de fome” se dependesse de barcos vindos de Manaus, pois “é uma cidade pobre e os preços chegariam muito altos”. Outra preocupação é a extração irregular de madeira em território brasileiro, que viria ocorrendo no Vale do Javari com destino às serrarias de Islandia e Caballococha, tendo como destino final as madeiras de Iquitos. Essa atividade já ocorreria no Peru, e teria aumentado com os assentamentos de membros da seita israelita ao longo do rio Javari.

### 3.1.2 Benjamin Constant

A sede urbana do município de Benjamin Constant se encontra na foz do rio Javari com o Solimões, sendo interligada a Atalaia do Norte por rodovia (30 km) e a Tabatinga por serviço de taxi aquático (20 minutos). Sua zona rural engloba as calhas do rio Itaquai e Itui, que por meio de malha hidrográfica se comunicam tanto com o rio Javari como com o rio Jandiatuba, que desemboca em São Paulo de Olivença. Essa malha é utilizada por ribeirinhos e comerciantes brasileiros e peruanos em seus deslocamentos pela região. Em frente à sede urbana está a ilha de Islandia, aglomerado peruano maior que Santa Rosa (que fica diante de Tabatinga) e que tem importantes vínculos com Benjamin Constant. O núcleo do

município tem expressão urbana média, certamente maior que Atalaia do Norte, mas bem menor do que Tabatinga.

Figura 11- Croqui da sede municipal de Benjamin Constant com áreas destacadas do comércio.



Fonte: Google Maps, 2014.

O espaço econômico de Benjamin Constant se concentra nas imediações do terminal portuário. O mercado municipal, abatedouro e algumas serrarias se concentram nessa área, assim como o comércio varejista, os ambulantes e as ruas de comércio formal. Neste circuito, os segmentos de vendas de máquinas e equipamentos para barcos, motocicletas, eletrodomésticos, bancos, agências de crédito e alguns supermercados se notabilizam. Em contrapartida, o setor varejista se desdobra em tendas, barracas e lojas que vendem produtos em geral irregulares ou falsificados e predominam na cidade (Figura 11). Esse setor irregular também é bastante popular, concentrando as compras cotidianas dos cidadãos de Benjamin Constant. Devido à proximidade com o Peru, a oferta de produtos peruanos

predomina em toda a cidade, com exceção dos setores mais capitalizados do circuito formal. O comércio perto do porto também tem a propriedade peruana, tanto de alimentos *in natura* como de produtos alimentícios industriais e de industrializados *chinglings*. Como Benjamin Constant é uma cidade mais dinâmica, com população maior do que Atalaia e mais próxima ao Peru, é o principal foco de participação peruana relativamente ao total do comércio da cidade – apesar de, em termos absolutos, ser Tabatinga a mais importante na rede comercial peruana.

Os alimentos *in natura* disponíveis no mercado municipal e tendas adjacentes, localizadas perto do porto, são praticamente de exclusiva produção peruana. Os legumes e verduras são produzidos na região ribeirinha junto ao rio Amazonas peruano, enquanto as frutas e legumes de maior durabilidade provem da região costeira peruana, de onde são transportadas até Iquitos que redistribui esses itens para a região da tríplice fronteira. Nas bancas e lojas fora do mercado, observa-se que os vendedores peruanos habitam no próprio local, na parte posterior das lojas, de forma precária. A cidade seria também abastecida por israelitas e sua presença é constante na região portuária. Há inclusive mercados israelitas de produtos hortifrutigranjeiros. Os principais produtos *in natura* de origem peruana em Benjamin Constant são cupuaçu, limão, banana, cebola, mandioca, tangerina, manga, tomate, pimenta, ovos de galinha, feijão, milho, batatas (diversos tipos), frutas diversas, abóbora, maxixe, leguminada, rabanete e cenoura. Os únicos produtos brasileiros são a carne e o peixe.

Os feirantes alegam que é impossível esperar barcos de Manaus com preços competitivos, que os peruanos nos rios Javari e Amazonas produzem em grande escala e que com o tempo acumulam dinheiro, emprestando e diversificando seus comércios. Sobre os israelitas, os feirantes indicaram que vem se estabelecendo também no Brasil, tanto no rio Jandiatuba como na estrada entre Benjamin Constant e Atalaia do Norte e que esse ano já devem vender produtos nos mercados locais.

Nos estabelecimentos comerciais populares, destacam-se os produtos de origem peruana em quase todos os setores econômicos, especialmente em itens essenciais. A propriedade das lojas e barracas varejistas também é majoritariamente de peruanos que se estabeleceram a mais tempo. Entre os produtos, destacam-se enlatados (especialmente carnes e peixes), refrigerantes, água mineral, laticínios

(queijo fundido, iogurte, leite condensado, creme de leite), produtos de higiene pessoal (sabão, papel higiênico, escovas de dente, pastas de dente, fio dental, shampoos, cremes hidratantes), produtos de limpeza (toalhas, sabão em barra, sabão em pó, desinfetantes, papel toalha, cloro), sucos, velas, inseticidas, temperos (maionese, ketchup, alhos e pimentas industriais), biscoitos e bolachas, chá, óleo de cozinha, guardanapo, macarrão, fraldas, utensílios domésticos e de cozinha. Realmente, é fato difícil encontrar água de origem brasileira em Benjamin Constant (Figura 12).

Figura 12 - Produtos industrializados peruanos em supermercados e mercados de Benjamin Constant.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Além desses itens produzidos no Peru, o setor varejista popular que vende *chinglings* também admite que a origem dos produtos é Iquitos ou Lima. CDs, pilhas, brinquedos, sapatos e bolsas falsificadas, aparelhos eletrônicos de baixo valor (relógios, rádios, mp3) entre outros abundam no comércio informal da cidade, fazendo a presença peruana proeminente na sede urbana.

Outras evidências da forte relação cotidiana com o vizinho é o fato de produtos como a gasolina para os barcos e motocicletas e o cimento para construções de alvenaria também terem procedência de Iquitos. A relação cotidiana da população com o Peru é atestada em relatos e entrevistas, em que os moradores da cidade se dizem acostumados com a presença peruana, manifestada também na cultura local pela presença de canais de televisão e rádios, pelos cartazes e propagandas em espanhol, pela música das lojas predominantemente peruanas. Alguns comerciantes se ressentem da total incapacidade de competição no comércio, uma vez que as autoridades brasileiras nada fazem para coibir a venda de produtos “contrabandeados” e irregulares, enquanto exigem dos comerciantes brasileiros notas fiscais e pagamentos de todas as taxas. Um administrador público local relatou que seria “um tiro no pé” coibir os peruanos, pois a população se voltaria contra os políticos.

O fato de Islandia estar ao lado também influencia outras relações dos habitantes da região. Islandia é entreposto de serrarias e processa madeira proveniente do Javari peruano, com destino a Iquitos, que é polo madeireiro e, posteriormente, Pucallpa, polo moveleiro peruano. A atividade madeireira em Benjamin Constant foi, segundo moradores, duramente proibida desde a década de 90, mas muitos se adaptaram vendendo diretamente para Islandia ou para peruanos. Por fim, existem barqueiros e lanchas que fazem o frete entre Islandia e Benjamin Constant, sendo a maioria deles peruanos. Há também flutuantes peruanos em frente ao porto brasileiro, que sem qualquer cerimônia vendem todo tipo de produto (até mesmo armas), sem nenhuma fiscalização. Em época de operações repressivas de órgãos públicos brasileiros, os flutuantes simplesmente se deslocam para Islandia.

No âmbito da rede de comércio de alimentos *in natura* e produtos peruanos, Benjamin Constant tem papel importante de concentrador e distribuidor dos produtos vindos de Islandia e articula não só a região do Javari, mas sua malha fluvial também serve de atalho para muitas rotas ilegais e de comerciantes que desejam alcançar o Solimões brasileiro sem passar por fiscalização em Tabatinga.

### 3.1.3 Tabatinga

Tabatinga é o maior núcleo urbano da microrregião do Alto Solimões brasileiro, principal polo institucional e econômico na região fronteira brasileira. A cidade se situa nas margens do rio Solimões, sendo que mantém com a cidade colombiana de Leticia (capital do departamento colombiano Amazonas) relação de conurbação. A significância institucional da cidade é representada pela concentração de órgãos de várias áreas de atuação federal, tais como defesa (Exército, Marinha), fiscalização (Polícia Federal, RFB, Agência Nacional de Vigilância Sanitária-Anvisa) e justiça (MPU, FUNAI, IBAMA, etc). É contraponto político à cidade de Leticia.

Na área social, tem um hospital de referência (o Hospital da Guarnição do Exército), instituições de ensino (Universidade Paulista, UEA) e essa importância institucional é exercida como influência sobre toda a microrregião brasileira, sendo local de acesso de indivíduos da área para serviços de média complexidade, concursos públicos e outras oportunidades de emprego. Sem dúvida alguma, sua expressão urbana e importância relativa é grande comparada a qualquer dos outros municípios visitados.

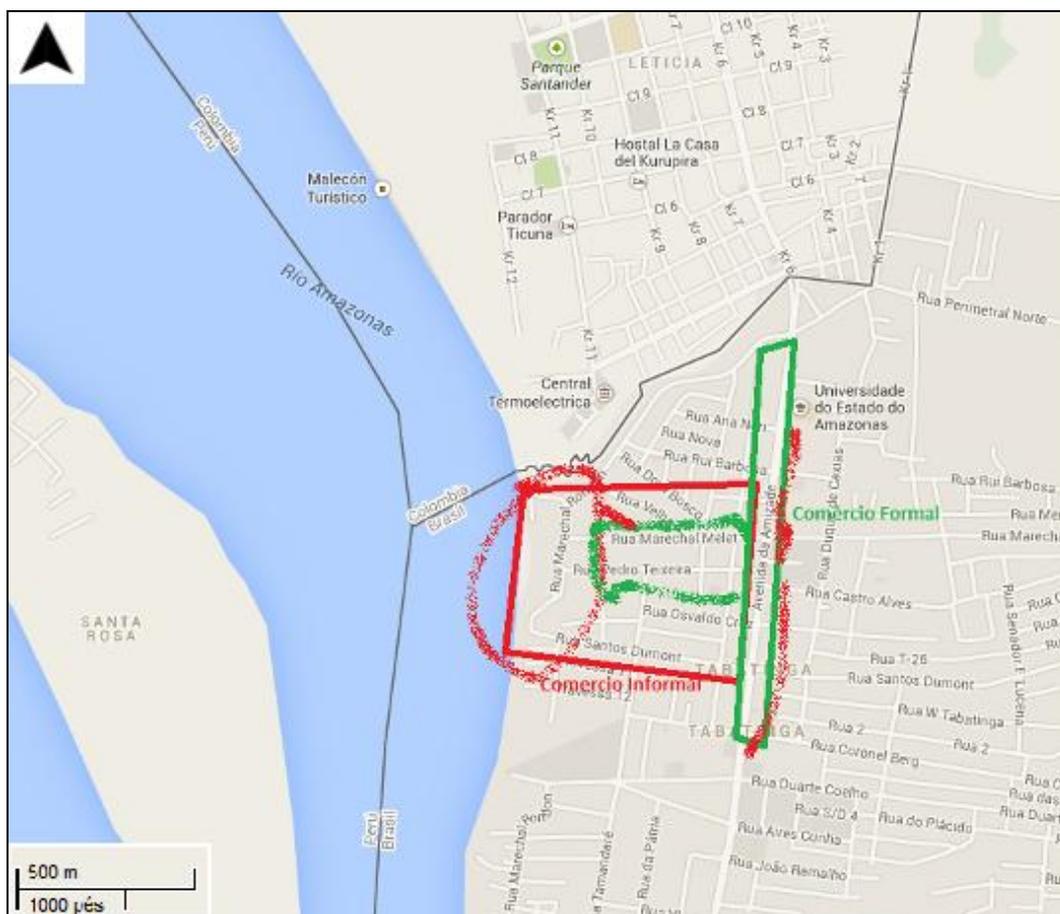
Se por um lado Tabatinga é a referência mais importante entre os municípios brasileiros do Alto Solimões, na zona fronteira especificamente ela também exerce peso considerável na dinâmica tripartite junto à cidade de Leticia e ao povoado de Santa Rosa. A produção rural e o abastecimento da cidade, devido a distância de Manaus, é atrofiado. Sua população, contudo, gera uma demanda importante aos países vizinhos.

No ciclo superior da economia, funcionários públicos e setores empresariais de Tabatinga consomem em Leticia serviços e produtos sofisticados que não estão disponíveis na cidade. Restaurantes, hotéis, lojas de importados e bebidas, que vão se estabelecendo na cidade colombiana para atender precipuamente os turistas que visitam a cidade vindos de Bogotá, acabam atendendo também a gostos e à procura de funcionários públicos, empresários e representantes comerciais que visitam Tabatinga. Esse efeito de certa forma contribui para atrofiar o desenvolvimento desses setores formais na cidade brasileira. Por outro lado e reforçando essa tendência de atrofia, a maioria da população tabatinguense, com baixos níveis de renda e participante de atividades

informais na economia recorre ao comércio popular e ao consumo de itens de baixo valor agregado. Esses itens, que fazem parte do consumo cotidiano da maioria da população, são majoritariamente irregulares e de origem peruana.

Alguns itens existem no comércio formal que se situa na Avenida da Amizade, com supermercados, casas de ferragens, eletrodomésticos e materiais de construção. O “grosso” das atividades comerciais, contudo, está localizada em três ruas que dão acesso à região portuária. Casas distribuidoras de vestuário, de alimentos, hotéis e empresas de transporte se situam majoritariamente nas ruas Marechal Mallet, Pedro Teixeira e Santos Dumont. O final das três coincide com a região portuária, em que há grande atividade do comércio popular, onde se localizam os mercados de alimentos *in natura*. O que se observa e tem sido relatado por populares é a crescente participação de produtos peruanos mesmo nas casas comerciais e distribuidoras do comércio formalizado (Figura 13). Em alguns setores, como vestuário e material escolar, há preponderância de produtos peruanos mesmo em comércios cujos vendedores e donos são brasileiros.

Figura 13: Croqui da sede municipal de Tabatinga com áreas destacadas do comércio.



Fonte: Google Maps, 2014.

Nos setores de alimentos *in natura*, a proximidade com Santa Rosa e do rio Amazonas peruano, aliado ao tamanho do mercado tabatinguense, faz com que os preços de alimentos sejam os mais baratos da região. Há grande diversidade de produtos e a qualidade dos viveres é muito boa. Apesar da existência de um mercado indígena e de pequena produção ribeirinha do lado brasileiro, é clara a predominância dos alimentos peruanos, que, com exceção do peixe e do frango, quase monopolizam o mercado de Tabatinga. Estão disponíveis em grandes quantidades produtos peruanos como o limão, banana, cebola, tangerina, manga, tomate, pimenta, ovos de galinha, feijão, milho, batatas (diversos tipos), pera, abobora, maxixe, leguminada, maracujá, pimentão, pepino, milhos, maçã, uva, abacate, alho, cenouras, beterrabas e repolho. Até mesmo o pão produzido em Santa Rosa é vendido livremente em Tabatinga. A predominância é tanta que os poucos mercados e supermercados formais ou não trabalham com esses itens, ou compram no mercado esses alimentos peruanos.

Tendo o setor de alimentos *in natura* como base, os peruanos tem se fixado e hoje são donos de diversas barracas e mini-mercados na zona portuária de Tabatinga. Nos últimos dez anos, sua predominância fica visível nessa área da cidade. A medida que seus comércios crescem, outros produtos alimentares industrializados também são vendidos em seus estabelecimentos e a gama de produtos tem se ampliado. A predominância dos produtos peruanos se faz presente no comércio popular nos itens enlatados (especialmente carnes e peixes), refrigerantes, água mineral, laticínios (queijo fundido, iogurte, leite condensado, creme de leite), produtos de higiene pessoal (sabão, papel higiênico, escovas de dente, pastas de dente, fio dental, shampoos, cremes hidratantes), produtos de limpeza (toalhas, sabão em barra, sabão em pó, desinfetantes, papel toalha, cloro), sucos, velas, inseticidas, temperos (maionese, ketchup, alhos e pimentas industriais), biscoitos e bolachas, chá, óleo de cozinha, guardanapo, macarrão, fraldas, salgadinhos para lanche, achocolatados, maionese, balas e confeitos. Vale dizer que é raro algum comércio ou taberna, mesmo na Avenida da Amizade, que não disponha de pelo menos alguns desses produtos.

Nas padarias, farmácias e tabernas formais, é comum a exclusividade de itens de laticínio peruanos, fraldas e estivas. Ou seja, em Tabatinga a influência desses produtos claramente ultrapassa o comércio popular e faz parte do cotidiano mesmo dos ciclos superiores ou formais da economia.

Além desses itens industrializados com similares nacionais, no comércio de importados *chinglings* a procedência peruana é quase exclusiva nos setores de cds, pilhas, brinquedos, aparelhos eletrônicos de baixo valor (relógios, rádios, mp3, etc), material escolar, roupas, mochilas, bonés, artigos de papelaria, vasilhas plásticas e artigos de cozinha. Esses produtos são encontrados em todos os tipos de comércio da cidade, ainda que na região do comércio popular e adjacências do porto eles sejam quase exclusivos. Mesmo as casas de roupas e calçados na Rua Marechal Mallet, que costumavam ter predominância de artigos nacionais de baixo custo, hoje são inundados de produtos produzidos no Peru ou trazidos por lá da China (Figura 14). A exceção fica no setor de calçados.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Em Tabatinga, foram identificadas funções ainda mais sofisticadas da economia popular nos mercadinhos de maior expressão. Eles atuam como firmas de microcrédito e empréstimos para comerciantes peruanos querendo se estabelecer ou para a compra e venda de mercadorias no Peru, mostrando um segundo grau de aprofundamento na acumulação de capital comercial que está se expandindo em território brasileiro.

Além desses setores, a cidade em quase sua totalidade se abastece com combustíveis peruanos, distribuídos a céu aberto no núcleo urbano (Figura 15). Também há prevalência do cimento peruano nas casas de material de construção (ainda que alguns sejam de origem brasileira, exportados a Iquitos e contrabandeados para o Brasil).

Figura 15 - Gasolina em tanques sendo descarregada livremente no atracadouro de Tabatinga.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Os comerciantes formais da Avenida da Amizade são unânimes em apontar que não há competitividade nos setores em que há produtos peruanos e que estaria cada vez mais difícil competir com todos os tributos que devem pagar. Ao mesmo tempo, eles admitem que se fossem depender do abastecimento de viveres de Manaus, os preços em Tabatinga seriam muitos altos e isso afetaria toda a população. Leticia não teria como abastecer Tabatinga, pois a população do município brasileiro é muito grande.

Relatos diversos de populares no porto e no mercado mostraram que a aceitação aos peruanos na cidade é maior do que o senso comum aparentemente revela. Os peruanos são vistos como trabalhadores, dedicados, bons plantadores de comida, bons vendedores e que querem usufruir no Brasil os benefícios que não têm em seu país, como saúde e educação gratuita, possibilidade de acesso a universidades, emprego no setor varejista, benefícios sociais como o Bolsa-Família, etc. Ao mesmo tempo, há um fator de repulsa que é a associação popular do narcotráfico com os peruanos. De todo modo, a impressão a partir do trabalho de

campo e das evidências coletadas é de que a complementaridade econômica entre o Peru e Tabatinga é muito maior do que com a Colômbia, especialmente tomando como referência os setores populares da economia, àqueles que cotidianamente as pessoas recorrem para satisfazer suas necessidades. Tomando como base a metáfora de Nogueira (2007) e adaptando-a, um mototaxista nos relatou que “Leticia é como um bairro chique, a Avenida da Amizade é o subúrbio rico e o porto a ‘Mallet’ são o centro ativo”.

Na questão cultural, a crescente influência peruana é perceptível. A tríplice fronteira já compartilha por sua própria origem e desenvolvimento histórico diversos traços multiculturais. Aspectos da cultura brasileira, colombiana e peruana são presentes nos três países e os habitantes sabem a origem exata de cada um desses traços. O que tem chamado atenção de alguns brasileiros, que seria novo e recente, é a utilização cada vez maior do espanhol na região do porto de Tabatinga, tanto nas relações entre as pessoas como nos letreiros e propagandas. Não é difícil ouvir de algum tabatinguense que “hoje só se escuta espanhol” no mercado e de fato constatamos essa situação. Além disso, a música, as rádios e a televisão peruana estão presentes no cotidiano da população. Mesmo nos bares colombianos de Leticia e nos brasileiros de Tabatinga, a música peruana tem protagonismo, ao lado de hits populares brasileiros e internacionais.

Há que se dizer também que o habitante típico da tríplice fronteira consegue se comunicar com o peruano e com o colombiano, mas quase nunca é bilíngue, assim como os peruanos tem dificuldade de aprender o português. Relatos colhidos de uma empregada doméstica e de um bancário desmistificam o papel de Leticia, quando afirmam que não gostam de atravessar a fronteira porque “lá eles não entendem o que se fala”, eles evitam Leticia e dizem que só os filhos frequentam a cidade colombiana, sendo que “vão apenas para comprar alguns produtos mais baratos nos supermercados”. Quando indagados sobre os peruanos, eles riem e dizem que “eles estão em nosso país então eles é que tem que entender o português”

Por fim, além da presença peruana na economia, no cotidiano e na cultura de Tabatinga, o papel da cidade como centro intermediário do poder brasileiro na região do Alto Solimões também é aproveitado pelas redes peruanas. Devido a presença de órgãos públicos brasileiros no município, é nele que as

relações econômicas formais entre os dois países se realizam. A presença de forças de segurança na cidade também fazem dela o ponto de repressão a crimes transnacionais. Se por um lado essa institucionalização poderia minar ou enfraquecer as redes irregulares do Peru, por outro ela concentra atividades que essas redes utilizam. Os transportes regionais têm Tabatinga como polo, de onde saem embarcações para o resto do Alto Solimões e para Manaus. Também é lá onde devem operar os serviços internacionais de transporte, já que somente por lá há verificação migratória. E esses serviços de transporte entre Iquitos e a região é mais um setor onde há exclusividade de investimento e capital peruano. A rota Iquitos-Tabatinga é operada apenas por peruanos, e, apesar do ponto de partida ser Santa Rosa, em território peruano, os principais escritórios de vendas de passagem se concentram em Tabatinga, fazendo dela ponto intermediário importante dos fluxos de transportes.

Tabatinga portanto concentra não só um papel de importância no fluxo superior econômico e político para o Brasil, como papel nevrálgico das redes econômicas peruanas com origem em Iquitos, se portando como principal cidade brasileira na rede, tanto pela demanda como por sua capacidade de distribuição aos outros municípios. Ela concentra um fluxo imenso de mercadorias, *chinglings* e alimentos do país vizinho e cada vez mais incorpora traços culturais dos peruanos pobres que vêm paradoxalmente melhorar de vida na cidade. Em uma rede de localidades centrais, ela se situaria abaixo apenas de Iquitos.

#### 3.1.4 São Paulo de Olivença

A cidade de São Paulo de Olivença está localizada no rio Solimões, a cerca de 8 horas em lancha rápida de Tabatinga. O município engloba o vale e bacia do rio Jandiatuba, e é importante polo pesqueiro do Alto Solimões. Além de servir como ponto intermediário entre a região de fronteira e o Médio Solimões, o município também tem circulação de barcos que “evitam o Solimões”, e passam por furos, afluentes e igarapés da fronteira para Manaus. A bacia do Rio Jandiatuba tem sido alvo da exploração ilegal de minérios e madeira, e a demanda desses focos de

exploração econômica também são atendidos pelo município. O núcleo urbano, assim como Benjamin Constant, tem expressão urbana mediana.

A região do porto vem sofrendo bastante com a derrubada de encostas por anos seguidos. Ainda assim, nos arredores dessa zona e nas escadarias de acesso ao centro se localiza o comércio popular varejista e as principais vendas de alimentos *in natura*. Na região central do município, ao redor da praça da Matriz, estão localizados alguns estabelecimentos formais como mercadinhos, distribuidores, padarias, lojas de material escolar, entre outros.

A presença de comércio peruano ainda é importante no varejo popular e irregular, mas quase inexistente no setor formal (na maioria dos casos a propriedade é brasileira). Os produtos de origem peruana também escasseiam no comércio formal, apesar de compor a maioria do comércio informal ao redor do porto. Apenas produtos alimentícios industrializados ainda têm procedência majoritária peruana. Muitas vezes, são brasileiros e não peruanos vendendo os produtos do país vizinho, condição diferente da região fronteira, em que os vendedores e comerciantes são peruanos. O setor de alimentos *in natura*, contudo, permanece sendo dominado por produtos e comerciantes peruanos.

A feira ou mercado municipal é pequeno na cidade e a variedade e qualidade dos viveres *in natura* cai bastante em relação a região da fronteira. Ainda assim, tendas, pequenos comércios e barracas ao redor do mercado suprem a demanda da cidade. Os alimentos peruanos predominantes são limão, banana, cebola, tangerina, tomate, pimenta, batatas (diversos tipos), abóbora, maxixe, leguminada, maracujá, pimentão, cenouras e beterrabas. Segundo os próprios vendedores peruanos, eles se abastecem com regatões que vêm de Islandia e Iquitos e fazem pedidos regulares (Figura 16). Alguns se abastecem em Tabatinga. Outros admitem que muitos dos alimentos vêm do Peru via rios Javari e Jandiatuba. Nos barcos, vêm também mercadorias industrializadas peruanas.

Figura 16 - Barracas de produtos *in natura* em São Paulo de Olivença.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Existe equivalência de presença de produtos brasileiros e peruanos na maioria dos setores, mas é visível a presença dos enlatados (especialmente carnes e peixes), refrigerantes, água mineral, laticínios (queijo fundido, iogurte, leite condensado, creme de leite), produtos de higiene pessoal (sabão, papel higiênico), produtos de limpeza, toalhas, desinfetantes, sucos, temperos (alhos e pimentas industriais), biscoitos e bolachas, chá, óleo de cozinha, guardanapo, macarrão, salgadinhos para lanche, achocolatados, balas e confeitos. É interessante que São Paulo de Olivença parece ser o alcance máximo de diversos desses produtos, que originados em Iquitos, abastecem toda a região da fronteira até o município. A partir de Amaturá eles tornam-se marginais. Como dito anteriormente, existe comércio formal e um ciclo superior de atividades na cidade, apesar de atrofiada. Nesses mercadinhos, a presença de produtos peruanos é pequena, restrita a bebidas, biscoitos e a alguns itens de limpeza e higiene.

Figura 17 - Tendas e lojas com produtos manufaturados e *chinglings* próximas próximo ao porto de São Paulo de Olivença.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

CDs, pilhas, brinquedos, aparelhos eletrônicos de baixo valor (relógios, rádios, mp3, etc), material escolar, mochilas, bonés, artigos de papelaria, vasilhas plásticas, talheres e facas de origem chinesa mas provenientes de Iquitos também são comercializados no comércio popular (Figura 17). O numero de itens decai e há alguns produtos originados em Manaus, como confecções de roupas e sandálias.

O comércio peruano perto do porto é equivalente ao comércio formal brasileiro no centro da cidade, mas as barracas são mais precárias e há insatisfação da população, especialmente de comerciantes, sobre a falta de regularização de peruanos que “montam barracas do dia para a noite, em uma semana tem um comércio, não pagam impostos e não são fiscalizados”. Existe também insatisfação com os israelitas, que estariam se fixando nas margens do rio Jandiatuba e trazendo problemas para os indígenas cambebas, maior etnia de São Paulo de Olivença. Além disso, pescadores alegam que os peruanos no rio Jandiatuba fazem extração mineral ilegal e contaminam rios da região.

Esses setores isolados, contudo, não representam a maioria da sociedade, que mesmo em menor intensidade se comparado com a fronteira, lida com a presença peruana de forma cotidiana e natural. Indivíduos de diversas matizes afirmam que os alimentos peruanos são de melhor qualidade e preço do que os nacionais, apesar de todos notarem crescimento dos estrangeiros nos últimos anos. O idioma espanhol, a música peruana e as rádios são sintonizadas também em São Paulo de Olivença, mas é mais própria da área portuária, dominada pelo comércio popular peruano. Na região central ao redor da matriz essas manifestações são menores, mas não há estranhamento da população com o estrangeiro e sua cultura. Nos bares e restaurantes formais músicas peruanas são tocadas em meio as nacionais e artistas peruanos são conhecidos na cidade.

São Paulo de Olivença se posiciona como alcance máximo da influência direta de Iquitos e de peruanos na vida econômica do comércio popular cotidiano no Alto Solimões. A medida que se avança em direção a Manaus, sua participação na economia, seu contingente populacional, e sua cultura vão ficando cada vez mais marginais, e as ligações entre os municípios de Amaturá, Santo Antonio do Içá e Tonantins são indiretos, ou seja, permeados por entrepostos como Tabatinga, vilas no rio Putumayo colombiano ou Islandia. Ainda assim, as manifestações acabam mostrando uma influência crescente e o ponto que polariza esses impulsos é a cidade de Iquitos.

### 3.1.5 Amaturá

A sede municipal de Amaturá comporta uma pequena aglomeração urbana, voltada para o porto, que se destaca no Alto Solimões pela boa aparência e conservação de suas construções. Com quarteirões em quadrícula, a região do porto é separada da rua principal por uma elevação e escadaria. Na rua principal estão as principais atividades comerciais. Junto ao porto há apenas barracões de estivas, compra de pescado e fornecimento de insumos para os barcos, mas não há pequeno comércio.

O comércio da cidade é compatível com seu tamanho e ao contrário de outros municípios, a parcela das atividades em casas comerciais formais é diversificada, há vários mercadinhos e pouca concentração. Há poucas áreas de

comércio informal, algumas barracas próximas às escadarias que dão acesso ao porto. A presença do comércio peruano como um todo é pequena e se restringe a tendas em frente à igreja.

A venda de hortifrutigranjeiros na cidade é escassa e o município se caracteriza pela escassez de víveres. Aos sábados é realizada feira, quando ribeirinhos e peruanos vendem seus produtos no mercado municipal. Durante a semana não havia disponibilidade de nenhuma fruta ou legume no local. Segundo entrevistas, nos últimos anos tem se intensificado a presença de “canoões” peruanos aos sábados, que tem melhores preços e uma qualidade melhor de legumes do que os ribeirinhos. Outra ocasião em que a oferta de alimentos é maior são as chegadas de barcos recreio de Manaus e os preços são competitivos com os alimentos peruanos.

Nos mercadinhos que dispõe de condições de armazenamento, é possível encontrar alguns tomates, limões e cebolas de origem brasileira, apesar da qualidade visivelmente inferior. Nas poucas bancas de peruanos defronte a igreja matriz, é possível encontrar cebola, batata, tomate, beterraba e cenoura, mas também em quantidade limitada (Figura 18).

Figura 18 - Barraca peruana de alimentos montada diante ao acesso ao porto de Amaturá.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Os comerciantes de mercadinhos afirmam que a oferta peruana ainda é escassa e o modo principal de venda são os regatões, ou “canoões” e feito por ambulantes em barracas precárias. Segundo o peruano de uma dessas barracas, ele veio de Lima e pretende ter um comércio maior quando tiver condições.

A maioria dos produtos alimentícios e de primeira necessidade nos mercados, tabernas e mesmo ambulantes são brasileiros. Em alguns comércios foi verificada a presença do leite condensado peruano, chás, temperos, peixes enlatados e sabão em barra. No caso de Amaturá, esses itens são considerados "iguarias" e essa é a justificativa que alguns donos de mercadinhos formais deram para sua compra.

A maioria dos produtos industriais, mesmo os industriais *chinglings* procedem de Manaus. Algumas exceções são o setor de vasilhas e utensílios domésticos, provenientes do Peru. Os comerciantes dizem ser reticentes em comprar *chinglings* sem nota, mas dizem que diante da falta de disponibilidade de produtos de Manaus, apenas disponíveis quando aportam os barcos de linha, é uma opção que vêm estudando.

Por fim, não há traços culturais peruanos perceptíveis em Amaturá. Ao contrário dos municípios a montante, em que a música, o idioma e a presença física peruana são preponderantes em regiões das cidades, em Amaturá não foi possível detectar essa influência. Um entrevistado relatou que o prefeito anterior (2006-2010) era enérgico na obstrução de estabelecimento de comércio irregular de condições precárias e no fornecimento de produtos irregulares e de origem estrangeira no município, protegendo comerciantes locais.

### 3.1.6 Santo Antônio do Içá.

Assim como Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá tem uma sede municipal com expressão urbana média para os padrões regionais. A cidade aparenta ser a mais dinâmica economicamente afora Tabatinga. Situada na confluência do rio Içá, seu núcleo urbano é mais espalhado, os serviços de comunicação são melhores do que nas outras cidades do rio Solimões e a região do porto é movimentada. Além de servir de referência para a

calha do rio Içá, que é a continuação do rio Putumayo colombiano, sua posição entre Amaturá e Tonantins faz dela mediadora local de distribuição desses centros menores. Há em sua área portuária oferta constante de barcos para realização de frete para estas cidades. Há frequência de barcos de linha vindos de Manaus e Tabatinga e serviços específicos entre Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença.

O setor comercial da cidade é mais desenvolvido e diversificado que o de outras cidades médias. Possui armazéns, distribuidoras, supermercados, além de lojas de máquinas e equipamentos pesqueiros. Há comércio varejista mais diversificado, incluindo lojas de roupas (não apenas tendas), mercadinhos, padarias e farmácias. Ao redor do porto, especialmente na ladeira que dá acesso ao centro, e na área em frente a praça da matriz se concentra o comércio informal e irregular, enquanto nas outras áreas da cidade é predominante o comércio formal. Apesar da presença de um comércio mais estruturado, a oferta de produtos *in natura* é escassa, concentrando-se em algumas barracas perto do porto e em alguns mercadinhos, sendo muito dependente dos barcos de linha vindos de Manaus.

Existe a presença peruana, tanto de alimentos *in natura* como de industrializados de baixo valor agregado (chineses) na subida que dá acesso ao centro, mas ela é incipiente. Segundo locais, a ocupação dessa área é recente. As tendas de ambulantes têm se transformado aos poucos em habitações na parte dos fundos, seguindo o padrão de ocupação de outras cidades. Há de se dizer, contudo, que o comércio varejista junto ao porto é pequeno se comparado aos estabelecimentos comerciais formais do município. O componente peruano existe apenas subsidiariamente, apesar da tendência de crescimento.

As barracas de peruanos vendem limão, tomate, abacate, tangerina, batata, cenouras, beterrabas e milho – a maior parte desses produtos tem maior durabilidade. A oferta é regular segundo locais e vem por uma rota diferente. Iquitos abasteceria a região limítrofe ao rio Putumayo na Colômbia e de lá alguns regatões trariam para Santo Antônio do Içá. Daí o porquê da venda de alguns produtos colombianos. O restante das barracas de alimentos distribuídas na cidade são de produtos brasileiros, dependendo a oferta dos barcos de linha.

Os produtos industrializados peruanos e colombianos se fazem presentes de forma marginal nos estabelecimentos comerciais formais da cidade. Em algumas

bancas ou nos lanches há oferta de leite ou de biscoitos. Outro item sempre presente é o sabão em barra e os temperos. Apenas ao redor do porto a origem dos produtos é peruana. Da mesma forma, a maioria dos produtos do comércio (mesmo o informal, e mesmo os *chinglings*), provêm predominantemente de Manaus. Exceção para vasilhas e utensílios domésticos.

Segundo verificado, em Santo Antônio do Içá os preços dos produtos peruanos e brasileiros chegam a um equilíbrio que faz com que donos de mercadinhos e feiras deem preferência aos produtos nacionais, que além de legalizados têm origem determinada. O dono do principal supermercado nos reportou que dá preferência ao nacional e ao local, mas que a dependência dos barcos de linha é incomoda e a estocagem de produtos *in natura* é difícil, fato que viria sendo aproveitado por peruanos perto do porto. Em entrevista com vendedor peruano perto do porto ele disse que em sua banca vende os produtos peruanos, mas que eventualmente se abastece com agricultores locais de banana e mandioca (Figura 19).

Figura 19 - Barraca de alimentos montada diante ao porto de Santo Antônio do Içá.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

A influência peruana na cidade é pouco perceptível, concentrada perto do porto. Há presença de peruanos e colombianos historicamente na região, mas eles participam como funcionários dos comércios e a armação de tendas comerciais seria algo recente. Percebe-se que o município o limiar de onde são sentidos os efeitos da influência econômica peruana com origem em Iquitos.

### 3.1.7 Tonantins

Assim como Amaturá e Atalaia do Norte, Tonantins tem uma sede municipal com pequena aglomeração urbana, voltada para a zona portuária. O pequeno atracadouro encontra-se defronte a um barranco, que dá acesso ao centro da cidade. Apesar de algumas casas comerciais defronte às escadarias do porto, a principal área comercial da cidade está na rua que dá acesso e ao redor da praça da matriz.

De todas as sedes municipais visitados, Tonantins é a que apresentou a maior escassez de víveres e alimentos, seja em feiras, tabernas ou mercadinhos. Alimentos *in natura* são raridade nesses estabelecimentos. Os locais com alguma disponibilidade de alguns itens hortifrutigranjeiros eram exatamente pequenas barracas cujos donos eram peruanos. Os itens se restringiam basicamente a limão, tomate, cebola e batata. Segundo locais, essas barracas vêm se estabelecendo nos últimos cinco anos. Antes eram apenas bancas de ambulantes que ancoravam seus barcos e vendiam para os mercadinhos. Recentemente, os próprios peruanos têm se estabelecido como donos de barracas (de aspecto precário e informal), com a conivência das autoridades. A oferta de alimentos apenas melhoraria quando chegam os barcos de linha de Manaus. Ainda assim, a qualidade dos produtos costuma não ser boa e a variedade também é baixa. Há algumas granjas na cidade, mas é difícil achar carne bovina, mesmo congelada.

A expressão comercial da cidade em geral é pequena e Tonantins conta com poucos estabelecimentos formais e serviços. Nas pequenas lojas da cidade, a maioria dos produtos alimentícios e de primeira necessidade são brasileiros. Nos

comércios há contudo a presença do leite condensado peruano, chás, temperos e peixes enlatados. Assim como em Amaturá, esses itens são considerados "iguarias".

O comércio de produtos importados *chinglings* é feito tanto em lojinhas com aspecto formal quanto por barracas montadas na praça principal. Algumas dessas barracas são de propriedade peruana, mas mesmo nelas, a maior parte dos itens tem procedência de Manaus. A exceção mais vista fica por conta de vasilhas (Figura 20).

Figura 20 - Taberna peruana vendendo manufaturados, *chinglings* e alimentos em Tonantins.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Segundo relatos locais, a comunidade peruana ainda é pequena, mas crescente, em parte devido a falta de regularidade no suprimento de produtos por Manaus. Ao contrário das cidades mais próximas à fronteira, os preços dos produtos peruanos não são atrativos. Dos municípios pesquisados, Tonantins apresentou os maiores preços em geral. Alguns locais culpam as autoridades pelo fato de os peruanos poderem comerciar produtos sem nota fiscal enquanto os comerciantes locais devem atender a exigências e se submeter a fiscalizações.

Assim como em Amaturá, há muito pouca presença de traços da cultura peruana, restrita a algumas rádios e à música em alguns estabelecimentos comerciais.

### **3.2 Formação e distribuição espacial das redes comerciais peruanas**

A partir da visita às sedes urbanas municipais no Brasil, foi possível constatar crescente influência de redes de comércio, navegação e circulação de pessoas peruanas originadas em Iquitos que alcança a região do Alto Solimões no Brasil. Pelo menos três redes, evidenciadas por sua presença nas sedes urbanas dos municípios do Alto Solimões, têm maior influência nesse processo: a rede de abastecimento de alimentos *in natura*, o comércio popular de importados *chinglings* e o comércio popular de manufaturados com similares nacionais.

É possível demarcar o desenvolvimento gradual dessas redes em estágios, já que sua articulação e evolução são comuns nas diferentes localidades, sendo mais desenvolvidas de acordo com duas variáveis verificadas: a proximidade da fronteira com o Peru e o tamanho relativo da cidade.

O primeiro estágio é a presença de ambulantes e regatões nas cidades e em suas bacias hidrográficas vendendo alimentos e *chinglings*, em balsas conhecidas como canoões (Figuras 21,22 e 23).

Figura 21 - Canoão de peruanos em Atalaia do Norte.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Figura 22 - Barraca em Amaturá.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Figura 23 - Ambulantes em Benjamin Constant.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

A partir do momento em que há mais regularidade e demanda, os peruanos se estabelecem nas cidades em tendas e barracas de lona onde vendem seus produtos, especialmente alimentos, sendo desmontadas ao final do dia (Figuras 24 e 25).

Figura 24 - Tendas de pequeno comércio em Tonantins.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Figura 25 - Bancas e barracas de alimentos *in natura* em Tabatinga.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

À medida que vão se fixando e chegam mais familiares, a parte posterior das tendas começam a ser utilizadas como habitação (Figuras 26 e 27)

Figura 26 - Tenda com habitação improvisada nos fundos em Tabatinga.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Figura 27 - Tenda de alimentos em Santo Antônio do Içá. No fundo há espaço para redes onde os comerciantes dormem.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

As tendas se transformam rapidamente em tabernas e lojas. Há a introdução de itens manufaturados peruanos (Figuras 28, 29 e 30).

Figura 28 - Taberna em Tonantins, produtos peruanos.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Figura 29 - Taberna em São Paulo de Olivença, produtos peruanos e brasileiros.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

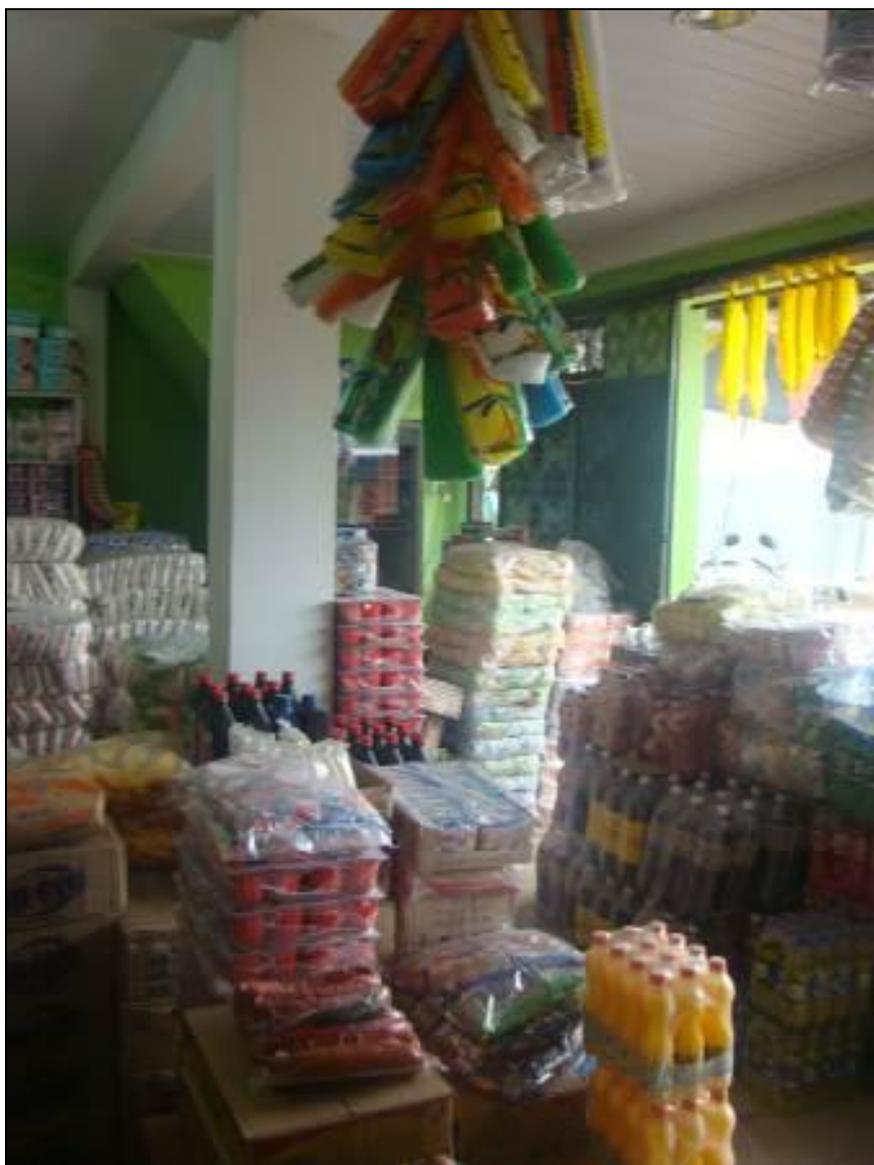
Figura 30 - Comércio e lojas peruanas na região do porto em Tabatinga.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Essas tabernas e lojas se desenvolvem em mercadinhos e supermercados nos municípios maiores, vendendo de alimentos até produtos de limpeza e higiene peruanos. A família deixa de residir no comércio e aluga ou constrói residência separada na cidade. Alguns precursores mais capitalizados expandem a atividade para o setor financeiro (agiotagem), hoteleiro e de transportes. Alguns desses comércios se formalizam (Figuras 31 e 32).

Figura 31 - Mercadinho peruano em Tabatinga.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Figura 32 - Mercadinho peruano em Tabatinga onde crédito é oferecido, inclusive em moeda estrangeira.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Esse processo tem ocorrido em todas as cidades visitadas do Alto Solimões e se reforçado com novos fluxos de pessoas e produtos. Os diversos estágios vão se acumulando ao longo do tempo e os níveis mais altos são atingidos apenas quando as bases dos estágios anteriores estão consolidados. Como a maior parte dessas redes são informais ou irregulares, a quantificação de seu volume e dos valores comercializados são difíceis de mensurar. A partir de nossa análise empírica e conforme descrição de cada núcleo urbano, contudo, podemos elaborar uma tabela com os diferentes graus em que cada estágio é encontrado nas cidades visitadas (Tabela 5).

Tabela 5 - Intensidade de desenvolvimento dos estabelecimentos de propriedade peruana.

	Canoões, Regatões e Ambulantes	Bancas e Tendas	Barracas com habitação	Lojas e Tabernas	Mercadinhos
<b>Atalaia do Norte</b>	forte	forte	média	média	fraca
<b>Benjamin Constant</b>	forte	forte	forte	forte	forte
<b>Tabatinga</b>	forte	forte	forte	forte	forte
<b>São Paulo de Olivença</b>	forte	forte	média	média	fraca
<b>Amaturá</b>	média	média	fraca	fraca	fraca
<b>Santo Antonio do Iça</b>	média	média	média	fraca	fraca
<b>Tonantins</b>	média	média	fraca	fraca	fraca

Fonte: Pesquisa de campo, abril 2014.

Essa primeira consolidação nos mostra que as redes estão mais desenvolvidas próximas a fronteira. Além da distância, o tamanho da cidade também influiria no grau de desenvolvimento da rede, já que, por exemplo, São Paulo de Olivença, mesmo afastada da fronteira, tem tamanho suficiente para permitir uma escala de intercambio maior. Atalaia do Norte, com seu pequeno núcleo urbano, não teria demanda de mercadinhos mais sofisticados.

Ainda que o desenvolvimento das diferentes redes seja simultâneo, alimentos, manufaturados e *chinglings* apresentam características e distribuição geográfica diferenciados nos municípios brasileiros.

A oferta de alimentos *in natura* na região fronteira brasileira é predominantemente composta por produtos peruanos. Suas origens são vilarejos e plantações ao longo do rio Amazonas Peruano (Solimões no Brasil), seus afluentes e braços. Tendo Iquitos como mercado principal, a população ribeirinha peruana é capaz de produzir em escala suficiente para abastecer o vale amazônico peruano e a região de fronteira brasileira. Essa população se distingue em ribeirinhos tradicionais amazônidas e colonos da AEMINPU, que tem construído vilas prósperas – em termos de produção - na província de Mariscal Ramon Castilla baseadas na atividade agrícola e pastoril. Nos últimos anos, esses colonos tem se expandido e já há assentamentos dentro do Brasil, nos municípios de Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença.

Figura 33 - Feira de Benjamin Constant. Produtos hortifrutigranjeiros provenientes do Peru.



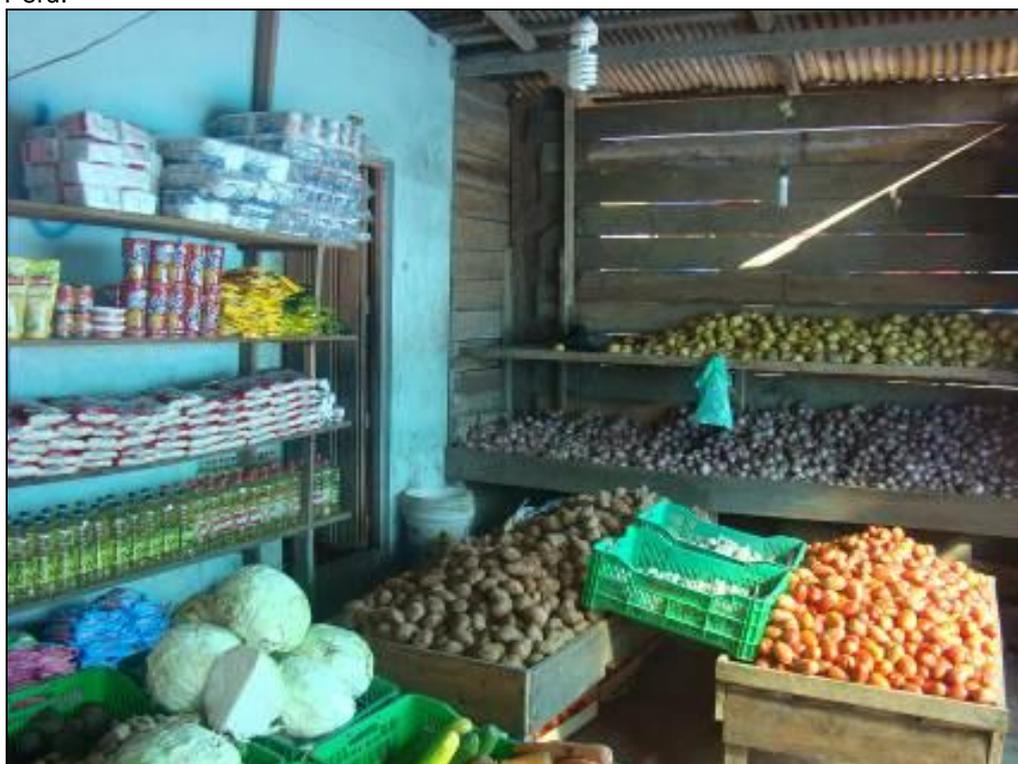
Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Além de venderem sua produção nas cidades brasileiras, esses agricultores também comerciam em Iquitos, trazendo de lá frutas, legumes e outros alimentos típicos da região andina (Figura 33). Esses itens também são vendidos nas cidades brasileiras. Apesar da existência de cultivos de indígenas e de alguns ribeirinhos no Brasil, a oferta de víveres é escassa, irregular (sazonal) e pontual (melancia, mandioca, castanhas, abacaxi, banana).

Geograficamente, é possível encontrar alimentos *in natura* do Peru de forma preponderante em todas as cidades da calha do Rio Solimões até Santo Antônio do Içá. A variedade, qualidade e quantidade dos alimentos é decrescente e os preços após essa área passam a competir com os fornecimentos de Manaus/AM. Nos municípios de Tabatinga/AM, Atalaia do Norte e Benjamin Constant/AM, não obstante, a hegemonia peruana é aguda e os donos de lojas, tabernas e mercados brasileiros costumam não trabalhar com produtos *in natura*, e, quando o fazem, compram também dos agricultores peruanos ou de comerciantes e ambulantes próximos ao porto. Essa situação ocorre também em São Paulo de Olivença, e a partir desse ponto se enfraquece.

Na região mais afetada a presença de alimentos peruanos se traduz na oferta constante e a bons preços (inferiores em alguns casos ao preço de Manaus) de limão, banana, cebola, tangerina, manga, tomate, pimenta, ovos de galinha, feijão, milho, batatas (diversos tipos), pera, abobora, maxixe, leguminada, maracujá, pimentão, pepino, milhos, maçã, uva, abacate, alho, cenouras, beterrabas, repolho. A dependência dos municípios da região do Alto Solimões de alimentos *in natura* peruanos expõe vulnerabilidades do abastecimento brasileiro das regiões afastadas das grandes cidades, que têm sido aproveitadas por atores estrangeiros. Sendo a alimentação fundamental para qualquer sociedade, essa dependência pode ser negativa no longo prazo (Figura 34).

Figura 34 - Mercado em São Paulo de Olivença. Produtos hortifrutigranjeiros provenientes do Peru.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

A formação da rede de comercialização de produtos *chinglings* ocorre paralelamente a venda de alimentos *in natura*. Nos dois casos elas iniciam com ambulantes ofertando itens nas ruas próximas ao porto. Com o tempo, os comerciantes de alimentos *in natura* chegam a ser donos de mercadinhos, e os vendedores de *chinglings* abrem bancas e lojas mais diversificadas (Figura 35).

Figura 35 - Banca de *chinglings* em Atalaia do Norte.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Os produtos *chinglings* que chegam à região fronteiriça e aos municípios brasileiros do Alto Solimões via Iquitos têm menor preço do que os similares provenientes de Manaus. Primeiramente, o país vizinho tem política comercial mais aberta à importação de produtos asiáticos e os estados amazônicos peruanos dispõem de benefícios tributários específicos que diminuem o valor dos produtos. Outro fator é a baixa fiscalização das embarcações na província de Mariscal Ramon Castilla, a jusante de Iquitos, que permite a oferta de maior volume de itens. Ao contrário, em Manaus, principal centro distribuidor brasileiro, existe fiscalização por técnicos da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) das mercadorias a serem distribuídas no interior, pelo menos nas grandes embarcações de linha.

Como a maioria dos produtos *chinglings* são caracterizados pela irregularidade (quando não falsificação), a fiscalização atrapalha o fornecimento regular na tríplice fronteira. Por outro lado, a oferta desses produtos se beneficia da malha de transporte e abastecimento das outras redes comerciais peruanas, em especial dos canoões e regatões que levam esses produtos junto a alimentos e outros manufaturados para pequenas vilas e povoados nas calhas e mesmo para as sedes municipais. A capilaridade dessa malha de transporte acaba incidindo num aumento de demanda que realimenta a oferta, gerando mais demanda. Como além

desses fatores a distância do principal centro distribuidor (no caso, Iquitos) é menor, a oferta também tem regularidade.

Nos municípios situados mais próximos à fronteira (Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga), o comércio popular próximo ao porto é predominantemente de propriedade peruana e nos últimos anos seu aumento é evidente. Os *chinglings* vendidos por ambulantes, camelôs, barracas e lojas populares nessas cidades são quase exclusivamente peruanos. Mesmo em Tabatinga, cidade que conta com comércio formal mais desenvolvido ao longo da Avenida da Amizade, a crescente presença peruana é evidente. Algumas ruas tradicionais do comércio popular, antes ocupadas por lojas de confecções e de vestuário nacional, atualmente comercializam roupas e outros itens de vestuário de origem asiática proveniente de Iquitos. Outros produtos que compõe essa rede de comércio são cds, pilhas, brinquedos, aparelhos eletrônicos de baixo valor, relógios, rádios, mp3, material escolar, roupas, mochilas, bonés, artigos de papelaria, utensílios domésticos e vasilhas em geral (Figura 36 e 37).

Figura 36 - Ao fundo, comércio popular em Tabatinga abarrotado de produtos peruanos manufaturados e *chinglings*.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Em São Paulo de Olivença, a presença dos peruanos nesse segmento decresce, sendo a maior parte das lojas e barracas de propriedade brasileira. Ainda assim, os itens ainda são predominantemente originários de Iquitos. A partir dessa cidade, a presença de itens *chinglings* peruanos passa a ser mais escassa e compor

uma menor parcela do comércio popular. Em Santo Antônio do Içá, por exemplo, a maioria dos itens *chinglings* no comércio popular é oriunda de Manaus.

Figura 37 - Comércio popular em São Paulo de Olivença. Vasilhas e mochilas com procedencia do Peru.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Como no caso dos alimentos *in natura*, a relevância dessa rede comercial se dá pelo fato de parcela considerável da população desses municípios ser de baixa renda e consumir majoritariamente no comércio popular, não se importando com a legalidade dos bens. Existem segmentos sociais nos municípios, contudo, que se opõe ao comércio peruano de importados. Há insatisfação local com as autoridades, especialmente por parte dos comerciantes, que afirmam ter altos custos para manter seus comércios formais enquanto não se toma nenhuma providência em relação aos peruanos e seus importados contrabandeados. Ao contrário dos alimentos *in natura*, que não têm substitutos próximos e que são consumidos por todos os segmentos da população, a presença dos produtos *chinglings* são controversos. Se por um lado seu preço em relação ao manufaturado nacional é menor, sua qualidade costuma ser inferior e não há garantias sobre procedência e segurança.

Outra rede que tem se fortalecido na região do Alto Solimões originada em Iquitos é o comércio de produtos manufaturados peruanos (Figuras 38, 39 e 40). A presença desses produtos na região é histórica, mas recentemente o volume e a diversidade deles tem aumentado consideravelmente. Apesar de serem produtos produzidos de acordo com a legislação peruana e serem regularizadas dentro daquele país (ao contrário dos *chinglings*), seu transporte e comercialização no Brasil é ilegal, sem qualquer fiscalização da ANVISA, da RFB ou do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Figura 38 - Água, refrigerantes e biscoitos peruanos no comércio de Benjamin Constant.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Entretanto, assim como no caso dos *chinglings* e dos alimentos *in natura*, esses produtos são dominantes no comércio popular das cidades mais próximas a fronteira (Atalaia do Norte, Tabatinga, Benjamin Constant), sendo vendidas livremente. Mesmo no comércio formal em Tabatinga, é possível observar alguns itens sendo vendidos em meio aos produtos brasileiros. Como o comércio popular é maior do que o comércio formalizado nessas cidades, a maior parte da população vem consumindo esses produtos, que são mais baratos do que os similares nacionais, fortalecendo o comércio peruano em segmentos antes não explorados.

Figura 39 - Diversos itens da cesta básica (Arroz, feijão, farinha, óleo) e produtos de higiene pessoal peruanos no mercado de Atalaia do Norte.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Historicamente, alguns produtos alimentícios como laticínios e biscoitos reforçavam as bancas de alimentos *in natura*, sendo também trazidos por regatões e canoões.

Figura 40 - Leite Gloria, fumo e enlatados peruanos. Onipresentes em toda a região transnacional.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Atualmente a gama de produtos se ampliou consideravelmente, sendo possível encontrar produtos de origem peruana com predominância nos segmentos de enlatados (especialmente carnes e peixes), refrigerantes, água mineral, laticínios (queijo fundido, iogurte, leite condensado, creme de leite), produtos de higiene pessoal (sabonete, papel higiênico, escovas de dente, pastas de dente, fio dental, shampoos, cremes hidratantes), produtos de limpeza (toalhas, sabão em barra, sabão em pó, desinfetantes, papel toalha, cloro), sucos, velas, inseticidas, temperos (maionese, ketchup, alhos e pimentas industriais), biscoitos e bolachas, chá, óleo de cozinha, guardanapo, macarrão, fraldas, salgadinhos para lanche, achocolatados, balas e confeitos e de vasilhas plásticas (Figura 41).

Figura 41 - Supermercado de propriedade israelita em Benjamin Constant. Diversos itens manufaturados peruanos.



Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

À medida que os ambulantes vão se fixando em comércios nota-se que aumenta a diversidade de produtos oferecidos. Outra constatação é de que esses comércios normalmente representam um segundo estágio de capitalização dos comerciantes peruanos que, já fixados em lojas e mercadinhos e sem se sentirem ameaçados por fiscalizações, expandem suas atividades para esses produtos de

maior valor. Além de diversificar os produtos oferecidos, alguns comerciantes já disponibilizam crédito e começam nesse estágio a formalizar algumas atividades como hotéis e empresas pequenas de transporte.

Essa oferta diversa e em grande quantidade é facilmente observada nas proximidades da fronteira, tornando-se mais esparsa à medida que se distancia dessa faixa. Ainda assim, é possível encontrar bastante itens manufaturados peruanos até São Paulo de Olivença, a partir de onde a oferta cai consideravelmente. Em Tonantins, Amaturá e Santo Antônio do Içá ainda há pouca oferta desses produtos, restritos a itens como o leite condensado, sabão em pó e alguns refrigerantes.

Um efeito observável nas cidades do Alto Solimões é a insatisfação dos comerciantes formais com essa situação, demandando providências das autoridades e tratamento igualitário nas fiscalizações a peruanos e brasileiros. Outro efeito é a atrofia dos segmentos que competem com os produtos peruanos. Em Atalaia do Norte e Benjamin Constant, por exemplo, encontrar mercadinhos de propriedade brasileira ou produtos de origem brasileira é exceção. Assim como no caso das outras redes, o principal estímulo é a grande camada de pessoas de baixa renda que demandam esses produtos essenciais (alimentos industriais e produtos higiênicos) ao menor preço possível.

A partir das observações e comparações em campo, essas redes poderiam ser organizadas e classificadas em níveis de acordo com sua participação em comparação ao restante do comércio nas cidades brasileiras em seu respectivo segmento. Propusemos cinco níveis (exclusivo, preponderante, equivalente, inferior e desprezível) para que se tenha uma ideia qualitativa da importância peruana nessas cidades e especialmente em seu comércio popular (Tabela 6).

Tabela 6 - Produtos peruanos e sua participação em relação ao restante do comércio da cidade.

	Produtos <i>in natura</i>	<i>chinglings</i>	manufaturados com similares	Gasolina	Cimento
<b>Atalaia do Norte</b>	Exclusiva	Preponderante	Preponderante	Exclusivo	Equivalente
<b>Benjamin Constant</b>	Preponderante	Preponderante	Preponderante	Preponderante	Equivalente
<b>Tabatinga</b>	Preponderante	Preponderante	Preponderante	Preponderante	Inferior
<b>São Paulo de Olivença</b>	Preponderante	Equivalente	Inferior	Inferior	Desprezível
<b>Amaturá</b>	Equivalente	Inferior	Inferior	Inferior	Desprezível
<b>Santo Antonio do Iça</b>	Equivalente	Inferior	Inferior	Inferior	Desprezível
<b>Tonantins</b>	Inferior	Equivalente	Inferior	Inferior	Desprezível

Fonte: Pesquisa de Campo, abril 2014.

Ao observarmos esse quadro, chegamos a uma primeira conclusão sobre nossa hipótese, que nos permitirá seguir adiante em nosso propósito maior de explicar as redes e suas relações regionais e territoriais. Essa primeira conclusão, simples, é a de que o Peru e os peruanos são importantes para qualquer análise do espaço fronteiriço. De fato, em alguns setores da economia sua participação e relevância são preponderantes para entender esse espaço.

## **CAPÍTULO 4 - DAS REDES À REGIÃO E IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS**

Após descrever os principais nódulos/lugares de nossa região proposta e as redes geográficas peruanas que têm articulado o espaço transnacional, passamos a uma análise sobre sua importância. Também verificaremos como elas representam ou exemplificam modelos e padrões de redes urbanas que emergem com sua cristalização. Por fim buscamos pelas consequências de sua configuração, entre elas a emergência de uma escala de análise regional.

Para isso, demonstraremos como esse espaço articulado se comporta como uma unidade regional segundo as diversas óticas e parâmetros dos estudos sobre a região, estimulando que novos trabalhos utilizem o enfoque regional para as análises fronteiriças.

Ao final, discutiremos como, no espaço regional, as redes que acabamos de descrever competem com as políticas dos estados nacionais para suas respectivas áreas, concorrendo assim para a produção territorial de forma particular nessa região. Também discutiremos porque é importante pensar nessa concorrência de ações ao se pensar geopoliticamente a fronteira, ao se desenharem políticas públicas e medidas de impacto local.

### **4.1 As redes geográficas peruanas e a constituição de uma rede de localidades centrais**

Após descrevermos as redes peruanas de alimentos *in natura*, *chinglings* e manufaturados e sua participação no comércio local nos municípios brasileiros, assim como caracterizarmos as sub-regiões e os núcleos urbanos da Colômbia e Peru, podemos partir para algumas conclusões sobre a relevância e força da influência peruana no espaço transnacional.

Primeiramente, destacamos que as redes estudadas são fundamentais na região transnacional. Os segmentos de alimentos *in natura* e de produtos industrializados alimentícios são essenciais para a segurança alimentar de qualquer coletividade ou sociedade. O fato de os preços e a disponibilidade dos produtos peruanos nesses segmentos serem inferiores aos de carregamentos que pudessem provir de Manaus contribuem para que o consumo de diversos itens da cesta básica

seja realizado pelas populações mais carentes dos municípios estudados e que haja oferta de diversos itens do segmento de hortifrutigranjeiros que não ocorre em outras partes da Amazônia Brasileira. Como a maior parte da população do Alto Solimões pertence às classes mais pobres e com baixa mobilidade espacial, esse consumo se torna ainda mais significativo nas relações cotidianas de toda a população dos municípios. Mesmo habitantes de Leticia consomem e compram nos mercados populares de Tabatinga. Os produtos industrializados que vêm sendo introduzidos, como os de limpeza, higiene pessoal e vasilhas, por sua vez, são outros segmentos em que a essencialidade dos bens contribui para sua importância na vida cotidiana.

Quanto ao comércio de *chinglings*, se não podem ser considerados itens de primeira necessidade, seu leque de produtos (de vestuário a eletrônicos) a preços mais baixos do que o do comércio formalizado levanta discussões em diversas regiões do mundo. Ao mesmo tempo em que sua venda é normalmente irregular (quando não ilegal ou inclui itens falsificados), garante um consumo mais diversificado a amplas camadas da população mais pobres. Mesmo as camadas mais ricas consomem esses itens, quando encontram vantagens nos preços. O setor também é responsável por empregar, ainda que precariamente, ambulantes e vendedores. Se há discussão sobre sua relevância nas grandes cidades, o que dizer de núcleos urbanos empobrecidos como os da região estudada? Além de tornar diversos produtos acessíveis às populações locais, sua presença diversifica o comércio tanto em termos qualitativos como quantitativos. Se de certa forma alguns *chinglings* são supérfluos, normalmente são os únicos destes tipos de bens a que têm acesso as populações mais carentes.

Então, um primeiro ponto a destacar, depois de verificada a existência material das redes comerciais peruanas é a essencialidade das redes em que estão inseridos os peruanos, seja por se tratarem de redes que participam da segurança alimentar na região, ou representam fluxos de bens de primeira necessidade, ou bens supérfluos que a população local consegue consumir. Além delas, também existem redes de comércio de gasolina contrabandeado, de cimento (apenas próximo a fronteira) e de madeira irregular com destino a Iquitos. Essas redes complementam e densificam as outras redes peruanas, embora devam ser melhor

estudadas em outros trabalhos. Há ainda a rede de narcotráfico de cocaína, que participa da atividade econômica da região e a dinamiza.

Ora, essas numerosas cristalizações materiais diferenciadas do processo de distribuição varejista, como nos lembra Correa (2007), é um pré-requisito para a formação de uma rede hierarquizada de lugares, uma rede urbana propriamente dita. Voltando a nossas conceituações, para termos uma rede é necessário os nódulos e fluxos. Já vimos os nódulos de nossas redes urbanas. É importante ressaltar que os fluxos dos relacionamentos se dão de forma zonal no espaço transnacional.

Todas essas redes se superpõem no espaço transnacional, utilizando, como vimos no Capítulo 1 (STEIMAN, 2002), as mesmas rotas, trilhas, furos e atalhos fluviais utilizados historicamente nos ciclos econômicos anteriores (borracha e narcotráfico), percorridos também por comissões de limites no período colonial e por padres, aventureiros e indígenas anteriormente. Essas rotas são quase inumeráveis e interligam os nódulos (centros urbanos) de nossa rede em uma malha horizontal que se estende zonalmente pelas bacias hidrográficas principais e secundárias dessa vasta região. Os núcleos urbanos costumam ser os pontos de concentração dos fluxos de cada bacia hidrográfica, mas fluxos ilegais conseguem traspasar alguns desses nódulos de controle, por meio de atalhos e trilhas, desviando e evadindo os rios principais, abastecendo ribeirinhos mais isolados, e expandindo a própria malha de comunicação.

Buscando compreender a rede hierarquizada de lugares a partir das múltiplas cristalizações e redes articuladas pelas vias de comunicação, temos de recorrer novamente a Rochefort (1998), quando nos diz que para se analisar uma rede urbana temos de ter duas categorias de fatos: os tipos de cidade que a região encerra a extensão de suas influências.

Ficou claro no último capítulo que cada uma das principais redes estudadas tem alcances diferentes em termos de sua participação no comércio dos municípios brasileiros, assim como se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento. Os dois fatores encontrados para essa diferenciação foram a distância com relação a Iquitos ou Manaus e o tamanho das cidades. À medida que se distanciam de Iquitos, as redes perdem força; ao mesmo tempo, cidades maiores se transformam em nódulos maiores, como é o caso de Tabatinga. Assim, vimos que

a participação dos produtos e redes peruanas no comércio das cidades é preponderante pelo menos até São Paulo de Olivença. A partir dessa cidade até Tonantins, há vínculos reticulares especialmente no mercado de produtos *in natura*, mas as formas pelas quais essas redes se mostram na paisagem ainda são rudimentares (tendas, ambulantes, regatões). Assim sendo, podemos falar de uma articulação mais intensa, e conseqüentemente da extensão espacial da influência peruana até São Paulo de Olivença e não até Tonantins, como previamente havíamos suposto.

No caso do departamento peruano, Iquitos influencia a parte norte da província de Maynas e a província de Ramon Castilla diretamente. Ao sul, as redes vão perdendo força até alcançarem as cidades interligadas por rodovias à costa peruana, mas Iquitos, mesmo na rede de cidades peruanas, é um nódulo importante. No departamento do Amazonas, na Colômbia, o alcance das redes são as margens do rio Putumayo e o trapézio onde se encontra Leticia, apesar da capital em si estar um pouco insulada dos fluxos irregulares horizontais por contar com maior controle estatal e um relacionamento mais vertical com Bogotá.

Havendo estabelecido essa extensão, cabe diferenciarmos os tipos de núcleos urbanos que conformam a rede urbana que emerge com a densificação das redes comerciais peruanas. Pensamos haver quatro níveis hierárquicos de núcleos, de acordo com seus pesos demográficos (no caso de redes que fazem parte do cotidiano da maior parte da população, acreditamos o peso demográfico influenciar diversos fatores como o tamanho comercial, tamanho do mercado, tamanho da oferta, capacidade de distribuição), distância do principal centro distribuidor, e algumas funções urbanas (caso a cidade tenha mais complexidade ou funções – militar, institucional, entre outras). Concordamos, contudo, com Rochefort (1998), quando ele diz que a hierarquia não é rígida e que o mesmo centro pode estar vinculado a redes em escalas diferentes (regional, nacional, internacional).

Para nosso caso, da rede urbana que emerge pelos fluxos horizontais cotidianos e transnacionais, Iquitos se coloca claramente no papel de capital regional (ROCHEFORT, 1998) ou de cidade comercial primaz (CORREA, 1997). Enfim é a cidade que polariza todas as redes e em conseqüência nossa região transnacional. A principal conseqüência do estabelecimento e crescimento dessas redes comerciais peruanas na região da tríplice fronteira estendendo-se até São

Paulo de Olivença é que o espaço econômico dos municípios é cada vez mais polarizado por Iquitos, especialmente nos segmentos da economia popular. Esse espaço econômico polarizado, marcado pela informalidade das relações econômicas e na precariedade do emprego, atua como uma rede de drenagem de recursos para o país vizinho. O capital obtido no comércio informal acaba sendo direcionado para o Peru e para o sistema financeiro e para-financeiro de Iquitos, representando uma acumulação, mesmo que pequena, de capital. O padrão observado das redes comerciais peruanas aponta ao modelo teórico dentritico, sendo Iquitos a localidade central concentradora dos fluxos, distribuidora dos bens e com capacidade (devido a seu peso demográfico e comercial) de influir sensivelmente na oferta, já que a maioria dos produtos a tem como origem.

As principais características elencadas por Correa (1997) para a rede dentritica se confirmam para a rede urbana: existe um excessivo número de pequenos centros, com pequenos pontos de vendas indiferenciados no comércio varejista, os centros intermediários são quase ausentes e o tamanho desses centros diminui de tamanho populacional complexidade econômica e expressão política com a distância; o território é o campo de ação de mascates e vendedores itinerantes.

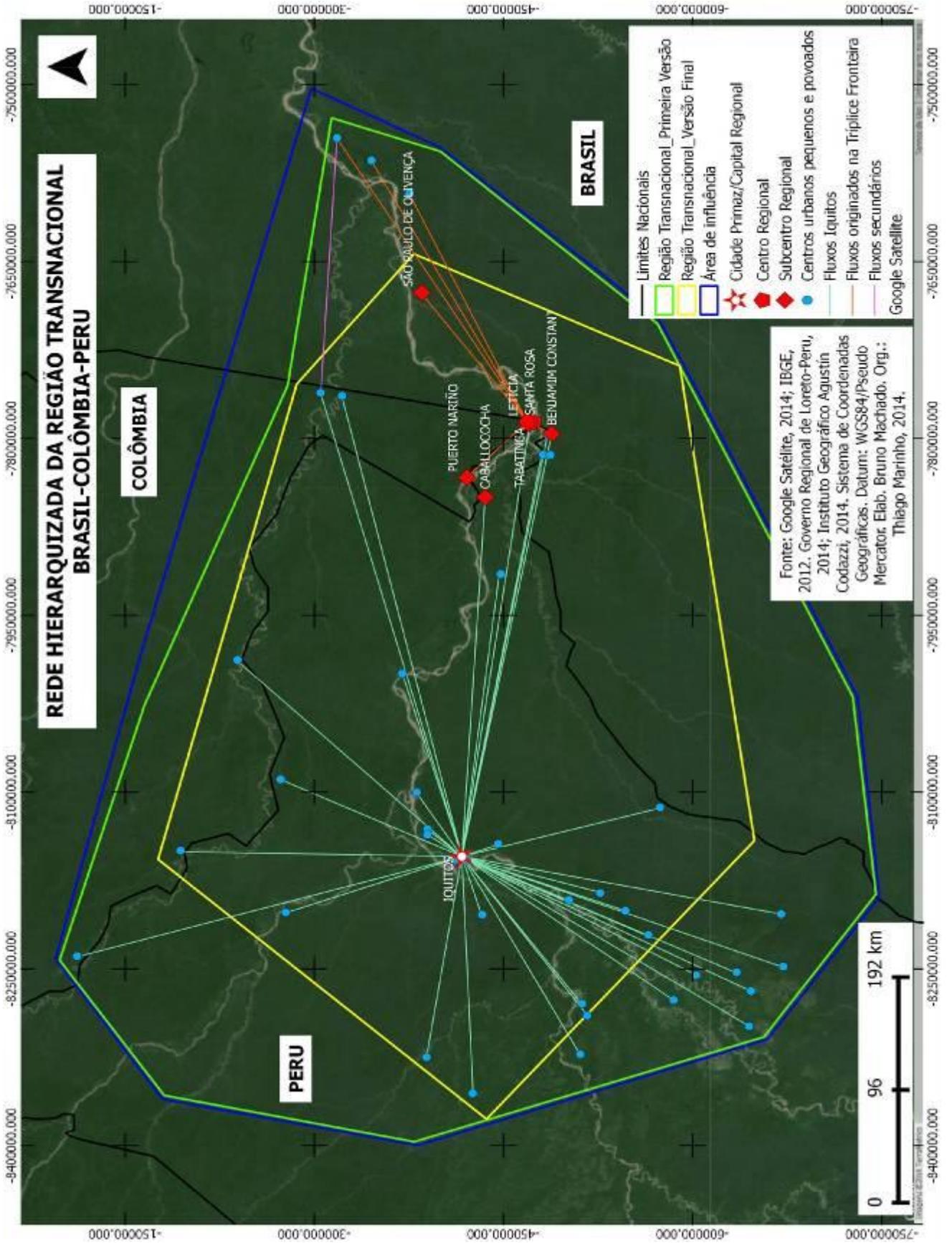
O fato de estarmos tratando de uma zona trífrenteira e com três soberanias atenua de certo modo a concentração de renda e a concentração das elites em Iquitos, já que Tabatinga e Leticia exercem funções institucionais e militares relevantes e a renda desses setores irrigam a fronteira. Nesse ponto, devido à força de outras tessituras (territoriais), remanesce o apanágio institucional, Ainda assim, especialmente no caso brasileiro, essa renda acaba contribuindo para o reforço das redes econômicas de Iquitos, já que a falta de concorrência do comércio formal e a ampla predominância de produtos das redes peruanas nos setores populares faz com que mesmo essa renda seja drenada para a cidade primaz. O complexo Tabatinga-Leticia-Santa Rosa aparece como principal centro secundário, importante intermediário com seu entorno, mas ainda assim atrelado ao polo principal, drenando a maior parte dos recursos da região do limite fronteiriço para Iquitos. Há redes de drenagem secundárias que ocorrem para esse complexo: Leticia articula por exemplo o mercado de pesca de comunidades ribeirinhas e cidades brasileiras e peruanas; Tabatinga é o polo de serviços do Alto Solimões e tem instituições e comércio formal, drenando a mão de obra qualificada da região

para os serviços públicos, mas igualmente atraindo para a região migração de contingentes em busca de melhores condições de vida que sua estrutura econômica formal e regular não consegue suportar.

Benjamin Constant, Caballococha e São Paulo de Olivença são centros de terceira grandeza. Estas cidades polarizam seu entorno e as redes hidrográficas em seu território, distribuindo bens e serviços que chegam de Iquitos, Leticia e Tabatinga. No caso de São Paulo de Olivença, ela serve de ponto de passagem na atual expansão das redes peruanas e como ponto intermediário de comunicação e transporte entre a fronteira e os municípios de Santo Antonio do Iça, Amaturá e Tonantins. Benjamin Constant exerce influência sobre o comércio de Atalaia do Norte, apesar de esta cidade já dispor de contato direto com os comerciantes peruanos. Caballococha, por sua vez, é um polo intermediário entre a zona fronteira e Iquitos e também exerce influência na rede hidrográfica que desemboca no rio Javari. É um ponto de concentração e dispersão de contingentes demográficos israelitas. Concentra insumos para agricultura e, nos últimos anos, tem sido apontada como nóculo crescentemente importante na rede de narcotráfico. Apesar de serem centros menores, suas extensas redes hidrográficas são verdadeiras vias de comunicação, especialmente de fluxos irregulares de madeira, coca e contrabando, interligando o rio Javari ao Médio Solimões, evadindo controles mais estritos da região fronteira.

Por fim, colocaria centros urbanos pequenos e povoados, que inclui tanto Atalaia do Norte, Puerto Nariño, Pevas e Chimbote, como pequenas comunidades ribeirinhas e comunidades indígenas. Os centros urbanos pequenos são pouco importantes e não detém muitas funções para além de sua jurisdição municipal. Continuam referenciais para populações ribeirinhas em seu entorno, mas o comércio e os serviços existentes são irrisórios. Quanto aos pequenos povoados, eles se espalham nas bacias hidrográficas do Putumayo ao Jandiatuba. Ao mesmo tempo em que dependem do abastecimento de regatões e comerciantes em canoões, participam dos fluxos vendendo sua produção agrícola (por vezes transportando-a até os centros).

Figura 42 - Rede hierarquizada de lugares e região transnacional.



Essa produção tem aumentado e esses povoados, especialmente no Peru e mais próximos a Iquitos e Caballococha, tem diversificado sua produção. Em especial, os assentamentos israelitas no rio Javari e no rio Amazonas peruano tem aumentado a dinâmica econômica local, parte para abastecer Iquitos, e parte direcionada diretamente à tríplice fronteira. Essa produção tem contribuído para formação de capital de alguns desses agricultores, que com melhores condições começam a investir em pequenos comércios nos povoados, cidades pequenas e mesmo nos centros intermediários. Apesar da renda agrícola também ser drenada para Iquitos, há oferta de crédito, transporte e investimentos na cidade para o desenvolvimento dessas atividades em escala maior do que no Brasil e na Colômbia. Também haveria capital proveniente do narcotráfico irrigando a economia agrícola no entorno de Caballococha, em entrepostos madeireiros no rio Javari, e nos negócios dos centros maiores.

Havendo determinado a extensão e os tipos de centro da rede urbana cristalizado pelas múltiplas redes articuladas por Iquitos; e havendo verificado que suas características se assemelham ao padrão dentrítico, cabe ainda lembrar da diferenciação feita por Rochefort (1998) das capitais regionais das redes urbanas dos países em desenvolvimento. Retomando *in totum* o primeiro capítulo, o autor dizia que nesses países as capitais regionais viviam com condições particulares:

de um lado, a fraqueza da atividade industrial não lhes confere as mesmas funções de produção; de outro, seu papel fundamental de centro de polarização da vida regional é ele próprio perturbado pela existência, em particular no mundo rural, de nível de vida demasiado baixo para consumir os serviços oferecidos pela cidade grande ao conjunto de sua região. [...]As trocas entre cidade e região são mais restritas; a cidade vive mais voltada para si mesma, numa situação por vezes qualificada de 'situação insular'. Fora da cidade existem muito poucas empresas industriais para recorrer aos serviços da capital regional. [...] É baixíssimo o nível de vida da massa da população rural, operários agrícolas, meeiros ou pequenos proprietários de minifundia, na verdade camponeses muito pobres para se deslocar até a capital regional e, com maior razão, para comprar os serviços que ela lhes poderia oferecer. Na falta de consumidores, a capital regional [...] não tem na realidade senão laços muito fracos com a região que a circunda. (ROCHEFORT, 1998, p. 36).

De fato, se consideramos a região que emergiria delimitada pela rede urbana, mesmo evidenciando sua articulação e extensão contínua, ela é bem menos dinâmica do que uma rede urbana industrial, interligada por rodovias. Por outro lado, o próprio autor nota que mesmo nesses casos, a capital regional (ou polo principal)

continua exercendo papel de centro distribuidor: firmas financeiras, casas de comércio e empresas asseguram a drenagem de riquezas aos centros. Ora, como vimos ao descrever Iquitos e descrever as redes polarizadas pela cidade, sua estrutura portuária, economia mais diversificada e papel de centro de distribuição se encaixam perfeitamente às funções de capital regional preconizadas por Rochefort.

O autor insiste ainda que essas características são da capital regional, mas mesmo os núcleos pequenos executam esse papel nas bacias hidrográficas a que servem de polo. Apesar disso, os laços são fracos, a vida econômica muitas vezes atrofiada em relação à área que influenciam. Acreditamos que essa característica se reproduza dos níveis mais baixos da hierarquia da rede urbana regional até as capitais regionais (ou polos regionais), ganhando complexidade a medida que os centros ganham importância.

As áreas influenciadas buscam nos municípios suas demandas, mas os centros dispõem de pouca capacidade e mesmo intencionalidade de suprir essas demandas, já que sua preocupação é com sua própria situação, incidentalmente provendo os bens e serviços que para sua área de influência. Isso ocorreria com Iquitos em relação ao interior de Loreto no Peru e ao Alto Solimões no Brasil, mas também ocorreria com São Paulo de Olivença em relação à bacia do Rio Jandiatuba, por exemplo.

A rede urbana que emerge nesse espaço transnacional é portanto centrípeta, com centros urbanos que, em diversos níveis hierárquicos, mantêm suas funções de polarização quase incidentalmente (Iquitos não tem o Brasil como foco de seu relacionamento, como Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença tem pouca capacidade de controlar os próprios fluxos de suas bacias hidrográficas) e com vínculos fracos se comparadas a uma rede urbana industrial. Ainda assim ela se articula crescentemente, com mais redes comerciais e com ampliação gradativa de sua extensão, sendo seus principais recursos drenados para o polo principal (Iquitos) e em menor grau para o centro intermediário (complexo Tabatinga-Leticia-Santa Rosa). É sobre essa rede urbana que se delimitaria e se basearia nossa região transnacional.

## 4.2 A região transnacional: das redes a unidade de análise para o espaço transnacional

A análise das diversas redes peruanas no espaço transfronteiriço nos mostrou uma rede hierarquizada de lugares, com Iquitos como principal polo. Nosso trabalho propõe que a extensão do alcance da rede urbana que emerge forme um espaço regional. E que essa seja a unidade principal para futuras análises, já que incorpora elementos que uma simples análise das redes não consegue mostrar.

Nossa visão de região, como mostrado no primeiro capítulo, acredita na mediação das diversas acepções e significados que esse termo adquiriu e na integração delas para uma unidade de análise que apresente algumas características. Primeiramente, ela deve estar assentada na realidade, existir materialmente e ao mesmo tempo ser verificável por indicadores, como a existência de redes, vias de comunicação, sentimento de pertencimento ou até mesmo pelo estudo histórico. Em segundo lugar, ela relata uma mesoescala de análise e tem particularidades que a especificam, dando coerência interna e coesão, mas que pode ser comparada a outras unidades parecidas e portanto não são únicas e específicas ao ponto de não serem acientíficas. Essas especificidades podem ser resultado de um histórico comum, de tipos de fluxos que se reproduzem no espaço ou por uma formação sócio-espacial marcada por desigualdades e recombinações comuns, de acordo ao ângulo que prefira o pesquisador. Outra característica importante é que a região tenha continuidade espacial (tendência zonal), ainda que para nós essa continuidade possa ultrapassar os limites territoriais de um país, província ou estado. Havendo essas três características, cremos que podemos falar em uma região geográfica reconciliada.

Seria mais fácil do ponto de vista técnico-científico tentar encaixar a rede urbana que encontramos a partir do estudo de nossas redes em uma região polarizada, nodal ou funcional: uma rede regional como descreve Rochefort (1998). Realmente do ponto de vista funcional, a região polarizada por Iquitos se interliga por diversas vias e nódulos, com fluxos distintos (alimentos, produtos industrializados, *chinglings*, gasolina, coca), reforçando o centro principal, utilizando centros intermediários como sub-organizadores do espaço regional.

Ainda assim, acreditamos ser essa uma simplificação muito grosseira para uma realidade tão rica como o espaço transnacional entre Peru, Brasil e Colômbia. As vias dessa região, por exemplo, são os rios e a dimensão natural é importante para caracterizar o todo. Sob os fluxos atuais e às funções de cada centro, há uma base natural que persiste determinando o tempo, as distâncias e as intensidades dos relacionamentos. O fato de os habitantes dessa região utilizarem as vias dos rios em seu cotidiano e para sua comunicação e abastecimento fazem dos fluxos que utilizam essa malha fluvial ainda mais importantes na vida da maior parte das pessoas, tornando as relações horizontais preponderantes para se analisar essa região particular.

Tomando como base a extensão que delimitamos na seção passada para o alcance das redes peruanas, notamos que a continuidade da região não se traduz apenas em uma contiguidade espacial. Os rios e bacias hidrográficas preenchem essa extensão e dão conteúdo, junto aos núcleos urbanos, ao espaço regional, quando transformados em uma malha de comunicação, transporte e relacionamento. É além de funcional, uma região natural e geográfica.

Geográfica também devido a sua história. Pela ótica clássica poderíamos falar sobre como os homens se adaptaram ao longo do tempo nesse espaço esquecido dos impérios coloniais, como se acomodaram e se acostumaram a se relacionar mesmo quando sob égides territoriais diferentes, com legislações e ideologias diferentes. Pela ótica marxista/crítica poderíamos falar da emergência desse espaço regional enquanto produto dos processos internos de diferenciação e difusão de cada um dos países e como resultado de acumulações desiguais de tempos causados pelos distintos booms econômicos seguidos de períodos de estagnação. Ainda poderíamos analisá-la como um produto do processo desigual capitalista, em que áreas periféricas não são integradas a seus mercados nacionais de forma completa e buscam complementaridades entre si para melhorar sua situação, recombinao desigualdades em um todo coerente.

Seguindo a abordagem humanista, esse espaço regional surge como o espaço que extrapola o cotidiano, mas com os quais os habitantes ainda se referenciam, um espaço médio. Para um habitante de Tabatinga ou Santa Rosa, Iquitos é uma referência muito mais próxima do que para um habitante de Tefé ou de Bogotá. Ainda que trabalhos mais dedicados tenham de ser realizados com o

objetivo de traçar as percepções comuns dos habitantes desse espaço, algumas impressões coletadas em campo são de que nos três países, há um sentimento comum de estarem na fronteira, de estarem isolados em seus respectivos países, de dependerem da comunicação fluvial, de serem amazônidas, de enfrentarem problemas similares, enfim, diversos sentimentos comuns que certamente ultrapassam as fronteiras culturais e simbólicas diuturnamente impostas e que agregam mais a essa identidade multicultural da fronteira.

Seja pela visão clássica, marxista ou humanista, fica claro que a conjuntura atual é apenas uma página de um relacionamento histórico dos habitantes desse espaço. Um modo de vida particular, uma recombinação de desigualdades de tempos singularizada no espaço, sentimentos e percepções comuns da realidade: independente do termo que uma corrente escolha, o padrão regional de coerência e coesão pode ser atestado. Havendo delimitado uma extensão contínua, descrito os processos que garantem coesão e coerência histórica, e verificado empiricamente a sua existência na realidade a partir das redes, podemos finalmente falar da existência da região transnacional entre Brasil, Peru e Colômbia.

A região delimitada apresenta bases naturais e coerência funcional, econômica e histórica. O espaço das províncias de Maynas e Ramon Castilla no Peru, partes do departamento do Amazonas na Colômbia e de quatro municípios da região do Alto Solimões do Brasil comporia essa região transnacional. Acreditamos que utilizar a região transnacional como unidade de análise para este e outros espaços fronteiriços pode ser importante para suplantar deficiências que abordagens locais ou nacionais enfrentam, assim como para integrar duas categorias de estudos: os estudos de redes e os estudos territoriais.

Dentro da região, como vimos, os processos históricos, econômicos, sociais, funcionais e naturais se articulam em uma forma coerente e particular. Alterações e ações de ordem política ou econômica nesse espaço tendem a afetá-lo como um todo ainda que com repercussões diferentes para cada local. Ainda assim, esses efeitos afetariam a região de forma diversa aos impactos noutros espaços regionais.

Apesar da tendência de estabilidade, regiões não são entidades herméticas e eternas. Elas podem sofrer alterações ao longo do tempo, desarticular-

se, desfazer-se, mas para isso forças e ações muito intensas teriam de afetá-la por um prazo longo. Uma mudança de taxa de câmbio desarticulou o comércio popular de Tabatinga, mas não afetou o padrão geral de estagnação que se seguiu ao fim da “bonanza” da coca, nem ao fortalecimento institucional em curso no final da década de 80. O narcotráfico mudou de país polarizador, mas continuou utilizando as mesmas vias para o transporte de drogas. Até mesmo mudanças na configuração política dos países, como quando houve o conflito colombo-peruano, não alteraram relacionamentos e a inserção dos atores regionais no ciclo da borracha.

A região é mais resistente do que uma simples rede, que pode perder dinamismo e rearticular-se em torno a outros núcleos. Ao mesmo tempo ela não compete e não se confunde com a produção territorial, apenas afeta como esta se produz naquele determinado espaço. Eis a importância de seu uso.

#### **4.3 A produção do território na região transnacional do Brasil, Peru e Colômbia.**

Como discutimos no primeiro capítulo, o território e os sistemas territoriais são produzidos pela relação espacial entre os atores sintagmáticos e o espaço. “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede” (RAFFESTIN, 1993, p. 150)

Cada ação individual, estatal, empresarial ou comunitária, no espaço, produz território e contribui para formar um sistema territorial. Esses sistemas de objetivos e práticas em diversos níveis se espacializam em superfícies, pontos e redes que permite aos atores controlarem e organizarem a matéria e sua forma de alocação, distribuição e posse. Esses sistemas formam malhas territoriais (tessituras), algumas mais estáveis, outras mais dinâmicas e adaptáveis. Dessas tessituras emerge a configuração territorial: as relações entre os atores se significam, tornam-se relações de poder, o papel dos atores é definido, formas espaciais são construídas, destruídas ou utilizadas, valores e ideologias emergem.

Entendemos que essa produção territorial é cotidiana, pois a cada ação, como nos lembra Raffestin (1993), os atores agem, procuram manter relações, asseguram funções, se controlam, se permitem, se distanciam e se aproximam. Ao

mesmo tempo em que são produzidos, os territórios não estão no vácuo. O sistema territorial afeta os nós e as redes ao mesmo tempo em que são produzidos. Ora, as redes e os nós (mesmo no nível individual) sobre os quais o território vai sendo produzido precede essa produção e é condicionada pelas tessituras anteriormente estabelecidas nesse espaço. Esta é uma formulação fundamental para entender o porquê do uso integrado de região e território.

O espaço regional comporta a cristalização de uma produção territorial particular numa mesoescala de análise, uma unidade coerente e coesa em que as relações de produção territorial podem ser estudadas, acreditamos, com melhor performance. A análise do território e de sua produção pode ser feita num microcosmo de um domicílio, de uma cidade ou de um país inteiro. As relações territoriais existem a cada ação e tem consequências em todas essas esferas. A maior parte dos geógrafos políticos prefere analisar o território tendo como baliza o limite fronteiriço como uma barreira. Outros preferem entender como é feita a territorialização do espaço urbano pelos indivíduos. Para cada tipo de trabalho, uma escala é mais adequada. Para entender a fronteira e o espaço fronteiriço, entretanto, defendemos o uso da região transnacional, já que nesse espaço, as diferentes malhas e tessituras foram construídas de forma particular (não única), transgredindo muitas vezes a fronteira política, mas formando relações estáveis entre os diversos atores sintagmáticos. Cabe-nos mostrar como essa produção territorial ocorre nesse espaço.

Em primeiro lugar, em uma região transnacional, marcada por três espaços nacionais, cada país tenta controlar seu território por meio de ações, leis e ordens, que valem apenas em sua jurisdição e que a distinguem dos outros espaços nacionais. As malhas político-territoriais vão sendo formados pelos atores políticos centrais de cada país que buscam influenciar os espaços por meio de símbolos nacionais, instituições federais, operações policiais e pela ameaça do uso da força (uso das Forças Armadas) em caso de violações ou transgressões a suas ordens. Essas malhas podem ter diferentes motivações, normalmente variando de sociedade a sociedade, que objetivam interesses diversos como a segurança, o desenvolvimento social ou a garantia da soberania sobre o espaço.

Ora, essas malhas certamente afetam, em cada espaço nacional, o comportamento de todos os atores e servem como constrangimentos para sua

liberdade irrestrita de ação, balizando suas práticas espaciais. No campo individual, podemos exemplificar isso diferenciando os diversos direitos e deveres outorgados para cada indivíduo. Uma pessoa que nasce em Tabatinga tem direito de ser prefeito, ou de recorrer ao Sistema Único de Saúde e deve prestar serviço militar aos 18 anos, respeitar as leis de trânsito, enfim, todo um sistema de normas e princípios elaborados externamente à sua região de origem, mas que o influencia cotidianamente em suas escolhas e nas suas práticas espaciais.

Além das redes verticais das malhas político-estatais, os atores na fronteira também têm suas práticas territoriais demarcadas, mesmo que simbolicamente, por outros fluxos verticais oriundos dos centros nacionais, na forma de sistemas de informação e comunicação. Rádios, TVs e jornais complementam as grades curriculares da educação formal nacional na formação cultural e ideológica da sociedade. Esses fluxos externos participam da própria gênese identitária dos indivíduos, que aprendem a dar significado a formas, símbolos e ideias a partir de um arcabouço sintagmático extra-regional.

Se um país não tivesse nenhuma relação com o exterior e seus limites fossem com um espaço vazio, essas malhas ideológicas e político-territoriais seriam preponderantes como limites sintagmáticos dentro dos quais os atores baseariam suas relações e suas práticas espaciais. E este é o erro que queremos apontar na forma como as políticas estatais são feitas. Elas tomam como referência um espaço hermético e fechado onde suas ordens e ideias “têm” de influenciar os atores a se comportar de tal maneira e produzir o território de tal jeito. Como esse espaço não é hermético nem fechado e as relações extrapolam os mandos do poder central, a fronteira se transforma em uma zona do crime, da transgressão, do desafio as ordens. Ignoram a multiplicidade de tessituras territoriais formadas historicamente pelas relações horizontais e cotidianas dentro do espaço regional transnacional.

Ora, nessa região, nessa unidade espacial coerente que estudamos ao longo desta dissertação, diversos processos territoriais ocorrem que competem com aqueles de origem vertical político-estatal-ideológico de cada sociedade nacional na conformação da estrutura sintagmática dos atores.

Os relacionamentos horizontais entre indivíduos e sociedades na tríplice fronteira também vão criando tessituras, que se cristalizam, por exemplo, nas redes comerciais que estudamos. As redes comerciais peruanas atualmente são tão

importantes nesse espaço que, como vimos, polariza o espaço regional em uma rede urbana. Essas redes formam uma tessitura que, assim como os processos político-estatais, buscam ordenar o espaço: organizam os fluxos, distribuem bens, transformam rios em vias de escoamento, afetam as relações de poder entre os atores regionais (empresários, trabalhadores, consumidores, autoridades, financiadores) e vão gradual e hodiernamente produzindo o território.

Quando dizemos que elas afetam as relações de produção espacial locais e a estrutura sintagmática de um indivíduo, significa que esse ator também é constrangido pela tessitura dessas redes horizontais para sua tomada de decisão sobre uma ação no espaço. O mesmo tabatinguense do exemplo anterior consome livremente produtos peruanos sem se restringir pela legislação alfandegária; complementa sua renda guardando um pouco de pasta de cocaína em casa mesmo não sendo traficante e a despeito da presença policial e militar; participa de uma festa em Leticia sem visto de entrada e saída; toma um barco para ir a Santa Rosa comprar gasolina mesmo sabendo que ela não é vendida segundo as normas de segurança. Vai a Iquitos de férias com a mesma facilidade que iria a Manaus. Todos os dias, ele conversa com peruanos e colombianos e vai tomando suas ações a partir dessas múltiplas interações no espaço

Concluindo, as redes horizontais que permeiam o espaço regional transnacional competem com as redes verticais de origem extra-regional e o território vai sendo produzido a partir de atores sintagmáticos que sofrem a influência desses dois tipos de interação, que se dão de forma natural e interiorizada em cada prática espacial.

Em um espaço onde as características sociais regionais dos indivíduos (população com baixos níveis de renda, poucas oportunidades de emprego formal, historicamente periférica em relação a sociedade nacional, naturalmente conhecedora dos rios, trilhas e povoados, mas com baixa mobilidade espacial) os colocam preponderantemente em contato com os fluxos horizontais em seu cotidiano (como constatado na análise das redes de comércio), devemos concluir que o território vem sendo produzido essencialmente por essas práticas. Isso afeta inclusive a forma como os fluxos verticais são interpretados pelos atores regionais.

As relações cotidianas ressignificam valores e símbolos, ideias e ordens segundo o quadro de constrangimentos a que estão submetidos os atores. Por esse

motivo, por exemplo, uma operação policial de combate ao transnacional pode ser mal vista aos olhos da população local; uma política de segurança sanitária interpretada como uma restrição alimentar e econômica.

Entender essas relações regionais transnacionais de produção territorial e incorporá-las é mister para que melhores análises sejam feitas sobre os espaços fronteiriços, sob o erro de conclusões falaciosas. E no caso da região transnacional entre o Brasil, Peru e Colômbia, como vimos, ignorar o elemento peruano pode representar o fracasso na compreensão desse rico espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação inicial deste projeto foi fomentar o estudo da fronteira amazônica e sua dinâmica socioeconômica, política e institucional. A opção pela Geografia parte do entendimento que as categorias do pensamento geográfico permitem uma análise interdisciplinar que pode incorporar ferramentas de diversas outras ciências sociais como a Economia, História, Antropologia e as Relações Internacionais.

Este trabalho se propôs a fazer essa análise sobre a tríplice fronteira entre o Brasil, Peru e Colômbia. Nosso problema inicial era que a maior parte dos trabalhos sobre a tríplice fronteira ignorava um de seus principais agentes: os peruanos, representados por seus cidadãos, seu território, sua economia e pelas redes que se originam no país. As análises existentes, em sua maioria, ou utilizavam um recorte territorial, ou estudavam as relações transnacionais parcialmente: em uma escala muito local, nos pontos fronteiriços propriamente ditos ou com uma delimitação temática muito restrita. Sentíamos que o quadro explicativo da realidade da tríplice fronteira e das relações entre os agentes locais ficava incompleto quando não se considerava a multiplicidade de influências oriundas do Peru e dos peruanos, e que afetam muitas das relações trans-fronteiriças.

Para considerar o elemento peruano e tentar explicar a dinâmica da tríplice fronteira decidimos trabalhar com uma hipótese que articulava três categorias de análise na geografia: As redes geográficas, a região enquanto unidade de análise e o território como espaço de práticas espaciais. Segundo nossa proposta, redes geográficas originadas no Peru estariam influenciando crescentemente a vida cotidiana dos habitantes da tríplice fronteira, principalmente nos circuitos inferiores da economia. Essas redes articulariam e integrariam a tríplice fronteira, conformando uma proto-região transnacional. Concomitantemente, essas redes estariam sendo ativas nos processos de produção territorial dentro do espaço dessa região transnacional, muitas vezes competindo com as políticas estatais e de agentes externos (políticos, econômicos) à região.

A relevância de nosso estudo se dá porque aquele espaço é percebido por muitos no Brasil como uma fronteira longínqua. Por outros atores, como os militares, uma fronteira nacional com necessidade de maior presença estatal e de

instituições que controlem os fluxos de pessoas e mercadorias. Como ponto de troca e de passagem, seria também a porta de entrada ao Brasil de diversos problemas originados nos países limítrofes.

No momento, diversas políticas públicas têm sido elaboradas pelos governos visando melhorar as condições de vida da população e os níveis de segurança nacionais contra ameaças como o terrorismo, o tráfico de drogas e as consequente violência urbana e rural. Primeiramente, há a política de incentivo a grandes obras de infraestrutura e energia na América do Sul (Iniciativa de Infra Estrutura Sul-americana), que apesar de terem negligenciado a região em questão, podem representar estímulos futuros de desenvolvimento regional.

O Estado brasileiro também tem tentado combater por meio de ações repressivas todas as formas de ilícitos fronteiriços. Operações sistemáticas ou *ad-hoc* para combate a ilícitos na fronteira foram feitas nos últimos anos, tanto pelas forças militares quanto pela Polícia Federal. Destacamentos da Força Nacional também tem atuado naquela região fronteiriça, diminuindo os níveis de violência de forma considerável. A própria Polícia Militar do Amazonas, no âmbito da Estratégia Nacional de Fronteiras, estabeleceu bases de combate aos ilícitos na região de fronteira. Apesar do fortalecimento das instituições do Estado, os resultados das políticas governamentais são contestados pela população, o subemprego é endêmico, o combate ao narcotráfico tem avanços apenas conjunturais e circunscritos a determinado tempo ou espaço. Além disso, o gasto nessas políticas tendem a ser vultosos e não geram mudanças na estrutura econômica e social local.

Os estados-nacionais, com sua lógica espacial circunscrita ao território nacional, escolheriam e tomariam decisões políticas equivocadas, pois estariam operando em escalas equivocadas. Eis a importância de uma análise geográfica. Acredita-se que é fundamental para os analistas, formuladores de política pública e decisores, além da sociedade em geral, conhecer melhor a realidade da fronteira e aumentar o nível analítico das diversas dinâmicas que ocorrem no território fronteiriço para estabelecer políticas que possam ter o fôlego de lidar, seja local, regional, nacional ou internacionalmente, com os problemas que ocorrem na região. Visões estereotipadas têm de ser abolidas e a securitização da fronteira interpretada como apenas uma das possibilidades.

E de fato, em campo, conseguimos demonstrar nossa hipótese. O elemento peruano é de suma importância para se compreender o espaço fronteiriço transnacional. Mais do que isso, o relacionamento histórico entre as sociedades fronteiriças é antigo e as redes atuais polarizadas por Iquitos são uma página a mais dessa relação entre o homem e o meio amazônico. Hoje elas conformam uma rede urbana que extrapola os limites políticos dos países, utilizando os rios como vias, fazendo parte do cotidiano de seus habitantes e participando vividamente dos processos de produção territorial do espaço. As redes horizontais cotidianas, nessa região, unidade mesoescalar fundamental de extensão e conexão, competem com os fluxos e relações verticais dos lugares com os centros nacionais e sendo preponderantes na vida das pessoas, impõem um olhar particular à região da tríplice fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru.

Acreditamos que essa escala de análise regional e transnacional, que ultrapassa as fronteiras e é aglutinada por redes geográficas permeadas por fluxos irregulares e ilegais atuais e históricos poderia ser testada e aprofundada com outros objetos como a exploração madeireira ou o fluxo de embarcações. Elas poderiam confirmar a densidade de nossa região ou mostrar que o alcance dela é restrito.

Embora consideremos válidos os estudos que tratam precipuamente das relações interurbanas entre cidades gêmeas ou das relações entre segmentos da fronteira para a compreensão desses pontos e linhas, propomos que sejam realizadas mais pesquisas com a perspectiva de uma escala ampliada desses espaços, buscando fatores aglutinadores, coesivos e conectivos. Esses trabalhos poderiam por um lado fortalecer o entendimento do local e do regional extrapolando o que se observa nos locais de passagem.

Por outro lado, teriam um papel importante na definição de políticas públicas mais adequadas às realidades de cada trecho fronteiriço, naturalizando o transnacional. A região de fronteira entre Brasil e o Peru, como visto nessa dissertação, sofre influência preponderante do país vizinho e de seus fluxos humanos e materiais. Essa seria a mesma realidade na fronteira do Brasil com o Paraguai no Mato Grosso do Sul? E na região entre o Peru e o Acre, quais redes definem as relações horizontais e cotidianas desse trecho fronteiriço? Diante de cada realidade, quais políticas públicas são mais adequadas? Como envolver os países vizinhos nas estratégias visando a melhoria das condições de vida das

sociedades fronteiriças? A escolha de estratégias particularizadas, baseadas no melhor entendimento da fronteira, tende a melhorar a alocação de recursos públicos tanto dos poderes centrais como dos estados e prefeituras.

Por fim, a superposição de estudos sobre as diferentes “regiões” fronteiriças pode contribuir para que a geografia política construa um quadro mais fidedigno da situação do país em relação a seus limites, especialmente para o planejamento de estratégias geopolíticas. Apesar de o Brasil ter um histórico de mais de um século de estabilidade das fronteiras terrestres nacionais, de seus governos historicamente rejeitarem revisionismos e de a constituição prezar pela preservação dos limites territoriais, as fronteiras são historicamente fluidas e em outras partes do mundo têm sido alvo de diversos processos de revisão (independências, unificações, desmembramentos). Conhecer em que regiões redes sócio-econômico-demográficas brasileiras polarizam o território de países vizinhos e em que áreas os vizinhos e seus processos sociais polarizam áreas em território nacional pode ser um primeiro passo para identificar oportunidades para a sociedade brasileira e ameaças ao estado nacional.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Jose Alvarez. Caballococha em su laberinto. **Diario La Region**, Iquitos, Editorial, p. 2-9 abr. 2011.

APONTE M., Jorge Mario. La frontera en el espacio urbano: expresiones del límite entre Leticia (Colômbia) y Tabatinga (Brasil). In: **Colômbia Mundo Amazónico**. Bogotá: Imani Universidad Nacional De Colômbia, 2010.

APONTE M., Jorge Mario. Comércio y ocio en la transformación del espacio urbano fronterizo. In: **ESPACIOS urbanos y sociedades fronterizas en la Amazonia**. Bogotá: Editorial Unibiblos, 2012.

AVILES, William. Us Intervention in Colombia: The Role of Transnational Power in Latin America. In: **Bulletin of Latin America Research**, v. 27, p. 36-52. 2008.

BANCO DE LA REPUBLICA. **Informe de coyuntura económica regional: Departamento del Amazonas 2012**. Bogotá: DANE, 2013.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. São Paulo: Garamond, 2006.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira**: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRUNET, R.; FERRAS, R.; THERY, H. (Eds.) **Les mots de la géographie**. Montpellier: Reclus, 1993.

CALDAS MACHADO, Bruno. A Presença dos Agricultores Israelitas do Novo Pacto Universal na Região Peruana de Loreto. **Revista geonorte**, Manaus, Ed. Esp.3, v.7, n.1, p. 965-979, 2013.

CALDAS MACHADO, Bruno (Elab) et MARINHO, Thiago (Org). Localização da Área de Estudo, Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru. Manaus: Geofazer Ambiental e Engenharia, 2014.

CALDAS MACHADO, Bruno (Elab) et MARINHO, Thiago (Org). Orientação dos Flucos na Borda do Rio Putumayo. Manaus: Geofazer, 2014.

CALDAS MACHADO, Bruno (Elab) et MARINHO, Thiago (Org). Delimitação Inicial da Região Transnacional entre Brasil-Colômbia-Peru. Manaus: Geofazer, 2014.

CALDAS MACHADO, Bruno (Elab) et MARINHO, Thiago (Org). Rede Hierarquizada da Região Transnacional Brasil-Colômbia-Peru Manaus: Geofazer, 2014.

CELENTANO, Danielle; VERÍSSIMO Adalberto. **O estado da Amazônia: Indicadores: o avanço da fronteira na Amazônia: do boom ao colapso.** Belém: IMAZON, 2007.

CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. **Historia del Peru Contemporáneo.** 4. ed. IEP: Lima, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajétórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: um conceito complexo. In: **REGIÃO e organização espacial.** 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

DALARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADISTICA. **Mapa Vial de Colômbia.** DANE, 2000.

DIEESE. **Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda 2010/2011: mercado de trabalho.** 3. ed. São Paulo: DIEESE, 2011.

EDITORES GRÁFICOS SEÑOR DE LUREN EIRL. **Mapa de Loreto: sus provincias y sus distritos.** Lima: Coleccion El Conocimiento, 2008.

FREMONT, Armand. **A região, espaço vivido.** Coimbra: Almedina, 1980

GETIS, A. GETIS J. **A teoria dos lugares centrais de Christaller.** 5. ed. São Paulo: Orientação, 1984.

GOBERNACIÓN DEL AMAZONAS. **Departamento del Amazonas, el hombre y su medio.** Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 1999.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOOGLEMAPS. Diversos acessos, 2014. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2014; 20 mar. 2014; 30 abr. 2014.

GRIGG, David. Regiões, modelos e classes. In: CHORLEY, Richard; HAGGET, Peter. **Modelos integrados em geografia.** Rio de Janeiro: Edusp, 1974.

HAESBAERT, Rogério. **Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Org.) **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em:< [HTTP://www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br)>. Acesso em: 20 mar. 2014

IBGE, **Produto interno bruto dos municípios 2011: comparação entre os municípios: Amazonas**. Brasília: IBGE, 2011.

INEI. **Cuentas nacionales de Peru: producto bruto interno por departamentos 2001-2012**. Lima: Oficina de Impresiones del Instituto Nacional de Estadística e Informática, 2013.

INEI. Perú, **Estimaciones y proyecciones de población por sexo según departamento, provincia y distrito 2012-2015**. Lima: Oficina de Impresiones del Instituto Nacional de Estadística e Informática, 2009.

LA BLACHE, Vidal de. As divisões fundamentais do território francês [1888] In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a.

LA BLACHE, Vidal de. Os *Pays* da França [1904] In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012b.

LA BLACHE, Vidal de. As regiões francesas [1910] In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012c.

LA BLACHE, Vidal de. A relatividade das divisões regionais [1911] In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012d.

LIMA 2000. **Peru: mapa vial**. Lima: CPCP, 2008.

LEFEBVRE, H. **The production of the space**. Oxford: Blackwell, 1992.

MACHADO, L. O. Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologias. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CIDADES DE FRONTEIRA. 2., 2006, Foz do Iguaçu, **Anais...** Foz do Iguaçu, 2006.

MACHADO, L. O. **Região, cidades e redes ilegais**. Rio de Janeiro: Grupo Retis; UFRJ-IGEO-DEGEO, 2002.

MACHADO, L. O. A estratégia nacional de defesa, a geografia do tráfico de drogas ilícitas e a bacia amazônica sul-americana. In: ECEME. SEMINÁRIO DE DEFESA E

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA. 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ECEME, 2001.

MARQUEZ, Juan Carlos. Mitu-Vaupés: historia e memória da origem de uma pequena cidade amazônica na Colômbia. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

MASSEY, Doreen. **Regionalismo**: alguns problemas atuais: espaço e debates. São Paulo: Cortez, 1978.

MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MORAES, A. de Oliveira; SCHOR, T.; ALVES-GOMES, J. A. O mercado de bagres e a configuração da rede urbana no alto e médio Solimões, Amazonas, Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 32, p. 93-110. jan./jul. 2010a.

MORAES, A. de Oliveira; SCHOR, T. Redes, Rios e a Cesta Básica Regionalizada no Amazonas, Brasil. In: **Acta Geográfica**, Boa Vista, ano 4, n.7. p. 79-89. jan./jul. 2010b.

MORAES, A. de Oliveira; SCHOR, T. Mercados, Tabernas e Feiras: custo de vida nas cidades na calha do rio Solimões. **MERCATOR** 2010, Fortaleza, ano, 9, n.19. p. 101-115, maio/ago. 2011.

NATIONAL geographic. América do Sul. In: **ATLAS National Geographic**. São Paulo: Abril, 2008.

NOGUEIRA, R. J. B. Redes geográficas na fronteira da Amazônia. **Acta Geográfica**, Boa Vista, Ano 2, n. 4, p. 41-58, 2008.

NOGUEIRA, R. J. B. Territórios de Fronteira: Brasil/Colômbia. In: **A QUESTÃO social no novo milênio**, 2004. 1 CD-ROM.

NOGUEIRA, R. J. B. Amazonas: **A divisão da “monstruosidade geográfica”**. Manaus: EDUA, 2007.

NOGUEIRA, R. J. B. Tabatinga: uma cidade na fronteira da Amazônia. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

PALACIO, Germán. Leticia y el Corazón de Suramérica: uma Urbe em la Triple Frontera Amazônica. In: CASTRO, Edna (Org.). In: **CIDADES na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

PETRAS, James. Geopolitics of Plan Colombia. In: **ECONOMIC and Political Weekly**. 2000. v. 35

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas**: ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo : Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

STEIMAN, R. **A geografia das cidades de fronteira**: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). 2002. 117 f. Dissertação (Mestrado)- UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

STEIMAN, R. Zona de fronteira e cidades gêmeas: uma tipologia das interações fronteiriças. In: **ESPACIOS urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Bogotá: Unibiblos, 2012.

STOKES, Doug. Better Lead than Bread? A Critical Analysis of US's Plan Colombia. **Civil Wars**, London, v. 4 n. 2, p. 59-78, summer 2001.

SCHOR, et T.; OLIVEIRA, J. Aldemir. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. **Acta Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades Brasileiras, p. 15-30. 2011.

UNODC. **World drug report 2013**. New York: United Nations Publications, 2013a.

UNODC. **World drug report 2011**. New York: United Nations Publications, 2011.

UNODC. **Peru**: monitoreo de cultivos de coca 2013. Lima: Cobol Srl, 2013b.

ZARATE B., Carlos G. Ciudades pares em la frontera amazonica colonial y republicana. Comércio y ocio en la transformación del espacio urbano fronterizo In: **ESPACIOS urbanos Y sociedades fronterizas en la amazonia**. Bogotá: Unibiblos, 2012.

WIKIPÉDIA. Entrada: **Microrregião do Alto Solimões**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o\\_do\\_Alto\\_Solim%C3%B5es](http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_do_Alto_Solim%C3%B5es)>. Acesso em: 20 mar. 2014.